

CONGRESSO
BRASILEIRO

CIÊNCIA
E
SOCIEDADE



**INOVAÇÃO, DIVERSIDADE
E SUSTENTABILIDADE**

Trabalhos premiados no Congresso Brasileiro
Ciência e Sociedade - CBCS 2019





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

Publicado por Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA
Design Gráfico e Organização: Ana Kelma Cunha Gallas
E-mail: cics@unifsa.com.br

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2019 UNIFSA

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados na Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade- CBCS 2019, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação(CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

U58 GALLAS, Ana Kelma Cunha

Inovação, diversidade e sustentabilidade: trabalhos premiados no congresso Brasileiro de Ciência e Sociedade - CBCS 2019 | Centro Universitário Santo Agostinho / Ana Kelma Cunha Gallas (Org.). Teresina: UNIFSA, 2019/ São Paulo: Lestu, 2019.

202 p.; il.; online

ISBN: 978-65-996314-3-6

Disponível em: <https://lestu.org/>

1. Semana Científica. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência.
I. GALLAS, A. K. C. (Org.). II. Título. III. UNIFSA. IV. CBCS.

CDD: 904.

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação, Pesquisa, Temas Relacionados: Ciência. Trabalhos acadêmicos. Anais.



LESTU PUBLISHING COMPANY
Editora, Gráfica e Consultoria Ltda
Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis
Bela Vista, São Paulo, 01310-300, Brasil.
(11) 97415.4679 editora@lestu.org
www.lestu.com.br





ORGANIZAÇÃO

COMITÊ ORGANIZADOR

Presidente

Profa. Ma. Antonieta Lira e Silva

Coordenação Financeira

Indira Maria de Melo Lira Pereira da Silva

Coordenação Executiva

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

Coordenação da Programação

Prof. Dr. Alisson Dias Gomes

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Coordenação Científica

Profa. Dra. Liana Dantas da Costa e Silva

Prof. Dr. Nelson Jorge Carvalho Batista

Profa. Ma. Ana Kelma Cunha Gallas

Prof. Me. Antônio Carlos Leal Cortez

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Dra. Artemária Coelho de Andrade (UFPI)

Profa. Dra. Ana Carla Marques da Costa (UEMA)

Profa. Dra. Ana Cristina Limongi França (USP)

Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock (PUC/SP)

Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa (UFPI)

Dr. Antonio Teixeira de Barros (Câmara dos Deputados)

Prof. Dr. Antonio Messias Nogueira da Silva (UFBA)

Prof. Dr. Alfonso Marquina Márquez (Universidad de Valladolid, Espanha)

Prof. Dr. Carlos Roberto Lyra da Silva (UNIRIO-RJ)

Profa. Dra. Cássia Maria Carloto (UEL)

Profa. Dra. Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro (UFMA)

Prof. Dr. Daniel Dias Rufino Arcanjo (UFPI)

Prof. Dr. David Fernandes Leal (UNIVASF)

Profa. Dra. Edna Maria Severino Peters Kahhale (PUC/SP)

Prof. Dr. Estelio Henrique Martin Dantas (UNIRIO-RJ)

Profa. Dra. Estrella Montes López (Universidad de Salamanca, Espanha)

Profa. Dra. Inês de Oliveira C. de A. Amaral (Universidade de Coimbra, Portugal)

Profa. Dra. Deuzuita dos Santos Oliveira (UEMA)

Prof. Dr. Francisco Javier H. Gutierréz (Universidad de Salamanca, Espanha)

Prof. Dr. Francisco Assumpção Jr (USP)

Prof. Dr. Jaime Pedro Oliveira da Silva (Universidade de Coimbra, Portugal)

Prof. Dr. José Ignacio Aguaded Gomez (Universidad de Huelva, Espanha)

Profa. Dra. Jezabel Amparo Lucas García (Universidad de Valladolid, Espanha)

Prof. Dr. Jose Fernandes Filho (UFRJ)

Prof. Dr. José Medeiros de Araújo Júnior (UFPI)

Profa. Dra. Katia Cristina Silva Forli Bautheney (USP)

Profa. Dra. María Izabel Rodriguez Fidalgo (Universidad de Salamanca, Espanha)

Profa. Dra. Maria do Carmo de Carvalho e Martins (UFPI)

Profa. Dra. Magnólia de Jesus Sousa Magalhães (UEMA)

Profa. Dra. Maria das Graças Targino (UFPB)

Profa. Dra. Maria Júlia Giannasi-Kaimen (UEL)

Prof. Dr. Marcos Antônio Tavares Lira (UFPI)

Profa. Dra. Maria Laura Lopes Nunes Santos (UESPI)

Prof. Dr. Matias Francisco Gomes de Sales (UEMA)

Prof. Dr. Mauro Cesar G. de Alencar Carvalho (Universidad Católica del Maule-Chile)
Profa. Dra. Monique Culturato Padilha Mendonça (Unicamp – SP)
Profa. Dra. Nícia Bezerra Formiga Leite (UFPI)
Prof. Dr. Roberto Alves de Lima Montenegro Filho (UFPI)
Prof. Dr. Siro Bayón Calvo (Universidad de Valladolid, Espanha)
Profa. Dra. Sally Cristina Moutinho Monteiro (UFMA)
Profa. Dra. Solange Maria Teixeira (UFPI)
Profa. Dra. Sueli Mara Pinto Ferreira (USP)
Prof. Dr. Stefan Mayer (Universität Augsburg, Alemanha)
Prof. Dr. Osvaldo Nilo Balmaseda (Universidad de Havana, Cuba)

COORDENAÇÃO DE GRUPOS TEMÁTICOS

Profa. Dra. Artemária Coelho de Andrade (UFPI)
Profa. Dra. Ana Carla Marques da Costa (UEMA)
Profa. Dra. Ana Cristina Limongi França (USP)
Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock (PUC/SP)
Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa (UFPI)
Dr. Antonio Teixeira de Barros (Câmara dos Deputados)
Prof. Dr. Antonio Messias Nogueira da Silva (UFBA)
Prof. Dr. Alfonso Marquina Márquez (Universidad de Valladolid, Espanha)
Prof. Dr. Carlos Roberto Lyra da Silva (UNIRIO-RJ)
Profa. Dra. Cássia Maria Carloto (UEL)
Profa. Dra. Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro (UFMA)
Prof. Dr. Daniel Dias Rufino Arcanjo (UFPI)
Prof. Dr. David Fernandes Leal (UNIVASF)
Profa. Dra. Edna Maria Severino Peters Kahhale (PUC/SP)
Prof. Dr. Estelio Henrique Martin Dantas (UNIRIO-RJ)
Profa. Dra. Estrella Montes López (Universidad de Salamanca, Espanha)
Profa. Dra. Inês de Oliveira Castilho de A. Amaral (Universidade de Coimbra, Portugal)
Profa. Dra. Deuzuita dos Santos Oliveira (UEMA)
Prof. Dr. Francisco Javier H. Gutierrez (Universidad de Salamanca, Espanha)
Prof. Dr. Francisco Assumpção Jr (USP)
Prof. Me. Francisco Renato Lima (Dmte-UFPI/Cead-UFPI)
Prof. Dr. Jaime Pedro Oliveira da Silva (Universidade de Coimbra, Portugal)
Prof. Dr. José Ignacio Aguaded Gomez (Universidad de Huelva, Espanha)
Profa. Dra. Jezabel Amparo Lucas García (Universidad de Valladolid, Espanha)
Prof. Dr. Jose Fernandes Filho (UFRJ)
Prof. Dr. José Medeiros de Araújo Júnior (UFPI)
Profa. Dra. Katia Cristina Silva Forli Bautheney (USP)
Profa. Dra. María Izabel Rodriguez Fidalgo (Universidad de Salamanca, Espanha)
Profa. Dra. Maria do Carmo de Carvalho e Martins (UFPI)
Profa. Dra. Magnólia de Jesus Sousa Magalhães (UEMA)
Profa. Dra. Maria das Graças Targino (UFPB)
Profa. Dra. Maria Júlia Giannasi-Kaimen (UEL)
Prof. Dr. Marcos Antônio Tavares Lira (UFPI)
Profa. Dra. Mary Gracy e Silva Lima (UESPI/UEMA)
Profa. Dra. Maria Laura Lopes Nunes Santos (UESPI)
Prof. Dr. Matias Francisco Gomes de Sales (UEMA)

Prof. Dr. Mauro Cesar Gurgel de A. Carvalho (Universidad Católica del Maule - Chile)
 Profa. Dra. Monique Culturato Padilha Mendonça (Unicamp - SP)
 Profa. Dra. Nícia Bezerra Formiga Leite (UFPI)
 Prof. Dr. Roberto Alves de Lima Montenegro Filho (UFPI)
 Prof. Dr. Siro Bayón Calvo (Universidad de Valladolid, Espanha)
 Profa. Dra. Sally Cristina Moutinho Monteiro (UFMA)
 Profa. Dra. Solange Maria Teixeira (UFPI)
 Profa. Dra. Sueli Mara Pinto Ferreira (USP)
 Prof. Dr. Stefan Mayer (Universität Augsburg, Alemanha)
 Prof. Dr. Osvaldo Nilo Balmaseda (Universidad de Havana, Cuba)

SUMÁRIO

Apresentação15

Capítulo 1

Educação e sociedade pelo prisma filosófico: sobre escolhas universitárias e desenvolvimento profissional19

Ana Kaline da Silva Barbosa

Francisco Renato Lima

Capítulo 2

Atividades de retextualização do gênero história em quadrinhos (hqs): leitura & interação em processo35

Francisco Renato Lima

Capítulo 3

Habilidades sociais e saúde mental no contexto de ensino uma revisão de literatura47

Sabrina Calaça Machado

Lísia Maria Monteiro Ferreira

Iza Caroline Mineiro Furtado

Carlos Eduardo Gonçalves Leal

Capítulo 4

A contribuição da psicopedagogia no atendimento de crianças com deficiência em um centro de reabilitação de alta complexidade59

Maria dos Remédios Mendes Chaves Barreto

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger

Maria Andreia da Nóbrega Marques

Capítulo 5

Destrinchando os 13 porquês: uma análise documental da série de streaming “13 reasons why”73

Thaís Milena Vale de Sousa

Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho

Capítulo 6

Comportamento suicida: perspectiva dos profissionais de um serviço de urgência de Teresina-Pi89

Marisa Ferreira Rochal,

Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho

Capítulo 7

A política de seguridade social no Brasil: diagnósticos e perspectivas101

Solange Maria Teixeira

Sarah Moreira Arêa Leão

Capítulo 8

Direitos reprodutivos da mulher no romance distópico Conto da Aia de Margaret Atwood 117

Letícia dos Santos Sousa

Rosália Maria Carvalho Mourão

Capítulo 9

Associação entre os níveis de atividade física e de estresse em estudantes do ensino médio de Teresina-Pi 125

Márcia Cristiane Araújo Centro

Matheus José Acácio de Oliveira

Ana Vitória Moreira Nogueira

Francilene Batista Madeira

Fernando Donatan Viegas Braga

Herbert Gustavo Simões

Nanci Maria de França

Capítulo 10

Avaliação do perfil dos antidepressivos e ansiolíticos dispensados em uma drogaria: um estudo de campo 141

Naiara Costa Araújo

Daniela Teresa Da Silva Carrias

Maria Francisca Ferreira dos Santos

Rogelma Lima de Sá

Maria Helena Rodrigues Mesquita Brito

Capítulo 11

A humanização da assistência ao parto como processo de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres 149

Nayara Gisele Rodrigues Beserra Lopes

Capítulo 12

Teoria das restrições e mapeamento de processos em um centro de distribuição 165

Evanielle Barbosa Ferreira

Rhubens Ewald Moura Ribeiro

Capítulo 13

Análise de manifestações patológicas em residências unifamiliares do bairro São Pedro – Teresina Pi 179

Marcos Alécio Campos da Silva,

Alefen Silva de Sousa,

Amanda Fernandes Pereira da Silva,

Jassinfla Araújo Silva,

João Bráz Araújo Neto

Capítulo 14

Eficiência hidroenergética em sistemas de distribuição de água 191

Hyane Assunção de Araújo

APRESENTAÇÃO

O CBCS – Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade - é um evento que surgiu da constatação de que há um elo inquebrantável entre o fazer científico e a sociedade.

Nestes tempos de mudanças paradigmáticas, é necessário, mais que nunca, discutir Ciência, e como a Ciência pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a defesa do Meio Ambiente e de sua biodiversidade, ou para uma vida mais saudável.

É evidente que, ao se propor responder às pequenas e grandes perguntas, a Ciência contribui significativamente para tornar a experiência humana mais rica e complexa. E, mesmo agora, quando já usufruímos de tantas conquistas, - antes inimagináveis -, ainda há inúmeros desafios a serem vencidos no campo social.

Mais do que nunca, precisamos de uma Ciência que dê esperança, que traga respostas, e que norteie as expectativas e aspirações humanas. Estamos cada vez mais cientes de que a vida é um sistema complexo, e que possui uma miríade de elos e interconexões entre seus componentes. E é à luz desse reconhecimento, que o Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade abre um importante debate sobre as relações entre Inovação, Diversidade e Sustentabilidade.

A escolha da temática Inovação, Diversidade e Sustentabilidade, por este congresso, está relacionada ao aprofundamento do diálogo entre as áreas e a necessidade de alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Como a Ciência pode contribuir para satisfazer as necessidades humanas básicas, principalmente, nas diversas partes do mundo ainda sem acesso à saúde, à educação e à alimentação saudável?

O extraordinário desenvolvimento da ciência e da tecnologia, vem assumindo um papel central nas transformações pelos quais o mundo atravessa.

Hoje, mais que nunca, a ciência e a tecnologia são importantes ferramentas de transformação social. Assim como a busca pelo conhecimento e a utilização ética dos saberes, se constitui no principal motor de mudanças.

É necessário refletir sobre o necessário diálogo entre a comunidade científica e a sociedade. Como promover o uso do conhecimento científico para o bem-estar social, em prol da paz e de um desenvolvimento sustentável.

Temos sonhos possíveis de serem realizados:

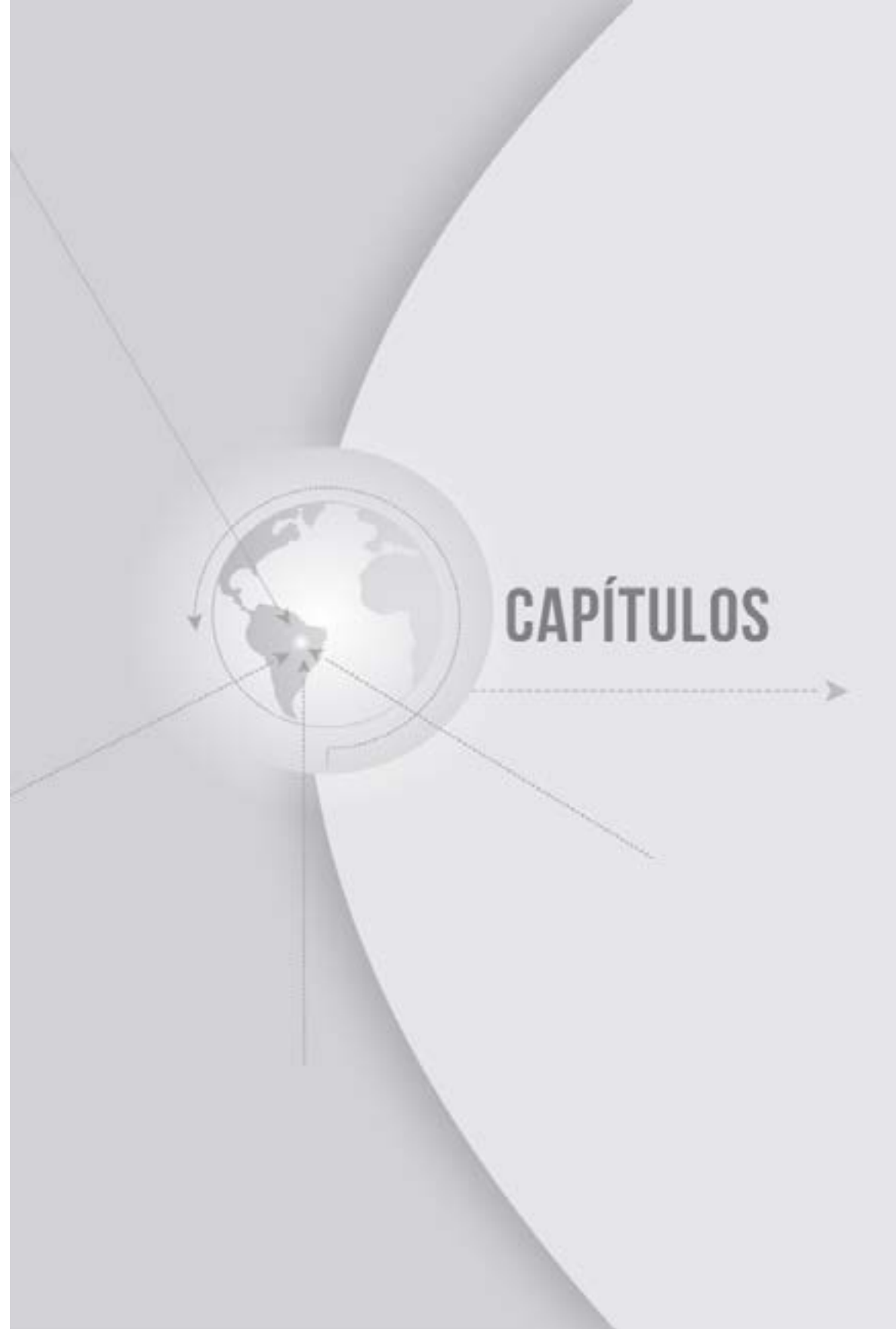
Aspiramos por viver em um mundo melhor, livre da pobreza, da fome, das doenças e das desigualdades.

Aspiramos por um mundo livre do medo e da violência, por um mundo com acesso equitativo e universal à educação de qualidade, onde as pessoas possam ter acesso aos cuidados de saúde e de proteção social, e onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados.

Parabéns aos autores e autoras que participam dessa importante publicação, que reafirma os nossos compromissos com a vida. Que possamos transformar o mundo, em um mundo melhor para ser vivido.

Antonieta Lira e Silva

Pró-Reitora de Ensino do UNIFSA



Educação e sociedade pelo prisma filosófico: sobre escolhas universitárias e desenvolvimento profissional¹

Ana Kaline da Silva Barbosa ²
Francisco Renato Lima³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

São vários os quesitos e fatores que influenciam a formação e o funcionamento da sociedade, mas como isso ocorre é que faz com que esse meio social seja realmente satisfatório para seus cidadãos. Nesse cenário, um dos mecanismos que faz essa sociedade se movimentar é a educação, tanto a básica, quanto a superior.

Assim, quando os alunos saem dessa última etapa do sistema escolar e se inserem como parte da movimentação social no mercado de trabalho, é que as engrenagens equivocadas, decorrentes das escolhas feitas, começam a provocar o mau funcionamento social.

Assim, a sociedade pode ser vista como uma máquina, como retratado no filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, que mostra uma engrenagem fora do lugar, a qual deixa a máquina completamente descompensada, dominando o humano.

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Bacharel em Direito. Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIFSA).
E-mail: aninhakalinesb@hotmail.com

3 Doutorando em Linguística, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

Quando as pessoas resolvem escolher que curso farão nas Instituições de Ensino Superior (IES) (universidades, centros universitários, faculdades, institutos), raramente analisam o que realmente a sociedade onde estão inseridos está precisando em termos de profissão e quais já estão saturadas e impedem a integração satisfatória desses alunos na máquina social. Isso também é alimentado por uma visão social, baseada em títulos e em um mercado educacional mercenário, pautado apenas no lucro e em quais profissões atraem mais públicos e mais renda financeira.

O fato é que, essa escolha que, aparentemente, diz respeito apenas à qual profissão irá seguir, interfere em todos os setores sociais, pois acaba criando profissionais obsoletos e que não conseguem exercer suas profissões em um mercado saturado, de modo que migram para outros setores e pouco contribuem no que realmente deveriam. Por conta disso, se sentem frustrados, fazem outros cursos superiores, passam a inchar o setor do desemprego, movimentam a educação a distância e, o mais grave, se tornam cidadãos que não ligam para os acontecimentos do país e pouco fazem para um crescimento social saudável e justo.

Essa breve exposição do tema, tem o intuito de mostrar uma visão de como uma educação superior mal direcionada e pautada simplesmente em status e enriquecimento rápido (sem muito esforço) podem desaguar em uma sociedade doente, na qual seus cidadãos pouco sabem sobre o poder de mudança social que possuem e acabem se contentando com uma vida pautada no “tentar sobreviver” e no “não tenho tempo para questões sociais”.

A educação deve ser vista, não apenas como um meio de sucesso financeiro, atribuindo-lhe apenas um valor mercadológico, uma vez que, ela funciona, sobretudo, como um meio de transformação social e de movimentação eficiente e crescente de seus setores.

Neste estudo discute-se a educação como um poderoso instrumento de movimentação e modificação social, provocador de mudanças. Essa discussão já foi anunciada há alguns séculos, por grandes pensadores da humanidade, como Platão e seu mestre Sócrates, que demonstraram que uma educação bem aproveitada e bem escolhida representa um dos pilares principais para sustentar uma sociedade pautada em princípios de igualdade e justiça social.

SOCIEDADE E ENSINO SUPERIOR: UM *CONTINUUM* (INTER) RELACIONAL E DE INFLUÊNCIAS RECÍPROCAS

A educação, conforme Luckesi (1994) apud Lima; Rego (2018), quando relacionada à sociedade, pode assumir um desses três sentidos: redentora, reprodutora ou transformadora. A primeira diz respeito a uma educação que olha a sociedade “de fora”, como se não pudessem se unir, pois esta depende daquela para desenvolver habilidades, lapidar os valores éticos e “adaptar o indivíduo a sociedade”. Já a segunda, apenas reproduz as mazelas sociais, pois está integralmente inserida socialmente e, por isso, apenas “fotocopia” as “ações” sociais e as “passa” adiante. Enquanto a terceira, diz respeito a uma educação que, além de fazer parte da sociedade, se preocupa em agir para ajudar em seu desenvolvimento saudável e, acima de tudo, não nega a importância educacional para uma sociedade justa e, realmente, democrática (LIMA; REGO, 2018).

Não se pode separar educação e sociedade, sem que esta tenha um prejuízo inegável, pois os parâmetros a serem discutidos dos portões das IES para dentro, reverberarão dos portões para fora. Uma instituição educacional não é um órgão aquém da sociedade, mas uma parte importante desta, onde estarão em formação política, social, emocional e individual seres que serão os movimentadores diretos das engrenagens sociais “amanhã”. “É exatamente por ser

uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade” (CHAUÍ, 2003, p. 2).

Assim, a educação deve ser considerada e vista como parte indissociável da sociedade. Desse modo, o Ensino Superior constitui-se em um espaço de promoção da autonomia intelectual, motivador de sujeitos pensantes, engajados e atuantes socialmente. Sujeitos que, não só aprendem a conhecer, como também, aprendem a “fazer” e a “ser”.

Numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas. (DELORS, 1998, p. 101)

É necessária uma troca saudável de conhecimento, onde os discentes e todos os que compõem o Ensino Superior aprendam a pensar de forma racional, integrada e vislumbrem a educação como um todo, para que vejam suas futuras profissões, não apenas como uma forma de angariar lucro, mas principalmente, como uma valiosa ferramenta de engrandecimento social.

Os problemas sociais também devem ser vistos e discutidos dentro das IES, pois nelas se encontram as “potencias pensantes” de uma sociedade e é de onde saem grande parte das soluções dos problemas sociais; ou também, grande parte da causa do agravamento desses problemas, se forem formados profissionais obsoletos, que incham a comunidade, atrapalham o bom funcionamento social e não fazem nada para melhorar os problemas coletivos. Por isso, uma IES não deve apenas ser uma criadora de técnicos, mais uma

incentivadora de valores humanos e de pessoas que crescem individualmente, mas também, preocupadas com o crescimento coletivo.

Elas [as IES] precisam buscar caminhos capazes de aflorar os valores humanos e ensinar o aparecimento de gestores comprometidos com aspectos sociais e éticos. [...] Seu fracasso compromete o desenvolvimento individual, social e profissional das pessoas, bem como, do Estado e País. (SILVA; LIMA, 2016, p. 52)

Uma educação superior realmente eficaz é aquela que oportuniza a troca de conhecimentos e habilidades, com o intento de formar profissionais tecnicamente competentes (SILVA; LIMA, 2016), mas também, para formar cidadãos, humanamente e socialmente, atuantes, comprometidos com a transformação social.

Não dá pra conceber uma sociedade saudável, sem IES fortes e engajadas com a mesma. Por conta disso, sociedade e instituições formadoras, não devem ser espaços antagônicos, atuantes em lados opostos de uma mesma arena.

Pelo contrário, devem andar de mãos dadas e lutar juntos, em prol de um mundo melhor e bem desenvolvido, tanto em termos econômicos e principalmente, em termos humanos e valorativos de valores cidadãos.

UMA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO: PELOS OLHOS DE PLATÃO

Para um entendimento de como a educação influencia em uma sociedade bem sucedida, se fará necessário um mergulho pelo pensamento de grandes filósofos e educadores que passaram pela humanidade, entre eles, Paulo Freire e Platão, que, em sua República, afirmou que, para uma sociedade se erguer em patamares sólidos era de extrema importância uma educação

robusta e igualitária, para que assim, todos tivessem uma noção de seus deveres sociais e fossem, dessa forma, bem sucedidos na vida e como cidadãos atuantes e cientes de seus direitos (PLATÃO, 2014). O filósofo afirmava que não era possível o funcionamento eficaz e justo de uma máquina estrutural da sociedade, sem que seus jovens fossem conscientes em suas escolhas profissionais, para que pudessem contribuir de forma que não fiquem aquém dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, pudessem ser bem sucedidos em suas escolhas. Era uma via de mão dupla (PLATÃO, 2014). Platão, personificado em Sócrates, em um de seus diálogos indaga um de seus ouvintes, sobre as consequências de uma escolha profissional mal orientada e mal executada, tanto para quem escolhe, quanto para a sua futura atuação no âmbito social. Platão afirma como é penoso para um ser humano executar uma tarefa que quase não lhe traz retorno: “Se adquire conhecimento lenta ou rapidamente. Ou supões que alguém poderia amar uma tarefa quando lhe é penoso realizá-la e quando muito empenho traz somente pouco retorno?” (PLATÃO, 2014, p. 254).

O filósofo enfatiza ainda sobre as más escolhas, quando diz: “E se nada pudesse reter do aprendizado porque tomado pelo esquecimento? Poderia deixar de estar vazio de conhecimento?” (PLATÃO, 2014, p. 254). Aqui, ele questiona sobre um conhecimento incompleto, onde saberes mal direcionados reverberam em um conhecimento obsoleto e inútil. O conhecimento que não é aplicado, de nada serve, já sentenciou Leonardo Da Vinci (1452-1519) (GHIRALDELLI JUNIOR, 1957). Quando era perguntado sobre os pilares que devem reger uma sociedade próspera e justa,

Platão (2014) falava que o maior bem que uma sociedade pode deixar para seus membros é uma boa educação. Para ele, era impossível que pessoas se desenvolvessem de forma plena e, com

isso, fossem cidadãos cientes de seus direitos e deveres, sem uma base educacional adequada.

Será agora necessário que a velha ideia de educação, como “repassa e cola” de informações seja deixada de lado, pois o grande mestre mostra um leque bem mais profundo. Para Platão (2014), a educação passava pelo intelecto, mas também, pelo corpo físico e por tudo o que envolvia o ser humano para que este se desenvolvesse de forma a dar vida a toda potência que já lhe é inata.

O filósofo afirmava que a educação passava pela Música e pela Ginástica, para que fosse considerada em sua totalidade. Mas, é bom que fique claro que, a Música não eram apenas melodias e notas musicais, mas as nove musas do conhecimento, que deveriam ser estudadas e seguidas para a plenitude do ser. Eram elas: Astronomia, Comédia, Dança, História, Música (agora sim melodias e notas musicais), Poesia Épica, Poesia Lírica, Retórica e Tragédia (PLATÃO, 2014).

Afirmava também, como que aprisionadas em uma caverna desde a infância, onde só podem olhar para reflexos de sombras na parede, provocados pela luz de uma fogueira logo atrás deles, mas que não podem se virar pra ver por que estão aprisionados por correntes. Então, tudo o que julgam existir são as sombras e as vozes de seus carrascos do lado de fora.

[...] imagina seres humanos habitando uma espécie de caverna subterrânea, com uma longa entrada acima aberta para a luz e tão larga como a própria caverna. Estão ali desde a infância, fixados no mesmo lugar, com pescoços e pernas sob grilhões, unicamente capazes de ver à frente, visto que seus grilhões os impedem de virar suas cabeças. Imagina também a luz de uma fogueira acesa distância, acima e atrás deles. Também atrás deles, porém num terreno mais elevado, há uma vereda que se estende entre eles e a fogueira. Imagina que foi construído ao longo dessa vereda um muro baixo, como o anteparo diante de manipuladores de marionetes acima do qual eles os exibem. (PLATÃO, 2014, p. 289)

Com seu clássico “Mito da Caverna”, Platão alerta para os perigos que a falta da educação acarreta para a sociedade, pois produz cidadãos facilmente manipuláveis e que se contentam com migalhas de informações, mantendo-se aprisionados mais ainda, pois “não dá para ‘ensinar’ para aquele que acha que já sabe tudo” (EPICTETO, 50 – 138 a. C) A ignorância é um “prato cheio” para governantes aproveitadores, pois um povo ignorante é um povo facilmente controlado pelo “cabresto” (EPICTETO, 1941). Um povo ignorante tem seus direitos desrespeitados, não sabe de seus deveres, não se atenta para as manipulações, é extremamente moldável ao bel prazer dos poderosos, se contenta com “migalhas de direitos” e ainda agradece por isso.

Para Platão (2014), a educação vai muito além dos muros de uma instituição, ela é o vetor direto para a movimentação social. Dependendo de como é executada, pode ser um vetor positivo para formar um cidadão consciente e atuante e, com isso, propiciar seu desenvolvimento pleno e integrado às necessidades sociais ou contribuir para um cidadão fragilizado pelas mazelas sociais, preocupado apenas com seu individualismo, incapaz de contribuir para o bom funcionamento da comunidade em que está inserido, enfim, marionete para o teatro grotesco do: “Eu finjo que faço, você finge que acredita (às vezes até acredita mesmo) e a sociedade finge que evolui”.

Platão (2014) alerta ainda, para a falta de uma educação adequada (nos moldes mencionados) daqueles que estão à frente dos preceitos governamentais da sociedade. “E quanto aos não educados que não tem conhecimento verdadeiro? Não é provável, ou melhor, não se conclui necessariamente do que dissemos antes que jamais governarão adequadamente um Estado?” (PLATÃO, 2014, p. 295). É impossível que uma sociedade se desenvolva de forma

justa, sem que seus membros tenham a tão falada educação. Tanto os que governam, quanto os governados, necessitam ter ciência de seus direitos e deveres e ambos devem ser respeitados.

CONHECIMENTO FILOSÓFICO E FORMAÇÃO CIDADÃ E EMANCIPADA: POR UMA CONCEPÇÃO APLICADA ÀS ESCOLHAS DO JOVEM E À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A escolha do curso superior que determina sua profissão no meio social, questão enfatizada neste estudo, parte do propósito de se destacar que, a influência arcaica de escolhas profissionais, pelo simples quesito de status e influenciada pela cobiça de lucros, advinda das IES pode ser crucial, não só para o acúmulo de diplomas sem serventia, mas para a frustração profissional e o mau funcionamento da máquina social.

Platão (2014, p. 254) reflete: “E não achas que se seu esforço é em vão não acabará inevitavelmente por odiar a si mesmo e a própria profissão?” Quando a escolha da profissão é pautada por essa visão mercantilista, mercadológica e visando lucro financeiro fácil, gera uma angustia profissional e existencial. Isso faz com que a sociedade até tenha um profissional bem sucedido financeiramente, mas inapto a exercer um papel de cidadão ativo em questões sociais.

As engrenagens sociais não funcionarão de forma justa e integradora se as escolhas profissionais se pautarem apenas em escolhas individuais. “Então, não será razoável alegarmos em sua defesa que é da natureza do verdadeiro amante do conhecimento empenhar-se na busca do ser e não permanecer envolvido com a multiplicidade das coisas particulares que a opinião tem como ser?” (PLATÃO, 2014, p. 259).

Um indivíduo bem sucedido não deve ser apenas aquele que tem uma profissão que lhe dará status social e retorno financeiro

lucrativo, mas um indivíduo que saiba indagar sobre os acontecimentos ao seu redor e seja atuante e ciente de seu posicionamento como cidadão. Por fim, que para além de uma peça no tabuleiro, seja também um jogador.

Mas considera, meu amigo, quando ele, por sua vez, eleva alguém a um nível superior e o induz a deixar de lado questões do tipo 'Minha injustiça contra ti, ou a tua contra mim' a favor de uma investigação da própria justiça e da própria injustiça: o que são e de que modo diferem de tudo o mais e entre si. (PLATÃO, 2007, p. 95)

O Ensino Superior não deve servir apenas para produzir diplomas e profissionais, mas para guiar cidadãos pensantes capazes de sopesar os problemas sociais e atuar para mudá-los. Ao mesmo tempo, cidadãos e profissionais conscientes, que além de terem uma bela casa ou um carro do ano, são capazes de pensar criticamente, saindo do papel de “reclamadores profissionais” para “profissionais reclamadores”, no sentido de verem os problemas sociais e atuarem para resolvê-los e não apenas esperarem soluções “mágicas” caídas do céu.

Quando a cultura de antivalores se instala, as escolhas são embasadas apenas em ganhos e o próprio conhecimento fica ameaçado.

Passando radicalmente do aporte da Filosofia para a nossa época, constatamos a existência de uma cultura de antivalores. Na medida em que recebemos dados de forma reduzida, fato comum atualmente, não temos subsídios para entender o contexto completo dessas informações e o próprio conhecimento acaba sendo limitado. (ECHENIQUE; ALVES, 2009, p. 119)

Essa cultura é perigosa e nociva, pois cria uma visão errônea de IES produtoras de técnicos, que só estão preocupados com

suas individualidades e crescimento financeiro, mas incapazes de observar os problemas sociais e agirem para ajudá-los.

As IES devem apresentar ao discente, a importância de sua profissão para a sociedade, bem como, seu real comprometimento com esta, para que ele fique ciente da importante ferramenta de mudança social que ele possui, como um sujeito atuante e reflexivo, como aponta Freire (1979). Um sujeito que não se engaja nas necessidades de “sua sociedade” é um sujeito engajado com a desumanização. “Comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também” (FREIRE, 1979, p. 19).

Para que alguém se comprometa socialmente é necessário uma formação humana, que lhe garanta um comprometimento consigo mesmo. Freire (1979, p. 19) explica: “Pois bem, se nos interessa analisar o compromisso do profissional com a sociedade, teremos que reconhecer que ele, antes de ser profissional, é homem. Deve ser comprometido por si mesmo”.

Para que o homem seja engajado socialmente, deve ter esse engajamento como objeto de conhecimento. Não tem como um ser se preocupar com as mazelas sociais se só é ensinado a se preocupar com o próprio “umbigo”. Por isso “a consciência reflexiva deve ser estimulada: conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade” (FREIRE, 1979, p. 30). Estudantes do Ensino Superior são seres humanos que atuarão com e para outros seres humanos. Assim, tratá-los como meras “máquinas angariadoras de lucro” faz com que as escolhas profissionais sejam pautadas apenas no monetário, que o lado humano seja esquecido, que as IES “reproduzam diplomas inúteis” e que profissionais obsoletos sejam “produzidos em escala”.

Uma análise nos anais da história filosófica da humanidade, mostra, de forma inegável, que os resultados almejados por

uma sociedade realmente funcional e justa, devem passar pela reformulação dos pensamentos atuais de uma educação obsoleta, baseada apenas no lucro.

Para que esse cenário de escolhas profissionais seja saudável e útil, tanto para quem escolhe, quando para a sociedade que recebe esses profissionais, uma boa orientação filosófica se faz indispensável. Pois, com ensinamentos voltados para incentivar o pensamento crítico e realmente democrático é que esses discentes, futuros “motores sociais”, saberão escolher de forma embasada e avaliativa suas carreiras e, com isso, saberão seus reais papéis sociais (GHIRALDELLI JUNIOR, 1957). Essa visão filosófica e democrática está em total sintonia com os quatro pilares da educação, elencados pela UNESCO em 1998, quando aponta que, para que um indivíduo se torne um profissional realmente engajado à sociedade a qual está inserido e apto a ser agente transformador da realidade social, é necessário um “aprender a conhecer” e um “aprender a fazer”, de modo concatenado com um “aprender a viver juntos” e um “aprender a ser” (DELORS, 1998).

Ou seja, conhecimentos técnicos e específicos de cada área profissional são inegavelmente importantes, mas se tornam obsoletos e inúteis, quando não são unificados ao pensamento humanístico e crítico. Não precisamos de “máquinas pensantes”, mas de “seres humanos atuantes”. O desenvolvimento da liberdade e do pensamento crítico representa uma mudança de paradigmas, que não deve ser temida. Pelo contrário, deve ser incentivada. O discente, que amanhã será um profissional inserido na engrenagem social precisa ser orientado por um pensamento crítico, como afirma Freire (1979, p. 51) “o trabalhador social que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula, não foge da comunicação, pelo contrário, a procura e vive”.

O discente que atuará na sociedade munido de seu diploma universitário deve ser antes de tudo humano. Deve ser ensinado a

ver e entender os problemas sociais e, com isso, tornar seus “títulos” realmente úteis à comunidade e ao país.

O trabalhador social que opta pela mudança não vê nesta uma ameaça. Adere à mudança da estrutura social porque reconhece esta obviedade: que não pode ser trabalhador social se não for homem, se não for pessoa, e que a condição para ser pessoa é que os demais também sejam. Ele está convencido de que se a declaração de que o homem é pessoa e como pessoa é livre não esteve associada a um esforço apaixonado e corajoso de transformação da realidade objetiva, na qual os homens se acham coisificados, então, esta é uma afirmação carece de sentido. (FREIRE, 1979, p. 51)

Mudar não é uma ameaça quando é para melhor. Diplomas inúteis, profissionais obsoletos e incapazes de um pensamento crítico e um não entendimento de uma verdadeira democracia só serão superados, com o engajamento de pessoas que se tornem reais trabalhadores sociais e não meros fantoches nas mãos de forças de poder, que intentam apenas reproduzir as mazelas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de um curso superior não influencia apenas a vida de quem escolhe, mas pode ser a linha que divide uma sociedade que realmente funcional e justa, de uma sociedade onde seus profissionais são obsoletos e incapazes de uma análise crítica e democrática socialmente.

Um cidadão desumanizado e aquém das necessidades de sua sociedade é um cidadão à margem de sua própria vivência, pois se torna instrumento fácil de manipulação pelos “movimentadores sociais”, que estão no poder e que se valem da incapacidade de criticidade de seus membros para enganar, persuadir e tornar a máquina social um mero “angariador de fundos”. Para que uma IES realmente forme cidadãos profissionais é preciso o investimento

em uma formação humanística e crítica. Formar técnicos não é garantia de profissionais preocupados com as necessidades sociais e realmente atuantes. Mas formar “humanos pensantes” é a garantia de, no mínimo, cidadãos inquietos, críticos e entendedores do significado de democracia.

Sendo assim, não é preciso receitas mágicas, viagens intergalácticas ou a volta ao mundo em 80 dias, como relata o escritor francês Júlio Verne, em seu homônimo romance de aventura, lançado em 1873 (VERNE, 1970).

No caso abordado neste estudo, basta um mergulho nos ensinamentos de pensadores do ontem e do hoje, como Platão e Freire, respectivamente, os quais já perceberam que a solução para uma sociedade desregulada e injusta, é a formação de pessoas engajadas com o meio social, cientes de seus problemas e necessidades e o mais importante, humanos em todas as acepções da palavra.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED**, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. UNESCO; MEC; Cortez: São Paulo, 1998.

ECHENIQUE, Michele; ALVES, Dimas Pincinato. **Filosofia e vocação para educadores**: Trilha A. e.d. Nova Acrópole. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2009.

EPICTETO. **O Manual de Epicteto, filósofo**. Trad. Frei Antônio de Sousa. São Paulo: Cultura, 1941. FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Filosofia da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1957.

LIMA, Francisco Renato; REGO, Safira Ravenne da Cunha. Discursos, contradiscursos e memórias homoafetivas em espaços escolares: uma leitura histórico-discursiva de O Ateneu, de Raul Pompéia. In: LIMA, Francisco Renato; SILVA, Marcos Helam Alves da (Org.). **Linguagem em (con)texto**: discurso e práticas cotidianas. Teresina: EDUFPI, 2018, p. 91-120.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **A complexidade da aprendizagem**: destaque no Ensino Superior. São Paulo: Alínea, 2009.

MASCHIO, E. A. **Platão**: a verdade está em outro lugar. São Paulo: Salvat, 2015.

PLATÃO. **Diálogos I**: Teeteto (ou do conhecimento), Sofistas (ou do ser), Protágoras (ou sofistas). Tradução e textos complementares e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007.

PLATÃO. **A República (ou da justiça)**. Tradução e textos complementares e notas Edson Bini. 2. ed. Bauru: Edipro, 2014.

SILVA, Jovina da; LIMA, Francisco Renato. Avaliação institucional: fatores impulsionadores e restritivos na gestão do Ensino Superior. In: SILVA, Jovina da; LIMA, Francisco Renato (Org.). **Ensino Superior**: concepção, avaliação e planejamento. Teresina: FUESPI, 2016. p. 48-66.

CHAPLIN, Charles. **Tempos Modernos**. Direção e Roteiro: Charles Chaplin. Interpretes: Trabalhador da fábrica (Charles Chaplin); Ellen Peterson (Paulette Goddard); Dono da fábrica (Al Ernest Garcia) United Artists. EUA, 1936.1 vídeo (1:23:09).

VERNE, Júlio. **A volta ao mundo em 80 dias**. São Paulo: Companhia Distribuidora de Livros, 1970.

Atividades de retextualização do gênero história em quadrinhos (hqs): leitura & interação em processo ¹

Francisco Renato Lima²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A retextualização [...] não é um processo mecânico, já que a passagem da fala para a escrita não se dá naturalmente no plano dos processos de textualização. Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita. (MARCUSCHI, 2010 [2001], p. 46)

As atividades de leitura, compreensão e escrita de textos correspondem ao grande desafio da escola, de promover o acesso aos domínios do mundo letrado, no sentido de promover o acesso e a democratização aos bens culturais que as prática de leitura afortunam socialmente. Nesse sentido, uma habilidade básica é a capacidade de lidar com a maior variedade possível de gêneros textuais, transformando-os, conforme as necessidades comunicativas e as circunstâncias de uso da língua.

¹ Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

² Doutorando em Linguística, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras – Estudos da Linguagem (UFPI). E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

Dentre essas possibilidades facultadas pela língua, a retextualização aparece como um caminho frutífero para a ampliação das capacidades cognitivas em leitura e escrita, uma vez que o falante, além de lançar mão de diferentes tipologias e gêneros textuais, nas modalidades oral e escrita da língua, também, imprime expressa seu nível de letramento social, por meio dos usos críticos e reflexivos da língua. Assim é o que ocorre na situação ilustrada neste estudo, quando explora-se possibilidades de retextualização do o gênero textual história em quadrinhos (HQs).

Esse gênero, segundo Costa (2009, p. 126), surgiu há mais de um século nos Estados Unidos, constituído por “uma morfossintaxe e sintaxe discursivas específicas: o desenho, o requadro (contorno do quadrinho ou vinheta), o balão, a figura, o uso de onomatopeias e de legendas, a elipse, a página ou prancha, conjugando discurso verbal e pictografias”, na construção de uma narrativa, de leitura interativa, criativa, dinâmica, manuseável e portátil.

Partindo desse caráter interativo e funcional do gênero é que, neste estudo, apresenta-se uma proposta de retextualização de um HQ protagonizado pela personagem “Radical Chic”. Entende-se esse processo textual-discursivo e interativo à luz das reflexões introdutórias de Marcuschi (2010 [2001]), combinadas aos desenvolvimentos propostos por Dell’isola (2007), Matencio (2002) e Lima (2019); além de Marcuschi (2008), Koch; Elias (2012) e Saraiva (2001), que tratam sobre leitura e escrita.

LEITURA E RETEXTUALIZAÇÃO COMO PROCESSOS DE INTERAÇÃO

As possibilidades de leitura não se esgotam no que a escrita traz, mas vai além: os sujeitos criam e recriam os objetos da leitura, através de processos que consistem, pois, em reinventar a linguagem por meio da experiência, do vivido, buscando através da subjetividade, desafiar, crescer, ir além das evidências linguísticas, contextualizando

e refletindo sobre o objeto cognoscível, e como resultado desta interação social, produzir novos textos (KOCH; ELIAS, 2012).

Nessa perspectiva, saber ler e escrever vai além do domínio de um instrumento, de uma ação mecânica. É uma ação social, integrada às práticas comunicativas, em que o sujeito traz para a leitura as vivências de seu cotidiano. Ao entrar em contato com o conhecimento novo, ele amplia suas percepções de mundo, modificando suas ações do cotidiano, através de práticas significativas de leitura, pois a leitura abre portas para uma compreensão de mundo e criticidade de articulação de ideias no exercício da cidadania, em uma sociedade cada vez mais marcada por práticas de leitura e escrita com significado e significância social. Complementa Saraiva (2001, p. 31) “a leitura constrói-se, assim, através de atividades de uso, contextualizadas e significativas da linguagem oral e escrita, bem como de atividades e análise e reflexão em condição de interlocução”.

Essa leitura ocorre por meio do contato com o texto, que segundo Marcuschi (2008, p. 72), caracteriza-se como ferramenta de fins comunicativos, portanto, além dos aspectos linguísticos, é preciso considerar sua funcionalidade comunicativa, uma vez que ele “é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas por seus veículos com o mundo no qual ele surge e funciona”. Essa funcionalidade é posta em serviço, justamente no processo de retextualização dos gêneros textuais.

[...] partindo-se do princípio de que os gêneros são fenômenos históricos que se relacionam a aspectos culturais e que a língua é manifestação do discurso na enunciação e decorrência das ações do homem em suas interações sociais, considera-se que o processo de retextualização (ou refacção e reescrita) de gêneros textuais traz à tona a necessidade de se refletir sobre a situação de produção de texto como parte integrante do gênero e também sobre as esferas de atividades em que os gêneros se constituem e atuam. (DELL’ISOLA, 2007, p. 12)

Em leitura interpretativa recente de atividades de retextualização, Lima (2019, p. 253) acrescenta que:

As retextualizações não acontecem em um contexto vazio ou neutro ideologicamente, pelo contrário, estão impregnadas da cultura ideológica da escrita (e dos problemas que ela acarreta) e das concepções de mundo dos sujeitos que lidam com as produções textuais. [...] A realização desses processos é um campo fértil ainda, para o estabelecimento do continuum tipológico oral e escrito, visto que há uma mescla, e, ao mesmo tempo, uma reorganização cognitiva dos usos da linguagem, conforme os propósitos discursivos do gênero e as intenções de cada sujeito na produção de (re) construção do texto.

Nesse universo de possibilidades, a retextualização configura um mecanismo de transformação das modalidades textuais e discursivas da língua (DELL'ISOLA, 2007), interferindo na mudança, ou não, na modalidade de uso; ou do gênero, permitindo que o sujeito se insira no mundo da escrita (LIMA, 2019; MATENCIO, 2002), de modo crítico e reflexivo.

A RETEXTUALIZAÇÃO COMO PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL: UMA BREVE ANÁLISE DO GÊNERO TEXTUAL BALÃO

O texto em análise³ constitui de uma HQs, com a personagem “Radical Chic”, publicado no GLOBO, Rio Show, numa sexta-feira, 10 de maio de 2013. A história representa algumas das problemáticas decorrentes das transformações sociais da contemporaneidade. As questões feministas mais evidenciadas são: a produção independente, o desapego ao casamento, a idealização de um parceiro, a dinâmica da rotina familiar versus mercado de trabalho e realização profissional;

³ Essa proposta de análise, semelhante a de Matencio (2002), foi realizada no Ensino Superior, na disciplina Leitura e Produção de Texto I, do 1º período do curso de Letras – Português e Francês, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), semestre 2013.1, ministrada pela professora Dra. Maria Angélica Freire de Carvalho, a quem dispenso agradecimentos. Nesta versão, assumo total responsabilidade sobre o conteúdo apresentado.

dentre outras questões relacionadas ao papel ocupado pela mulher na atualidade.

A priori, a HQs aborda uma questão meramente humorística, porém, uma leitura mais minuciosa aponta para questões muito mais amplas, complexas e constituintes da sociedade atual:

Ao lado de cada balão da HQs há uma releitura, ou seja, uma retextualização, feita em caixas de texto. Com base em Marcuschi (2011), veja-se as operações realizadas:

Fala/Balão 01:



Análise: A personagem se apresenta como uma mulher indecisa diante da possibilidade de ter filhos, partindo do pressuposto de que ter filho é uma tarefa muito difícil de assumir sozinha. Infere-se que ela é uma mulher independente, que não associa a ideia de ter filhos com casamento (produção independente), apesar de que assumir a maternidade sozinha é muito difícil.

Fala/Balão 02:



Análise: A personagem também repete a postura indecisa diante de uma escolha tão importante na vida: o casamento, alegando que tá difícil encontrar uma pessoa bacana para dividir tais responsabilidades.

Fala/Balão 03:



Análise: A personagem é consciente da ideia que as pessoas teriam dela por essas atitudes de incerteza e frente a questões fundamentais a vida de uma mulher. Neste ponto, é possível evidenciar alguns conflitos femininos da sociedade moderna: idealização do parceiro, repressão ao instinto materno em prioridade a outras realizações, realização pessoal x realização profissional, dentre outras comportamentos.

Fala/Balão 04:



Análise: A personagem aqui tenta parecer educada e segura de seus posicionamentos, mas na verdade ela já busca é um meio para fugir do assunto, não encarar os fatos com segurança e determinação, o que mais uma vez revela seus traços de insegurança em suas escolhas e indecisão em falar sobre as escolhas de sua vida pessoal.

Fala/Balão 05:



Análise: Como resultado, da estratégia que vem adotando desde a fala anterior, a personagem muda totalmente o foco da discussão e põe um questionamento que será respondido na fala seguinte. Percebe-se que ela consegue mudar o foco da discussão e parte para um assunto superficial, que em nada se assemelha as temáticas casamento e maternidade, fato que também revela outra característica tão recorrente no século XXI: a superficialidade humana.

Fala/Balão 06:



Análise: A personagem conclui que o que deseja mesmo é um "bom sundae de baunilha com calda de chocolate". Concluindo: usou de um artifício de humor para fugir da discussão, reafirmando mais uma vez, as características já evidenciadas durante todo o texto.

1. transformação do texto-base (HQs): do texto escrito (verbal) e imagético (não-verbal) para o escrito, com uma alteração parcial na modalidade uso da língua: do escrito e imagético para o puramente escrito.
2. mudança de gênero: da HQs para o que poderia ser chamado de um 'bloco de notas' ou 'comentários', gêneros bastante usuais nesse tipo de atividade, tanto no oral, como no escrito, como identificado por Lima (2019).

3. operações de transformação do texto, através de aspectos textuais-discursivos e cognitivos de: 1) **reformulação**, como *acréscimo*, *substituição* e *reordenação do texto*; e de 2) **compreensão**, como *inferência* e *generalização*.

O comportamento leitor e a capacidade transformativa, relacionada à competência textual do leitor, nesses processos, evidencia a complexidade que o envolve o papel da escola no compromisso de ensinar a ler e escrever, numa perspectiva de formar sujeitos emancipados intelectualmente, e que, pelo domínio dessas práticas, tornem-se ideologicamente comprometidos com uma cultura da criticidade, da cidadania e da transformação social, ultrapassando os limites impostos por uma visão homogeneizante e inserindo-se no seio da heterogeneidade que constitui a beleza das práticas de linguagem.

Uma segunda alternativa de retextualização da HQs foi a produção de um texto de tipologia narrativa, sem gênero definido, mas com estrutura formal clássica: introdução, desenvolvimento e conclusão; além dos elementos constitutivos: narrador, enredo, personagens, espaço e tempo. Veja:

Marisa e os conflitos existenciais de meia idade

Marisa é uma mulher bem sucedida, administradora de empresa, cerca de 37 anos de idade, mora sozinha em seu apartamento, com seu cachorro Bruce. Tem uma vida totalmente voltada para o trabalho. Suas únicas atividades fixas são o trabalho, academia, o almoço de domingo na casa dos pais, e raramente sai com as amigas pra balada. Quando sai, por muita insistência das amigas, adota uma postura introspectiva, não dança, não bebe, quando alguém mostra interesse por ela, logo coloca algum defeito, diz que a pessoa não faz seu "biotipo", como ela sempre define, enfim; não compartilha realmente dos prazeres da noite, assim como fazem as amigas.

Os pais e as amigas a recriminam por ser tão fechada, dedicar-se tanto ao trabalho e deixar de lado a vida pessoal, insistem que ela saia mais, se divirta, procure se entreter com algum tipo específico de evento, deixe de ser tão exigente e procure conhecer novas pessoas, quem sabe um namorado, novos lugares. Como é muito educada, Marisa escuta a todos os conselhos, rebate-os dizendo que está bem, e quanto a um companheiro, diz sempre que “tá difícil achar alguém legal”, mas na verdade é ela que não se permite a isso. É muito exigente, sonhadora e acaba idealizando as pessoas, sendo que estas nunca atendem ao seu padrão. Apesar de tudo isto, Marisa cogita a possibilidade de ter filhos, quem sabe uma produção independente, mas logo pensa nas responsabilidades que assumirá sozinha. Quando o assunto é casamento, logo argumenta: “tá difícil achar alguém legal”, e como é muito insegura e exigente quanto a sua vida pessoal, acaba comprometendo o sonho de ser mãe, pelos riscos que pode enfrentar ao cuidar sozinha de um filho, ou casar-se.

Como resposta a essas recorrentes cobranças vindas de seus pais e de seus amigos, que a querem ver bem resolvidas na vida pessoal e amorosa, Marisa usa sempre uma estratégia de fuga, desconversa do assunto, começa a falar de alguma coisa totalmente contrária, enfim, sai pela tangente, como se diz, e permanece a mesma: indecisa, confusa, exigente, sonhadora, e por isso, até hoje não casou e tão pouco teve filhos.

Fonte: (produção do autor, 2013)

Neste caso, as operações de retextualização utilizadas pelo produtor de texto, envolveram:

1. transformação do texto-base (HQs): do texto escrito (verbal) e imagético (não-verbal) para o escrito, sem alteração na modalidade uso da língua: do escrito e imagético para o puramente escrito.
2. mudança de gênero: da HQs para um texto narrativo clássico, que assemelha-se a um conto ou uma crônica narrativa.

3. operações de transformação do texto, através de aspectos textuais-discursivos e cognitivos de: 1) **idealização**: como eliminação e completude; 2) **reformulação**, como acréscimo, substituição e reordenação do texto; e de 3) **compreensão**, como inferência e generalização.

Fundamental também, para essa nova apresentação do texto, foi o nível de compreensão leitora e criticidade do produtor textual, ao lançar mão de recursos linguísticos que materializem a expressividade do verbal e não verbal, contidos no texto-base. Nesse processo, opera com mecanismos cognitivos de (re) elaboração das intenções do produtor da HQs e assume uma autoria sobre o novo texto, construída a partir dos valores, das crenças e das atitudes letradas.

Desse modo, tem-se uma visão relativamente profunda, acerca da complexidade que envolve os processos de escrita e reescrita textual, chamando a atenção então, da escola para o compromisso de ensinar a ler e escrever, numa perspectiva de formar sujeitos emancipados intelectualmente, e que, pelo domínio dessas práticas de produção textual, tornem-se ideologicamente comprometidos com uma cultura da criticidade, da cidadania e da transformação social, ultrapassando os limites impostos por uma visão homogeneizante e inserindo-se no seio da heterogeneidade que constitui a beleza das práticas de linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os temas possíveis de discussão a partir da leitura do HQs. A história apresenta-se através de um monólogo, em uma estrutura linear (começo, meio e fim), típica das narrativas das HQs, escritas como a intenção de entreter leitores de periódicos, como jornais ou revistas. É um texto bem interessante, de leitura dinâmica,

atrativa e com linguagem de fácil compreensão, sendo indicado tanto para adolescentes como adultos.

Sobre as atividades de retextualizações, pode-se perceber que autor, em sua leitura analítica e crítica, identifica uma variedade de conhecimentos implícitos e explícitos, através da articulação de ideias e da interpretação das diferentes nuances interpretativas que o texto aborda.

De tal modo, percebe-se o texto como um espaço de possibilidades de múltiplos 'dizeres', que se concretizam a partir do olhar do leitor, que por meio da interação e dos conhecimentos diversos que possui, imprime um marca de letramento e leitura em processo, realizada no percurso entre o produtor do texto base, a materialidade textual e os conhecimentos do leitor.

REFERÊNCIAS

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Retextualização de gêneros escritos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

KOCH, Villaça Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, Francisco Renato. **Letramentos e retextualização em contextos de consulta médica: um estudo sobre a compreensão na relação médico-paciente**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010. [2001].

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo**. Scripta, v. 6, n. 11. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 109-122, 2002.

SARAIVA, Juracy Assmann. **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Habilidades sociais e saúde mental no contexto de ensino uma revisão de literatura¹

Sabrina Calaça Machado²
Lísia Maria Monteiro Ferreira³
Iza Caroline Mineiro Furtado⁴
Carlos Eduardo Gonçalves Leal⁵

INTRODUÇÃO

A formação das habilidades sociais (HS) se inicia após o nascimento e se torna gradativamente mais elaborada ao decorrer da vida, atribuindo níveis de comportamentos específicos no repertório do indivíduo que lhe permite agir de forma mais eficaz em seus relacionamentos interpessoais, isto favorece convívios mais saudáveis e produtivos com outras pessoas, sendo um importante integrante para a saúde mental (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

Diante disso, o aluno ao entrar no contexto universitário, desenvolve suas habilidades sociais e competências sociais através do

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Discente de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho.
E-mail: sabriinacmachado@gmail.com.

3 Discente de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho.
E-mail: lisiamonteiro2015@outlook.com.

4 Discente de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho.
E-mail: Icaroline138@yahoo.com.

5 Estágio de Pós-Doutorado em Psicologia em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Doutor em Educação (UFPI). Mestre em Educação (UFPI). Atua como psicólogo escolar/educacional no Serviço de Apoio Psicológico (SAPSI) da UFPI. Docente de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: ceduardoleal@hotmail.com.

convívio com professores e os demais colegas, ou seja, o comportamento produz consequências e é controlado por elas, portanto, é exigido do aluno mudança do seu repertório comportamental para que se adapte no ambiente (SOARES; DEL PRETTE, 2015).

Em contrapartida, os estudos de efeito terapêutico podem entrar em desacordo com os resultados de pesquisas, pois é necessário que ao realizar treinos de habilidades sociais que irão ser utilizados esses funcionem e sejam aplicados no mundo real, além de estudos que possam ser levados a sério ao ser desenvolvido (TIRADO; ORTEGA; DIAS; MARTÍN, 2005).

De acordo com Angélico (2009), é aconselhável que as habilidades sociais sejam executadas visando avaliação dos alunos e o repertório dos mesmos e possam ter programas que possuam tratamentos efetivos atendendo as demandas acadêmicas de modo que venha surgir um efeito positivo, direto e objetivo a fim de diminuir as fobias sociais e aumentar o repertório de competências e habilidades sociais, nas quais eles necessitam para se desenvolver academicamente e profissionalmente.

As habilidades sociais podem se ligar a vários fatores dentro do contexto acadêmico, somando para que o indivíduo tenha um ajustamento mais favorável na instituição e tenha um melhor desempenho, garantindo bem-estar físico e psicológico, assegurando uma sociabilização adequada e saudável (SILVA *et al.*, 2010). Tornando-se importante para que os acadêmicos passem mais facilmente pelo processo de formação.

Os universitários que são socialmente habilidosos, comumente têm uma menor predisposição para o surgimento de problemas de ordem mental (BRANDÃO, 2016). Com a saúde mental estável o acadêmico passa a ser mais assertivo em relação às atividades propostas e tem mais facilidade em permanecer no curso.

Segundo a secretaria da saúde ter saúde mental é “estar bem consigo mesmo e com os outros, aceitar as exigências da vida, saber lidar com as boas emoções e também com aquelas desagradáveis, mas que fazem parte da vida, reconhecer seus limites e buscar ajuda quando necessário”, tendo grande importância para os estudantes tais características. De acordo com Cerchiari (2004, p. 51) “o número de Instituições de Ensino Superior (IES) preocupadas com a questão da saúde mental do estudante universitário tem crescido e vários programas têm sido implantados nas Universidades Públicas Brasileiras”, evidenciando a urgência de cuidados que os alunos necessitam, para que não se prejudiquem academicamente e não cheguem a desenvolver problemas de ordem mental.

O ingresso no nível superior pode trazer dificuldade no ajustamento de habilidades sociais e interação com as novas demandas exigidas, diante disso, algumas pesquisas apontam essa dificuldade que os estudantes passam ao entrar no curso e sofrem ao longo da sua jornada acadêmica se estendendo a sua vida profissional (FURTADO *et al.*, 2003; GERK; CUNHA, 2006).

Nas últimas décadas, o campo das Habilidades Sociais tem sido foco de diversos estudos, em razão da sua aplicabilidade em diferentes áreas (BANDEIRA; QUAGLIA, 2005; VILA, 2005; MURTA, 2005; DEL PRETTE *et al.*, 2004; MAGALHÃES; MURTA, 2003 apud PUREZA *et al.*, 2012).

Mediante isto, o artigo aborda temáticas envolvendo habilidades sociais e saúde mental no contexto do ensino superior. Assim, pode-se observar o grande impacto que um déficit nas habilidades sociais produz na saúde e na qualidade de vida de uma pessoa. A universidade é um contexto de interações sociais diversas e exige do universitário que muitas habilidades interpessoais e acadêmicas sejam desenvolvidas.

A falta de HS e Competência social podem agravar problemas de saúde mental já existentes ou podem aumentar a probabilidade de ocorrerem, por estarem passíveis a diversas situações estressoras, em um local onde o aluno é exposto a uma série de novos desafios, demandando esta adaptação para que não atrapalhe seu desempenho acadêmico (BRANDÃO, 2016). Por isso o treino de habilidades sociais é importante, para diminuir as possibilidades de adoecimento mental e melhorar a comunicação e convívio entre as pessoas.

À vista disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre a relação entre habilidades sociais e saúde mental e sua relevância no contexto do ensino superior, com a finalidade de observar a realidade das universidades brasileira, foram pesquisados em bases científicas brasileiras artigos originais que estavam escritos na língua brasileira.

METODOLOGIA

O presente artigo foi produzido através da pesquisa bibliográfica, na qual é construída através de revisões realizadas em livros, jornais, dissertações e teses com a finalidade de analisar e contribuir para práticas científicas, sobre um determinado tema, assunto ou problema (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2012).

A pesquisa bibliográfica fornece a fundamentação teórica ao trabalho, assim utiliza outros estudos e situa-os para que possa desenvolver novas fontes de pesquisa com materiais já existentes, por exemplo, para conhecer os fatos passados é imprescindível compreender os estudos históricos (GIL, 2010).

No entanto, para conduzir esta pesquisa, identificou-se o tema a fim de compreender a relevância do estudo; buscou-se nas bases científicas produções que embasassem a análise para poder posteriormente realizar a fundamentação teórica ao assunto

exposto; analisou-se o referencial teórico dos estudos, as discussões e resultados.

Para a revisão de literatura realizada, foram analisadas 20 produções científicas, pesquisadas nas seguintes bases de dados: SciELO, Google Acadêmico e EBSCOhost. Assim, para a inclusão dos artigos foram utilizados estudos que estavam na íntegra, na língua portuguesa que relatavam sobre habilidades sociais, competência social, universitários e que trouxessem dados relevantes. Em contrapartida, para a exclusão foi estabelecido os artigos que não estavam no período entre 2008-2019 e que fossem estudos duplicados. Portanto, foram utilizadas para a discussão deste artigo quatro pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ambiente universitário o fato do estudante estar junto de novas pessoas, com idade e características diferentes, acaba tendo um contato que ajuda no desenvolvimento e aprimoramento de diferentes habilidades, como iniciar e manter conversas, expressar opinião, agradecer, se apresentar, organizar-se, criar vínculos, dentre outras. Isso constata que o cotidiano universitário apresenta muitas oportunidades de aprendizagem, tanto acadêmicas como sociais e socioemocionais (DEL PRETTE; SOARES, 2015).

Portanto, provavelmente quem já tem algum nível de habilidade social (HS) formulada acaba por ter maior facilidade de se adequar no contexto. Segundo Silva et al. (2010) pode-se afirmar que para obter uma boa vida acadêmica torna-se indispensável ter certo repertório de habilidades sociais, fazendo com que tenham uma socialização adequada. Visto isso, é essencial haver o treino de HS, para os estudantes que tem limitações em algumas áreas as desenvolva e assim não dificulte sua adaptação no ambiente no qual

este faz parte, logo, a falta de HS traz variados danos ao indivíduo, principalmente na interação social.

Contudo, a pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2010), constatou que ao longo da graduação (1º, 2º, 3º ano), os 85 alunos de idades entre 18 e 35 anos analisados, perante os resultados do Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del Prette), não foram encontradas mudanças nas HS, porém alguns dos participantes receberam indicação para Treinamento em Habilidades Sociais, o que evidencia problemas de adaptação da vida universitária. No Questionário de Habilidades Sociais para Universitários – Comportamentos e Contexto (QHSU-CC) é possível visualizar uma evolução através dos anos, tornando notório que quando não há tal evolução os universitários acabam evadindo-se.

Um grande preditor de HS é a personalidade. De acordo com o estudo de Bartholomeu, Nunes e Machado (2008), fatores da personalidade podem ser importantes para a explicação de HS, logo pode favorecer ou dificultar as interações sociais. Nesse estudo participaram 126 estudantes com idades entre 18 e 35 anos, foi verificado diferenças entre os sexos, onde as mulheres apresentaram uma maior incidência de pró-sociabilidade e autoafirmação na expressão de sentimentos positivos, alcançando mais variáveis de socialização e HS associadas, já os homens os resultados mais elevados foram no fator autocontrole da agressividade. Pode-se inferir que quanto mais HS os universitários manifestaram, melhor as características da personalidade do indivíduo.

Nesse contexto, as habilidades sociais dos universitários foram instigadas de forma tardia no cenário brasileiro, em relação aos outros países (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1996). Assim, existem estudos de casos que apontam que a falta das habilidades sociais agem como preditivo da ansiedade e esse déficit pode acarretar aos

indivíduos uma associação negativa entre as HS e o transtorno de ansiedade (SALTER, 1931).

Diante disso, foi realizado treinamento de HS, com a finalidade de diminuir a ansiedade da pessoa, para conviver de forma saudável (IRUARRIZAGA; GÓMEZ-SEGURA; CRIADO; ZUAZO; SASTRE, 1999). Assim, é exigido dos universitários o treino das habilidades sociais para que eles possam desenvolver suas atividades acadêmicas, por exemplo, falar em público para ministrar palestras ou seminários, expressar sua opinião, participar de debates e discussões (OLIVEIRA & DUARTE, 2004).

Assim, Ferreira et al. (2014) realizou um estudo acerca das habilidades sociais, no qual tinha 34 estudantes ou ex-estudantes de uma instituição do nível superior onde os critérios de inclusão seriam ter no mínimo 70% de participação e responder os dois instrumentos, o IHS e IDATE. Concluindo que 62,5% tiveram uma significativa melhora no pós-teste, mudanças nas HS, diminuição da ansiedade ao longo do prazo, assim, encontrou-se uma relação entre a ansiedade e o déficit de repertório assertivo dos estudantes. Além disso, este estudo verificou que os acadêmicos com habilidades sociais mais elevados apresentam uma variedade de flexibilidade nas interações e comportamentos interpessoais.

O estudo realizado por Bartholomeu et al. (2011), trás dados que discorrem sobre a aceitação e rejeição entre pares e habilidades sociais no contexto universitário, onde as amostras pontuam um índice de rejeição acentuada entre os grupos, falando sobre condutas sociais habilidosa que podem minimizar tais dados. O artigo se utiliza de medidas sociométricas, juntamente com o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette), onde foram utilizadas duas turmas do quarto ano do curso de educação física, um total de 126 alunos de 18 a 35 anos de ambos os sexos.

Silva et al. (2010) concluiu que os homens são mais habilidosos para enfrentamento e autoafirmação com risco, autoexposição a desconhecidos e situações novas e as mulheres o são para expressão de afeto positivo, pois telefonam, abraçam e dizem que amam com maior frequência, já para Bartholomeu, Nunes e Machado (2008, p. 46) “autoafirmação na expressão de sentimento positivo e auto exposição a desconhecidos e situações novas apresentaram médias maiores para as mulheres em detrimento dos homens”. Indo conforme somente em relação a expressar sentimentos positivos, possivelmente por conta da amostra da pesquisa de Bartholomeu, Nunes e Machado (2008) ter sido maior que a de Silva et al. (2010).

Assim como na pesquisa de Silva et al. (2010), Bartholomeu, Nunes e Machado (2008) homens tem maior autocontrole da agressividade, o que no segundo estudo, respectivamente, associou-se significativamente com pró-sociabilidade, confiança nas pessoas, o que traz um efeito positivo.

A análise de Silva et al. (2010, p. 73) afirma que

Os alunos do primeiro ano mostraram-se diferentes em relação aos do segundo ano, pois nestas ocasiões deixaram de se expressar ou o fizeram timidamente, e isso também traz consequências e sentimentos negativos. Os alunos do terceiro ano, por sua vez, parecem ter aprendido com a experiência, pois relataram mais frequentemente comportamentos e consequências apropriadas... segundo e o terceiro anos, verifica-se uma melhora na qualidade com que “expressam sentimentos negativos” e também “fazem críticas”.

O que evidencia como com o passar dos anos na universidade os alunos que permanecem desenvolvem maior competência e HS, se ajustando ao contexto, pois se tornam mais assertivos, melhoram suas interações, trazendo, portanto, bem-estar ao indivíduo.

Um dos pontos positivos observado na investigação de Bartholomeu, Nunes e Machado (2008, p. 47-48) é que

Quanto mais habilidade social os universitários demonstram, mais tendem a ser atenciosos, compreensivos e empáticos com os demais, sendo agradáveis com os outros, observando suas opiniões e importando-se com suas necessidades... evidenciou-se uma tendência dos universitários mais altruístas e preocupados com os demais, empáticos e atenciosos expressarem afetos positivos.

As pesquisas realizadas por Bartholomeu et al. (2011) e Bartholomeu, Nunes e Machado (2008) conversam em relação ao resultado onde pode-se observar dificuldades apresentadas nas mulheres para perguntas e apresentações diante de pessoas desconhecidas, e os homens relataram com mais recorrência falar para público desconhecido. Onde, confirma-se que é uma habilidade melhor desenvolvida por homens.

A pesquisa de Ferreira et al. (2014) verifica que a flexibilidade nas interações e comportamentos interpessoais e o treinamento de habilidade sociais auxilia na redução da ansiedade. Segundo Bartholomeu et al. (2011) algumas condutas desviantes poderiam ser treinadas habilidosamente durante a infância do sujeito, minimizando potenciais causas que atrapalham o desenvolvimento acadêmico na fase adulta, como por exemplo, a rejeição, onde o psicólogo seria o profissional para levantar as informações necessárias para o treinamento de habilidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas verificadas foi possível notar o quão importante são as habilidades sociais no contexto universitário e como podem ser desenvolvidas e trabalhadas ao longo dos anos de universidade, assim como a saúde mental tem relevância para a

melhoria do desempenho acadêmico e promoção da permanência dos estudantes.

Diante disso, apesar das concordâncias entre as discussões dos artigos, é possível observar que quando trabalhado com diferentes públicos ou com amostras diferentes, tanto de idade como de quantidade, os níveis de resultados podem se diferenciar, deixando claro que cada público tem demandas distintas.

Na análise dos estudos percebeu-se que ainda há falta de determinadas habilidades sociais em relação a homens e mulheres, tendo estes, certo grau de HS melhor desenvolvida e falta em outras, portanto é necessário haver treino de HS para que melhorem os déficits ainda existentes. Mediante isso é pertinente desenvolver estudos dessa natureza que podem produzir indicadores para a promoção de saúde mental no contexto universitário, colaborando até mesmo na atuação de psicólogos ao realizar o treino dessas habilidades.

REFERÊNCIAS

BARTHOLOMEU, Daniel; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva; MACHADO, Afonso Antônio. Traços de personalidade e habilidades sociais em universitários. **Psico-USF**, v. 13, n. 1, p. 41-50, jan/jun, 2008.

BARTHOLOMEU, Daniel; *et al.* Aceitação e rejeição entre pares e habilidades sociais em universitários. **Estudos de Psicologia**, 16(2), maio-agosto, p.155-162, 2011.

BRANDÃO, Alessandra Salina. **Desempenho de universitários, variáveis preditoras**: habilidades sociais, saúde mental, características sociodemográficas e escolares. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo. Ribeirão preto, p.105-107, 2016.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes. **Saúde mental e qualidade de vida em estudantes universitários**. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson, 2012.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. Habilidades sociais: uma área em desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9(2), p. 287-389, 1996.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais na infância**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FURTADO, E.; FALCONE, E; CLARK, C. Avaliação do estresse e das habilidades sociais na experiência acadêmica de estudantes de medicina de uma Universidade do Rio de Janeiro. **Interação em Psicologia**, 7(2): 43-51, 2003.

GERK, E.; CUNHA, S. M. As habilidades sociais na adaptação de estudantes ao ensino superior. *In*: M. BANDEIRA; Z.A.P. DEL PRETTE; A. DEL PRETTE (orgs.). **Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal**. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 181-198, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IRUARRIZAGA, I.; GÓMEZ-SEGURA, J.; CRIADO, T.; ZUAZO, M.; SASTRE, E. *Reducción de la ansiedad através del entrenamiento en habilidades sociales*. **Revista Electrónica de Motivación y Emoción**, 2(1), 1999.

OLIVEIRA, M. A.; DUARTE, A. M. M. Controle de respostas de ansiedade em universitários em situações de exposição oral. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 6(2), 183- 199, 2004.

PUREZA, Juliana da Rosa *et al.* Treinamento de habilidades sociais em universitários: uma proposta de intervenção. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. v.8, n.1, p. 2-9, 2012.

SALTER, A. **Conditioned Reflex Therapy**: the direct approach to the construction of personality. Londres: George Allen & Unwin. 1931.

SECRETARIA DA SAÚDE. **Saúde mental**. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2862>>. Acesso em: 06 set. 2019.

SILVA, Alessandra T. B. *et al.* Caracterização das habilidades sociais de universitários. **Contextos Clínicos**, São Paulo, v. 3, p. 62-75, jan-jun, 2010.

SOARES, A. B.; DEL PRETTE, Z. A. P. Habilidades sociais e adaptação à Universidade: convergências e divergências dos construtos. **Análise Psicológica**, 33(2), 139-151, 2015.

TIRADO, J. L. A.; ORTEGA, S. L.; DÍAS, V. A. H.; MARTÍN, F. D. F. (2005). Terapia breve em estudantes universitários con problemas de rendimiento académico y ansiedad: eficacia del modelo “lacartuja”. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, 5(3), 589-608. Tradução organizada por M. D. Claudino. São Paulo: Santos, 1996.

4

A contribuição da psicopedagogia no atendimento de crianças com deficiência em um centro de reabilitação de alta complexidade¹

Maria dos Remédios Mendes Chaves Barreto²
Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger³
Maria Andreia da Nóbrega Marques⁴

INTRODUÇÃO

A educação do século XXI vê as dificuldades de aprendizagens como um dos maiores desafios sociais, pois as crianças que as vivenciam encontram barreiras durante os processos de integração e socialização. Para a integração e socialização dessas crianças é necessário criar condições de interação como trabalhos em grupos e utilizando o lúdico, estimulando, assim, a participação e comunicação de todos. Essa questão reforça a posição de Ferreira (2010, p. 61) referindo-se a “arte como um recurso indispensável para a formação do indivíduo dentro do contexto social em que se encontra”. Realçando que a deficiência pode favorecer a existência de barreiras

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Mestranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario - UNR – Argentina. Terapeuta do Centro de Reabilitação e Habilitação - CEIR. E-mail: psic.remediosbarreto@hotmail.com

3 Doutora e Mestra em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Piauí, Brasil. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil. E-mail: izabel_herika@hotmail.com

4 Doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco, Brasil. Professora Adjunta Nível 1 da Universidade Estadual do Piauí. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: mandreiamarques@yahoo.com.br

ao aprender e que a psicopedagogia tem a aprendizagem e suas dificuldades como seus objetos de estudo e intervenção.

Do ponto de vista de Weiss (2008), a psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores, sendo assim desvelou-se o problema: Qual a contribuição da psicopedagogia na reabilitação e habilitação de crianças com deficiência no Centro Integrado de reabilitação – CEIR, em Teresina – PI.

Os problemas de aprendizagem não desaparecem; no entanto, a criança pode aprender a compensar suas dificuldades. Quanto mais cedo for realizada a intervenção a criança poderá aprender a conduzir melhor sua dificuldade em aprender, pois para o psicopedagogo o que preocupa não é o que a criança faz e sim o que ela não é capaz de fazer. Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a contribuição do atendimento psicopedagógico na reabilitação e habilitação de crianças com deficiência no Centro Integrado de reabilitação – CEIR, em Teresina – PI e como objetivos específicos: Demonstrar a aprendizagem sobre a perspectiva psicopedagógica, compreender o trabalho psicopedagógico no Centro Integrado de Reabilitação – CEIR e citar estratégias utilizadas no atendimento psicopedagógico do CEIR.

A mesma justifica-se pela observação do psicopedagogo, enquanto profissional capacitado para diminuir as dificuldades de aprendizagem das crianças com deficiência que não estão progredindo no ambiente escolar. Muitas vezes essa dificuldade é percebida pela família ou professor que encaminha o aluno ao psicopedagogo em busca de uma investigação mais detalhada do caso, para que possa detectar o problema e traçar metas para superá-las.

A metodologia da pesquisa foi baseada em um estudo bibliográfico e documental, de natureza qualitativa e abordagem descritiva e explicativa, em que os resultados foram apresentados de forma analítica por meio de reflexões, baseando-se nas informações extraídas a partir de relatórios publicados pelo CEIR, para tanto obteve-se autorização formal. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (LÜDKE; ANDRÉ, 2014).

A pesquisa descrita apresenta-se estruturada em seções, onde inicialmente temos as notas introdutórias. Na segunda seção descrevemos sobre intervenção psicopedagógica, destacando a aprendizagem sobre a perspectiva psicopedagógica. Na terceira seção apresentamos a atuação psicopedagógica no Centro Integrado de reabilitação – CEIR, seguido das considerações finais.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA OLHAR QUE FAVORECE A INCLUSÃO

A Psicopedagogia surgiu na Europa, em meados do século XIX, onde a Medicina, Psicologia e a Psicanálise, começaram a se preocupar com uma alternativa de intervenção nos problemas de aprendizagem (BOSSA, 2000, p.37). Os primeiros centros psicopedagógicos foram fundados na Europa (1946) por Boutonier e George Mauco, com direção médica e pedagógica unindo conhecimento na área da psicologia, psicanálise e pedagogia onde tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar, e atender crianças com dificuldades de aprendizagens apesar de serem inteligentes (BOSSA, 2000, p.39).

No Brasil, a psicopedagogia surge aproximadamente nos anos 70, a partir da necessidade de atendimento a crianças com distúrbios na aprendizagem, consideradas inaptas dentro do sistema educacional convencional, porém os cursos na área só começaram a se multiplicarem na década de 90. “A psicopedagogia tratava-se de uma área que utiliza determinados conhecimentos no sentido de dar suporte ao ego fragilizado do aluno e cujo o trabalho estaria mais voltado para as dificuldades escolares específicas do mesmo”(CHAMAT, 2014, p. 17).

O psicopedagogo deve agir em situações onde o aluno não está tendo desempenho escolar favorável, promovendo assim ações preventivas e corretivas, para que estes alunos possam de certa maneira superar essas dificuldades e passar a melhorar seu desempenho escolar. Bossa (2000, p.23) afirma que: “cabe ao psicopedagogo saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida e quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe pela forma pela qual produz conhecimento”. O psicopedagogo pode trabalhar o lúdico com os aprendentes, incluindo as cores os desenhos, o giz de cera, massas para modelar, aquarela, blocos lógicos ou outros recursos que podem estar auxiliando o profissional a trabalhar em grupo a socialização e interação dessas crianças.

A psicopedagogia tem por objetivo compreender, estudar e pesquisar a aprendizagem nos aspectos relacionados com o desenvolvimento e ou problemas de aprendizagem. A aprendizagem é entendida aqui como decorrente de uma construção, de um processo, o qual implica em questionamentos, hipótese, reformulações, enfim implica um dinamismo. A psicopedagogia tem como meta compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos neste processo (RUBINSTEIN, 2001, p. 127).

A psicopedagogia vai em busca dos motivos que levam os indivíduos a não estarem alcançando os resultados necessários quanto a aprendizagem. O objetivo do psicopedagogo é fazer a intervenção psicopedagógica, ou seja, intervir de forma positiva no meio, quebrando um padrão existente anteriormente. Essas intervenções psicopedagógicas complementam a formação do aluno com vista à autonomia e independência na escola e fora dela, traz também capacidade de aquisição de habilidades assim como fornece técnicas de organização, estruturação, repetições e treinamento. O psicopedagogo pode exercer sua função tanto no ambiente escolar como também pode estar fazendo acompanhamento do mesmo em uma clínica reforçando o aluno a sanar suas dificuldades.

Weiss (2008, p. 45), afirma que: “O exercício da psicopedagogia não é para quem quer; é, sobretudo para quem pode”. A autora ressalta que não adianta termos somente a teoria e sim uma junção da teoria com a prática a fim de buscar bons resultados do seu trabalho, mostrando de maneira clara os seus benefícios junto às pessoas que buscam por uma ajuda psicopedagógica. Desse modo, o autor nos chama a atenção para o papel de cada um dentro da sociedade, pois não devemos nos acomodar ou nos adaptar diante de situações desfavoráveis, e assim realça-se o papel do psicopedagogo que busca incessantemente as causas do não aprender, ou seja, das dificuldades de aprendizagem.

É possível destacar alguns dos importantes benefícios que podem ser alcançados por meio das brincadeiras e dos jogos como veículos da aprendizagem, em que é possível ver o desenvolvimento de habilidades de coordenação motora e de linguagem. Sabe-se que para a criança tanto as brincadeira quanto os jogos são de fundamental importância para que haja o seu desenvolvimento, para que ela descubra coisas novas, que ela invente, e que pratique todas as suas habilidades, portanto, tanto os brinquedos quanto os

jogos são elementos responsáveis para proporcionar e incentivar sua autoconfiança, que conseqüentemente se transformará em aprendizado sobre o desenvolvimento da linguagem, do modo de pensamento, e também de sua atenção e concentração. É possível também que desenvolva na mesma a capacidade de imitação, suas imaginações e memória, sendo também muito relevante para a sua saúde física, mental, intelectual, e conhecerão também o significado e o sentido da cooperatividade, da competição e, dessa forma estará mais apta a buscar novas alternativas para os problemas que surgirem em seu cotidiano.

Vygotsky (2001) afirma que: “a brincadeira é capaz de criar zonas de desenvolvimento proximal e que estas também proporcionam saltos qualitativos para o desenvolvimento e para a aprendizagem infantil”. É com o uso das brincadeiras que será possível alcançarem-se resultados importantíssimos, pois há uma maior facilidade em desenvolver a aprendizagem. Diante disso, a criança estará conhecendo o mundo que a cerca, se socializando e construindo uma identidade com as brincadeiras e os jogos, e isso se explica por estas serem ferramentas fundamentais para o desenvolvimento psicológico e de grande valor psicopedagógico. É de fato o propulsor do desenvolvimento físico, mental e cognitivo, e formador de sua personalidade.

De acordo com Weiss (2008, p. 80): “o espaço lúdico durante o diagnóstico traz possibilidade de um melhor entendimento da real situação e nível de desenvolvimento do aprendente”. Dessa forma, é cada vez mais nítido o valor agregado às ações lúdicas, como as brincadeiras e jogos educativos, que se expressam de maneira positiva como métodos psicopedagógicos de ensino-aprendizagem. São duas ferramentas que promovem um grande dinamismo na educação, e que garante bons resultados, visto que apresentam diversas possibilidades de metodologias de trabalho para os

educadores, apresentando também várias formas de aprendizado aos alunos, capaz de instigar o desejo e o gosto pelo aprendizado.

ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO CENTRO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO – CEIR

Conforme notícias publicitadas no site oficial do Centro Integrado de Reabilitação - CEIR, essa instituição foi inaugurada em 5 de maio de 2008, está localizado à Avenida Higino Cunha, nº 1515, bairro Ilhotas, em Teresina-PI, atendendo a pessoas com deficiência físico-motora, auditiva e intelectual. É uma instituição consolidada como referência na saúde pública do Estado do Piauí. Conta com uma equipe multidisciplinar, com profissionais capacitados, técnicas modernas e equipamentos de última geração, com o diferencial de priorizar a humanização no atendimento.

O Centro oferece reabilitação com um atendimento multiprofissional que inclui serviços de fisioterapia, serviço social, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, arte-reabilitação, musicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, musicoterapia e reabilitação desportiva. Além disso, tem uma equipe de assistência clínica para atender às necessidades dos pacientes na cardiologia, neurologia, neuropediatria, ortopedia, pediatria, urologia, otorrinolaringologia, enfermagem, nutrição, dermatologia e fisioterapia.

A reabilitação/habilitação física teve início com a inauguração do Centro. Em 2015, foi iniciada a reabilitação/habilitação intelectual que atende crianças com deficiência intelectual, Síndrome de Down e Transtornos do Espectro Autista (TEA), conhecido popularmente como autismo. Também teve início o Programa de Saúde Auditiva, que assiste pessoas com problemas auditivos nos graus leve, moderado, severo e profundo, com a concessão de aparelhos auditivos, o acompanhamento de por equipe multidisciplinar, e, a

depender das demandas, a inclusão dessa pessoa na reabilitação/habilitação auditiva.

Consta no site oficial da instituição e referência ao seu relatório de 2016 que nesse ano foi implantado no CEIR uma Clínica de Microcefalia, com a capacidade de atendimento para até 200 crianças com microcefalia relacionada ao Zika Vírus que devem ficar no Centro até, pelo menos, os três anos de idade recebendo estimulação precoce. Também dispõe de uma Oficina Ortopédica, com um parque industrial que confecciona e concede produtos ortopédicos sob medida e personalizados, e de um moderno Centro de Diagnóstico, que realiza mais de 100 tipos de procedimentos e exames, com conforto e praticidade. Ressaltamos que todos esses serviços são realizados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Centro é administrado pela Associação Reabilitar, uma instituição social sem fins lucrativos, e assiste pessoas com deficiência permitindo um acompanhamento integrado, múltiplo e completo de cada paciente atendido. O CEIR é uma referência em reabilitação porque acredita na reabilitação e na superação da pessoa com deficiência, valorizando suas potencialidades. O trabalho desenvolvido objetiva a reintegração na sociedade, no mercado de trabalho e na família. Por isso mesmo são oferecidos todos os tratamentos num único lugar, com profissionais capacitados, técnicas modernas e equipamentos de última geração, através de uma equipe multidisciplinar, onde são oferecidos os recursos clínicos para adaptação, readaptação e reabilitação à sua condição (RELATÓRIO CEIR, 2016).

Em relação ao eixo pedagógico direciona-se na ação educativo-terapêutica, tendo como base teórico-prática as concepções construtivistas (Piaget) e sócio-interacionistas (Vygotsky), além de várias outras contribuições importantes como as de Vitor da Fonseca, dentre outros. No trabalho clínico psicopedagógico do CEIR, busca-se

não só compreender o porquê o paciente não aprender, mas também o que ele pode aprender e como. Esse trabalho psicopedagógico atende crianças com deficiência, com a sua multiplicidade de tipos e sequelas. Segundo Pain (2006), o trabalho do psicopedagogo é atuar na aprendizagem humana, diagnosticando causas de problemas nas variadas aprendizagens, dentre elas a escolar e intervindo, de forma específica e especializada com cada indivíduo em sua totalidade, promovendo o seu desenvolvimento integral, o que permite a ele construir o conhecimento.

Para enveredarmos sobre o problema de aprendizagem, necessitamos primeiramente compreender o que é aprendizagem e como ela se processa no olhar psicopedagógico. Há na literatura vários modos de conceituar aprendizagem, muitos autores preocupam em definir o tema na visão psicopedagógica. Fernández (2001, p.57) relata que “todo sujeito tem sua modalidade de aprendizagem e os seus meios para construir o próprio conhecimento, e isso significa uma maneira muito pessoal para se dirigir e construir o saber”. De acordo com o exposto pode-se tomar o processo cognitivo como um processo de formação da própria inteligência, e essa, como o conhecimento de uma capacidade geral de estabelecer relações, quer seja entre objetos, eventos ou situações. O autor faz correspondência entre construção da inteligência e processo de formação de conhecimentos de forma que os mais elementares servem de base para os mais complexos que se seguem.

“A aprendizagem é um fruto da história de cada sujeito e das relações que ele consegue estabelecer com o conhecimento ao longo da vida” (BOSSA, 2000, p.39). Porém, quando se fala em aprendizagem, não se pode relacionar o problema simplesmente à história do aprendente, pois, a aprendizagem não é um processo individual, ou seja, não depende só do esforço de quem aprende, mas sim de um processo histórico coletivo.

O trabalho no CEIR, frente ao atendimento psicopedagógico se fixa em três pilares: estimulação cognitiva, trabalhar as dificuldades de aprendizagem e praticar a inclusão, objetivando de forma geral levar a criança a (re) encontrar seu lugar de aprendiz na vida, família e escola e, especificamente, integrar os aspectos afetivo, cognitivo, social e perceptivos. Em relação à abordagem teórica, enfatiza a construção e reconstrução dos seus conceitos, a investigação, a elaboração de hipóteses e a troca de experiências, favorecendo o desenvolvimento global, através de atividades lúdicas.

Quanto aos procedimentos realizados na intervenção psicopedagógica no CEIR, esses dividem-se em três eixos, sendo: Eixo 1 - Avaliação pedagógica, que investiga o processo de aprendizagem e as dificuldades, estabelece estratégias, procedimentos e encaminhamentos necessários. Utiliza materiais como jogos, desenhos, livros de histórias, materiais pedagógicos diversos, etc; Eixo 2 – Orientações escolares, em que busca proporcionar troca de experiências, inclusão e encaminhamentos; e Eixo 3 – Atendimento à criança que trabalha as dificuldades de aprendizagem, estimula a leitura, escrita e raciocínio lógico, e aborda o desenvolvimento intelectual e linguístico.

De acordo com Scoz (2008, p. 69) o papel da psicopedagogia, na qual o objeto de estudo é aprendizagem humana e suas características, inicialmente preocupa-se:

Com o processo de aprendizagem, onde a mesma estuda como se aprende, como se produz as alterações no processo de aprendizagem, como varia evolutivamente este processo, como reconhece as alterações da criança, como tratar estas dificuldades e como prevenir situações que podem interferir no processo ensino-aprendizagem. O trabalho do Psicopedagogo é fazer com que a criança se sinta responsável pela modalidade de querer conhecer e aprender (SCOZ, p. 69, 2008).

As dificuldades de aprendizagens variam, pois em cada um de nós existem pontos fortes e fracos em nosso processo de aprender e de adquirir conhecimentos, uns são melhores com a matemática outros na área das humanas, outros são ótimos com as artes, mas todos nós somos capazes de aprender. Para Fernandez (2001, p.76) “existem inúmeras causas das dificuldades de aprendizagem dentre elas a lesão cerebral”, porém existem também outros influentes no processo de aprender e em suas dificuldades, não só as lesões cerebrais.

O atendimento psicopedagógico no CEIR ocorre em grupos realizando estimulação pedagógica e socialização das crianças, possibilitando também aos pais oportunidade para perceberem como estas respondem aos estímulos oferecidos e acompanhar o seu desempenho pedagógico, processo de adaptação e evolução no contexto escolar (quando for o caso). Esse atendimento também propicia oportunidade de perceberem as capacidades\potencialidades e as dificuldades de seus filhos. Ademais, orienta a escola, coordenadores e professores, se necessário.

As atividades da psicopedagogia no CEIR busca estimular o desenvolvimento global da criança, adaptando, integrando e socializando esta ao meio. Trabalha a introdução dos conceitos pedagógicos do concreto ao simbólico, desenvolvendo o pensamento simbólico, proporcionando reconhecimento de imagens e enriquecimento do vocabulário. Estimula a leitura, escrita e raciocínio lógico matemático. Trabalha as dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização, analisando a estruturação do pensamento em relação a leitura e escrita.

De acordo com Scoz (2008, p. 72) “no processo ensino e aprendizagem as dificuldades estão presentes e não podemos ser omissos”. Neste campo, o papel do psicopedagogo é de grande importância, pois um diagnóstico precoce ajuda de forma progressiva

e precisa a criança a se inserir neste processo de querer e possuir conhecimentos, aprendendo a superar seus limites, através da abordagem psicopedagógica. Mediante esta citação salienta-se que a psicopedagogia tem o papel de diagnosticar o problema, intervir e agir de forma que a criança consiga perceber e ter vontade de se apropriar do conhecimento. Neste contexto, analisaremos as possíveis intervenções psicopedagógicas na dificuldade de aprendizagem da leitura e escrita.

De acordo com Weiss (2008, p.62) ao avaliarmos os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, de leitura e escrita, vamos encontrar diversas categorias. Haverá aqueles que necessitam da “intervenção psicológica ou psicopedagógica, ou até mesmo, aqueles que o problema pode ser resolvido dentro do contexto escolar, por meio de programas individualizados de ensino e práticas pedagógicas diferenciadas”. Dessa forma a avaliação torna-se um elemento muito importante para traçarmos o caminho a seguir. Avaliar não para classificar, para rotular, mas para promover alternativas.

De acordo com Azenha (2008, p.76), a psicopedagogia é a área do conhecimento que estuda como as pessoas constroem o conhecimento. Em outras palavras, busca decifrar como ocorre o processo de construção do conhecimento nos indivíduos. Assim, ela se propõe a identificar os pontos que possam, porventura, estar travando essa aprendizagem, atuar de maneira preventiva para evitá-los e, ainda, propiciar estratégias e ferramentas que possibilitem facilitar esse aprendizado.

Quanto às ações práticas da psicopedagogia é necessário que sejam esclarecidos os motivos de sua aplicabilidade, e quais os devidos recursos a serem utilizados em cada momento, para que esteja ao conhecimento de cada criança o motivo que a leva a executar cada ação, seja com brinquedos ou com jogos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao atendimento psicopedagógico no CEIR, pode-se concluir que objetiva o resgate de aspectos bloqueados do processo de aprender e, conseqüentemente, desenvolve a aprendizagem significativa e prazerosa, considerando a singularidade de cada criança. É caracterizado, de fato, que é de grande valor a utilização de brincadeiras e de jogos como metodologias de ensino dentro do processo de desenvolvimento da aprendizagem e que o psicopedagogo deve utilizar essas ferramentas desde os primeiros diagnósticos, nos levantamentos de hipóteses, para buscar uma melhor compreensão do nível de aprendizagem das crianças e também sobre quais as formas que cada uma pode aprender melhor, além de vislumbrar junto a cada família as possibilidades reais de inclusão, seja no acesso a escola com matrícula regular, permanência, e desconstrução de paradigmas que a deficiência é limitante.

Desta forma, entende-se que o psicopedagogo nesta instituição trabalha em uma relação de troca, com seu papel definido e experiência dentro do imenso universo de ações que é a educação. O psicopedagogo no Centro de alta complexidade atua em razão das dificuldades encontradas na aprendizagem, causadas, especialmente, por problemas na aprendizagem da escrita ou da leitura, auxiliando na reabilitação das crianças com deficiência, visualizando potenciais até então ocultos pelas limitações físicas e cognitivas. Desafios e possibilidades estão na esteira desse processo, mas existem trilhas abertas seja com inovação, compromissos, construção de possibilidades e a certeza que o passado de exclusão tem que ser reconstruído, refeito à luz de vontades.

REFERÊNCIAS

AZENHA, L. D. T. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem**: O que são? Como tratá-las? Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAMAT, Leila Sara José. **Técnicas psicopedagógicas**: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista. São Paulo: Vetor 2014.

FERNANDEZ, Alícia. **O Saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRA, Fernandes Sisto. **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CEIR. **Relatório de gestão**. Disponível em: [https://www.ceir.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/relatorio de gestão](https://www.ceir.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/relatorio_de_gestao). Acesso em: 20.06.2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: E.P.U., 2014.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

RUBINSTEIN, Edith. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico. In: SISTO, F. et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

YIGOTSKY, Levi Semionovich. **Psicologia Pedagógica**. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

WEISS, M. L. **Reflexões sobre o diagnóstico psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

5

Destrinchando os 13 porquês: uma análise documental da série de streaming “13 reasons why”

Thaís Milena Vale de Sousa¹
Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho²

INTRODUÇÃO

O suicídio é um ato deliberado realizado pelo próprio sujeito, cuja intenção, mesmo que ambivalente e consciente, é a morte, usando um método que ele acredite ser letal. Fazem parte do chamado comportamento suicida os pensamentos, planos e tentativas de suicídio. Esse fenômeno está presente ao longo da história da humanidade e em diversas culturas, sendo multifatorial e resultante da interação de fatores psicológicos, biológicos, culturais e socioambientais, não podendo ser reduzido a formas causais e simplistas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2014).

Segundo Botega (2013), ocorre um suicídio a cada 45 segundos, o que significa que diariamente, 1920 pessoas se suicidam ao redor do mundo, entretanto estima-se que as tentativas de suicídio superem o número de suicídios em pelo menos dez vezes, demonstrando que o fenômeno em questão constitui um problema de saúde pública. No contexto internacional, o Brasil encontra-se entre os dez países que registram os maiores números absolutos de suicídios.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí- UESPI

² Licenciada e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutoranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora assistente II da Universidade Estadual do Piauí, preceptora da Residência Multiprofissional em Terapia Intensiva do Adulto, Coordenadora da Clínica Escola da UESPI.

O suicídio constitui um fenômeno multifatorial que, segundo Ferreira Junior (2015), abarca aspectos políticos, econômicos, raciais, de gênero e culturais, além de acarretar grande impacto social, econômico e pessoal. Neste sentido, observa-se que os altos índices de suicídio requerem dos profissionais de saúde, das Instituições de Saúde e do Governo, o reconhecimento da existência dos fatores de riscos e o desenvolvimento de estratégias voltadas para essa problemática, uma vez que, é apontado em diversos estudos, que mortes por suicídio podem ser evitadas a partir de estratégias de promoção e prevenção (BOTEGA, 2014; ARAUJO JÚNIOR, 2014; PARENTE, 2007).

Diante de tal realidade, o Ministério da Saúde estabeleceu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio em 2006 com o intuito de reduzir as taxas de suicídio, de tentativas de suicídio e de danos decorrentes de comportamento suicidas e autolesivos. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) dentre os principais fatores de riscos para o suicídio destaca-se a presença de transtornos mentais, condições sociodemográficas, psicológicas, condições clínicas incapacitantes, história pregressa de tentativas de suicídio e comorbidades.

Apesar de constituir um caso de Saúde Pública, o suicídio ainda é um tema tabu, pouco discutido na sociedade e quando feito, com bastantes reservas. Na mídia, prevalece o entendimento de que os veículos de comunicação podem precipitar a ocorrência de novos casos, o que gera a insegurança e o receio de se abordar a temática. Entretanto, a mídia constitui um importante instrumento formador de opinião, conceitos e comportamentos. O Instituto de Pesquisa econômica aplicada – IPEA (2013) classifica a mídia como o terceiro maior motivador de suicídios, depois de desemprego e violência, para todos os grupos de pessoas.

Como exemplo desta influência, cita-se o livro “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, de Johann Wolfgang Goethe, publicado em 1774. Neste livro o personagem principal se apaixona por uma mulher que não está ao seu alcance e se mata com um tiro. Após a publicação desse livro, surgiram relatos de jovens que se suicidaram usando o mesmo método, vestidos ao estilo do personagem ou foi encontrado o livro no local da morte. A partir disso, foi criado o termo “Efeito Werther” para designar a imitação de suicídios (OMS, 2000; BOTEGA et al. 2009).

Em 2017, foi lançada em uma provedora global de filmes e séries de televisão via streaming a primeira temporada da série “13 Reasons Why” (“13 Porquês”) que tem como tema central o suicídio de uma adolescente que deixa antes de morrer gravações em fitas cassete que revelam os 13 motivos que a levaram a tirar sua própria vida (NETFLIX, 2017). A série é uma adaptação do romance homônimo do escritor Jay Asher publicado em 2007.

Diante da influência da mídia ao evento suicida, a Organização Mundial de saúde (2000) elaborou um documento, produzido por profissionais de saúde, intitulado “Prevenção do suicídio: um manual para os profissionais da mídia”, orientando os profissionais a abordar o problema do suicídio de forma apropriada, cuidadosa e potencialmente útil, reconhecendo que a mídia, por ocupar um papel central na sociedade e influenciar atitudes, crenças e comportamentos, além de disseminar informações, pode ser utilizada para a prevenção do suicídio ou, em contrapartida, influenciar na ocorrência de outros casos. Botega et al. (2009) pontua ainda que tal documento constitui um guia de como conduzir notícias ou reportagens envolvendo o suicídio.

Neste contexto, a série “13 Reasons Why”, ao abordar o tema do suicídio, tornou-se objeto de discussões. Ao mesmo tempo em que despertou interesse de um grande público de diversas faixas

etárias, culturas, crenças e classes sociais e, chamando a atenção para esse fenômeno e fornecendo contatos de onde se pode obter ajuda, a série também foi criticada por diversos profissionais por trazer à tona a discussão apresentada pela OMS (2000), que pontua que a publicação de um suicídio na mídia pode ser uma situação gatilho para outros suicídios.

De tal modo, a perspectiva aqui apresentada, propõe se debruçar sobre a série a partir do conceito de suicídio e questionar em que medida a ficção se distancia ou se afasta da realidade ao retratar o sofrimento vivenciado pelo suicida, sua família e entorno social. Tendo isso em vista, compreendemos que a análise crítica da referida série, possibilita a desmistificação do tema, a construção de conhecimento e possibilidade de propormos formas de abordar o tema junto ao grande público. Assim, a presente pesquisa busca explorar as relações entre as orientações da OMS sobre o suicídio e a série de streaming “13 Reasons Why”, desta forma, pretende-se que os resultados da análise da série possam contribuir em dois âmbitos: primeiro, para a produção do conhecimento acadêmico sobre como abordar o suicídio na mídia. Segundo, espera-se que os resultados possam ser úteis para a elaboração de propostas de prevenção ao suicídio e promoção de saúde mental.

METODOLOGIA

Os documentos pesquisados foram os 13 episódios da série de streaming “13 Reasons Why” (em tradução para o Português, Os 13 Porquês), lançada pela provedora global de filmes e séries via streaming Netflix (2017) mais o episódio “13 Reasons Why: além dos porquês”, todos do produtor executivo Brian Yorkey.

Os dados coletados foram estudados a partir da análise de conteúdo de Bardin (2009), que constitui um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que por meio de procedimentos objetivos

e sistemáticos de descrição do conteúdo e mensagens, obtém indicadores capazes de inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Para tanto, foi realizada uma análise temática que, de acordo com a autora supracitada, adota o tema como unidade de registro e consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido.

Para isso, a análise ocorreu em três fases, conforme propõe Minayo (2006): pré-análise – organização do material a ser analisado, com leitura flutuante da série e das reportagens, relacionando o conteúdo encontrado com os objetivos iniciais da pesquisa; exploração do material – codificação das mensagens, ou seja, transformação sistemática do conteúdo em agrupamentos de unidades que permitam uma descrição exata que represente as características relevantes do conteúdo, a partir da análise temática; e tratamento dos resultados obtidos e interpretação – inferência dos resultados da pesquisa com base no quadro teórico e bibliográfico da literatura, desvelando-se o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise realizada, foi possível identificar quatro categorias que se destacaram. Assim, as mesmas foram divididas para facilitar a compreensão, entretanto, elas conversam entre si.

EIXO TEMÁTICO 1 – FATORES PROTETIVOS E FATORES DE RISCO DO SUICÍDIO

Ao longo da série, foram identificados diversos fatores de risco do suicídio, como bullying (que ocorre ao longo da série), assédio (Bryce aperta as nádegas de Hannah), abuso sexual (quando Bryce abusa sexualmente de Hannah no episódio 12 e de Jéssica no episódio 9), situações traumáticas (Hannah presenciou, no episódio

9, Jessica sendo abusada sexualmente), sentimento de desesperança (mais claramente evidenciado quando Hannah perde o dinheiro de seus pais no episódio 12 e diz que “a vida das pessoas seria melhor sem ela”), ausência de apoio social (Hannah não mantém nenhuma amizade duradoura, Clay tem dificuldades com relacionamentos interpessoais, Alex não se envolve efetivamente com os amigos, entre outros), acesso a meios letais (como armas de fogo e lâminas), comportamentos de risco (como uso de álcool e maconha), comportamento suicida (visto em Hannah ao longo dos episódios, em Justin, Clay e Alex) e falta de apoio familiar (Bryce mora praticamente só pois os pais estão sempre viajando, Justin foi expulso de sua casa pelo padrasto e falta de diálogo entre as famílias).

Para Botega (2015), os fatores de risco têm intensidade e duração variadas, e exercem sua influência em diversas fases da vida. No caso de Hannah, foi possível observar um entrelaçamento de fatores e situações que contribuíram para que ela escolhesse morrer.

O estado mental de Hannah parecia marcado pela distorção que o seu sofrimento emocional lhe causou e, com isso, o seu funcionamento mental girava em torno de sentir o sofrimento como intolerável, como algo que ela não conseguiria suportar e que não teria fim. Essa característica de rigidez torna o comportamento inflexível quanto à decisão de se matar (ABP, 2014). Quanto aos fatores de proteção, como boas relações interpessoais, rede social que proporcione apoio e práticas coletivas, não foram evidenciadas de forma significativas, com exceção de práticas coletivas, quando Hannah tenta participar de um grupo de poesia no episódio 8, mas acaba saindo depois de um poema seu ter sido publicado na revista da escola por um dos membros (Ryan) sem sua autorização, o que fez ela se sentir traída e exposta.

A personagem apresentava muitos fatores de risco, entretanto, eles não foram percebidos pelos demais personagens no decorrer da

série e não foram evidenciados na trama como uma forma de chamar atenção para a identificação de sintomas e possível prevenção. A única vez que algum personagem percebeu o quanto ela estava sofrendo, foi através do bilhete lido pela professora na aula de Comunicação, entretanto, não se identificou o autor do bilhete e nada foi feito a respeito, demonstrando clara negligência. Nem a escola, nem os pais e nem os colegas de escola de Hannah perceberam os sinais que ela dava de que não estava bem.

Quanto aos fatores protetivos, a série não os enfatiza, mas seria interessante que o fizesse, para mostrar ao público as possíveis proteções, como integração e bons relacionamentos em grupos sociais, bom relacionamento interpessoal, apoio em situações de necessidade, rede social que propicia apoio prático e emocional, disponibilidade de serviços de saúde mental, práticas religiosas, práticas coletivas e boa qualidade de vida (ABP, 2014; BOTEGA, 2015).

EIXO TEMÁTICO 2 – PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO FRENTE AO SUICÍDIO

Foi identificado o despreparo profissional da escola ao lidar com o suicídio e o sofrimento dos alunos (a escuta não se mostrou efetiva e nem acolhedora e a abordagem do suicídio ocorreu unicamente por meio de cartazes, que não se mostraram muito ineficazes) e a falta de treinamento de habilidades pessoais e sociais (o mais próximo disso ocorre nas aulas de Comunicação, mas ainda assim parece distante dos alunos e de suas realidades e não os envolve).

No que tange ao acolhimento dos alunos, é necessário o profissional estar disponível para se aproximar do lugar onde o sujeito está, desenvolver uma atitude empática, pois, através dessa disponibilidade interpessoal, poderá emergir a esperança de que o

cliente possa reconhecer suas potencialidades e, assim, ampliar suas formas de enfrentamento ao sofrimento (FUKUMITSU, 2014).

É importante ressaltar que na prevenção ao suicídio o trabalho deve ser realizado com a família, psiquiatras, enfermeiros e secretarias de saúde, educação e cultura, em um trabalho conjunto (PIEDRAHITA; PAZ; ROMERO, 2012; FUKUMITSU, 2014).

A escola, com seu papel de formação e informação, deve facilitar a comunicação e o diálogo sobre o suicídio falando abertamente sobre este assunto, pois esta é uma forma de prevenção inicial. Cabe aos educadores e profissionais de saúde orientar toda a comunidade na prevenção do suicídio. Soma-se a isso a necessidade de fortalecer os comportamentos protetores e trabalhar para se lidar positivamente com situações difíceis na vida (PIEDRAHITA et al, 2012). Na série, mesmo após o suicídio a escola fictícia continuou abordando o tema de forma inadequada sem realizar prevenção e sem nada fazer de posvenção.

EIXO TEMÁTICO 3 – LUTO POR SUICÍDIO

Nesse eixo foi identificado o sentimento de culpa por parte dos afetados (pais, profissionais e alunos da escola e os “13 porquês”, daquelas pessoas apontadas por Hannah nas fitas como “culpados” por sua morte), a busca por explicações do suicídio (os pais de Hannah chegaram a mover um processo contra a escola por bullying e, ao longo da série, questionavam o porquê da filha ter se suicidado) e dificuldade em lidar com o luto (não foi realizado um funeral para Hannah; Olívia ao conversar com uma desconhecida falou de Hannah como se ela ainda estivesse viva), o que demonstra que vários personagens viviam um luto complicado.

De acordo com Fukumitsu e Kovács (2016), o suicídio provoca sofrimento nas pessoas que ficaram e vivenciam seu impacto, o que foi possível verificar ao longo da série nos pais, profissionais

da escola e alunos no geral. Vale ressaltar que o luto por suicídio por si só constitui um fator de risco para o luto complicado, por se tratar de uma morte repentina e violenta envolvida em tabu e preconceito (SILVA, 2009).

Também ficou evidenciado o relato de afastamento e silêncio das pessoas ao redor, conforme pontuado por Fukumitsu e Kovács (2015), pois Olívia, a mãe de Hannah, diz que as pessoas evitavam passar em sua farmácia e até mesmo falar com eles.

O sentimento de culpa também se mostrou bastante presente ao longo dos episódios, assim como a ideia de culpa e de que alguma coisa poderia ter sido feita para evitar o suicídio. A começar pelo título da série, “13 Reasons Why” (que em Português significa “os 13 porquês”), a culpa já fica evidenciada, pois, não só sugere como aponta culpados pela decisão de Hannah de se suicidar.

A própria personagem, ao gravar as fitas, aponta as pessoas que são as “culpadas” por sua morte. Cabe ressaltar que o suicídio é uma decisão do próprio sujeito, então, não existem culpados (FUKUMITSU & KOVÁCS, 2015). Desta forma, percebe-se que o foco da série em nenhum momento parece ser o educativo, e que perdeu-se a oportunidade de pontuar que a personagem estava em sofrimento e que necessitava de ajuda, inclusive quando todos os episódios alimentam a fantasia de que existem culpados pelo suicídio.

Ao longo da série, o personagem Clay vê cenas, reais ou imaginadas, relacionadas com Hannah constantemente, o que é comum no luto por suicídio, já que a pessoa que se suicidou pode ocupar um lugar de presença no enlutado através de lembranças e sentimento de culpa, isto é, a pessoa que se matou se mantém presente constantemente nas lembranças de momentos vividos (FUKUMITSU & KOVÁCS, 2016).

Para Fukumitsu e Kovács (2015), alguns indícios das dificuldades na elaboração do luto são dificuldades financeiras (os

pais de Hannah já estavam com dificuldades, mas isso aumentou após a morte da filha), dificuldades no desempenho escolar (Clay e Justin começam a faltar aulas e treinos, respectivamente), aumento do uso de álcool e outras drogas (isso foi visto em vários personagens) e aumento das licenças médicas (Alex começou a apresentar atestados médicos constantemente na escola).

Um dos lutos mais evidenciados, e talvez sentidos, foi o da mãe de Hannah, Olívia, pois era mais visível o seu sofrimento e empenho em buscar explicações para o suicídio da filha. Fukumitsu e Kovács (2015; 2016) trazem que a morte por suicídio pode ser ainda mais violenta e traumática para quem encontrou o corpo desfalecido, pois, além de lidar com o luto, a pessoa terá que lidar com o cenário da morte e suas lembranças dessas imagens. No caso da série foi Olívia quem encontrou o corpo de Hannah desfalecido.

Cabe destacar também que um dos afetados pelo suicídio de Hannah, Alex, mostrou alguns indícios de comportamento suicida, chegando até mesmo a uma tentativa. Outro afetado, Justin, relata que quase tentou suicídio e Clay também esteve a ponto de tentar suicídio, sendo impedido por um amigo. Tais tentativas dizem respeito ao risco de suicídio daqueles que foram afetados por suicídio (OMS, 2006).

EIXO TEMÁTICO 4 – ABORDAGEM DA MÍDIA AO SUICÍDIO

A partir da análise da série, percebe-se que se trata de uma história fictícia, como apontado no início da série, entretanto, a partir das orientações existentes sobre como a mídia deve abordar a temática do suicídio, é possível constatar que houve várias falhas na forma em que o tema foi explorado, valorizando a função midiática em detrimento da educativa e preventiva.

Foi identificado na abordagem da mídia o culto ao armário de Hannah (seu armário da escola virou uma espécie de “altar”, onde os alunos diariamente depositavam cartinhas e flores), atribuição de culpa (foram apontados 13 “porquês” de Hannah ter se matado, culpando 12 pessoas por sua escolha), detalhamento da morte (a série mostra, no último episódio, Hannah obtendo o método para morrer, o seu planejamento como a gravação das fitas e mostra a cena do suicídio detalhadamente) e avisos sobre o conteúdo da série (no início do primeiro episódio há um aviso com alguns atores falando sobre o conteúdo da série e sugerindo que quem estiver passando por problemas como violência sexual, uso de drogas, suicídio e outros, talvez seja melhor não assistir ou assistir com algum adulto confiável e que, se o telespectador sentir que precisa conversar com alguém, falar com seus pais, um amigo, um conselheiro escolar ou um adulto em quem confie ou ligar para um serviço de ajuda local).

A forma como a série foi abordada está em desconformidade com as orientações da Organização Mundial da Saúde (2000) ao mostrar um culto ao armário de Hannah, pois isso soa como uma glorificação à vítima de suicídio e pode sugerir às pessoas vulneráveis que o comportamento suicida é honrado pela sociedade; ao atribuir culpas, pois não existem culpados; ao mostrar a cena do suicídio e o corpo de Hannah e o método utilizado assim como a forma que foi obtido, tendo em vista que isso pode acarretar um Efeito Werther.

Quanto aos avisos sobre o conteúdo da série exibidos no início do primeiro episódio, apesar de alertar quanto ao conteúdo poder ser mobilizador, pode-se inferir que os mesmos não se mostram muito efetivos, uma vez que a pessoa em sofrimento ou com ideação suicida se encontra vulnerável, podendo não ter condições de buscar

ajuda, além de serem suscetíveis de reproduzir os comportamentos observados.

No episódio “13 Reasons Why: Além dos Porquês”, os produtores falaram que a intenção ao produzir a série era ajudar as pessoas, falar sobre os efeitos de um suicídio, ajudar os pais a prestarem atenção em coisas que podem afetar seus filhos e que houveram psicólogos acompanhando a criação do roteiro e as filmagens para que os atores pudessem ter uma ideia do que se passa na mente de seus personagens e porque eles se comportam assim.

Quanto à explicação de por que fizeram Hannah se matar da forma que foi e por que mostraram a cena, o produtor Brian Yorkey disse que “trabalharam duro para não ser injustificado, mas o objetivo era ser doloroso de assistir porque queriam que ficasse muito claro que não há nada... de qualquer forma... que valha um suicídio”. Já a psicóloga Helen Hsu, que participa desse episódio, disse que “a cena do suicídio foi importante para mostrar que não é uma morte bela, nem fácil, e depois a dor para seus pais que são deixados apenas com este terrível fardo”.

Apesar das justificativas apresentadas pela produção da série e profissionais de saúde convidados, a OMS (2000) é clara ao abordar que as cenas de suicídio e método utilizado para isso não devem ser exibidos por conta do risco de desencadear outros suicídios, o chamado Efeito Werther. Assim, a série, em sua intenção de ajudar as pessoas, pode ter tido um efeito contrário e até mesmo ter sido gatilho para pessoas vulneráveis.

No tocante ao papel da mídia na prevenção do suicídio, a série poderia ter abordado problemas de saúde mental que Hannah pudesse apresentar, deixar mais claro os sinais de alerta, pois estes só são mostrados em seus extremos como bilhetes, mostrar alternativas ao suicídio (OMS, 2000) e até mesmo ter dado um outro

desfecho para a série, como por exemplo que Hannah procurasse ajuda e recebesse apoio e com isso desistido de morrer. Talvez assim, se poderia realmente passar a ideia de que, como tanto se fala nas campanhas, “o suicídio não é a solução”.

Como ponto positivo, a série ajudou a divulgar o Centro de Valorização à Vida (CVV) como contato onde se pode obter ajuda, ampliou as conversas sobre empatia e trouxe para o centro das discussões esse tema tão tabu em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar criticamente a série de streaming “13 Reasons Why” a partir das orientações propostas pela OMS no guia para os profissionais da mídia e foi possível perceber que a série se distancia em vários aspectos dessas orientações, como apontar culpados, evidenciar um culto ao armário de Hannah na escola e mostrar a cena do suicídio e o método utilizado para esse ato, o que consideramos ser capaz de, pelo Efeito Werther, desencadear outros suicídios.

Dentre os desafios, obstáculos e conflitos abordados pela série ao abordar a temática do suicídio, foram identificados dificuldade com o processo de luto, relações interpessoais fragilizadas, relações familiares distantes, falhas de comunicação e falta de habilidades no manejo do luto e acolhimento aos alunos por parte da escola. Sobre os objetivos específicos de como a psicologia pode trabalhar com séries/filmes que abordam a temática do suicídio e propor formas adequadas de como abordar o suicídio na mídia, de forma a promover a saúde mental e prevenir o suicídio, sugerimos que isso seja realizado baseado nas recomendações propostas pela OMS no guia para os profissionais da mídia e com a devida responsabilidade e sensibilidade que esse tema requer.

O presente estudo apresentou uma análise da série ficcional 13 Reasons Why, cujo enredo gira em torno do suicídio da personagem

Hannah. Tal análise permitiu perceber que a série, que teve tanta audiência e aumentou os debates sobre suicídio, além de divulgar serviços de apoio como o Centro de Valorização da Vida (CVV), também pecou em vários aspectos e, uma proposta que poderia ser educativa, acabou tornando-se mais de entretenimento.

A mídia, com seu papel de informação deve estar atenta ao abordar temas tabus e delicados como o suicídio e fazer essa abordagem de forma sensível, responsável e de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde. Isso não significa evitar abordar essa temática, mas fazê-lo de forma a promover a prevenção ao suicídio, a importância dos cuidados em saúde mental e divulgação dos serviços de apoio psicológico e acolhimento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual do Piauí que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, proporcionou o desenvolvimento dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Filipa. Efeito de Werther. **Análise Psicológica**, 2000, vol. 18, nº 1, p. 37-51.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Comportamento suicida**: conhecer para prevenir (dirigido para profissionais de imprensa). Brasil, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio**: informando para prevenir. Brasília, 2014.

BOTEGA, Neury José. **Crise suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre. Artmed, 2015.

FUKUMITSU, Karina Okajima. **Suicídio e Gestalt-terapia**. 2ª edição revisada. São Paulo. Digital Publish & Print Editora, 2013.

_____. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 268-273, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000300270&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FUKUMITSU, Karina Okajima; KOVÁCS, Maria Júlia. O luto por suicídios: uma tarefa da posvenção. **Revista Brasileira de Psicologia**, vol. 2, nº 2, p.41-47. Salvador, Bahia, 2015.

_____. Especificidade sobre processo de luto frente ao suicídio. **Psico (Porto Alegre)**. Vol. 47, nº 1, p. 3-12. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20/02/2018.

JACK, B. *Goethe's Werther and its effect*. **Lancet Psychiatry**, 2014, vol. 1, nº 1, p. 18-19. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lanpsy/PIIS2215-0366\(14\)70229-9.pdf](http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lanpsy/PIIS2215-0366(14)70229-9.pdf)> Acesso em 14/02/2018.

LOUREIRO, P. R. A., MOREIRA, T. B., & SACHSIDA, A. **Os efeitos da mídia sobre o suicídio**: uma análise empírica para os estados brasileiros. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2264/1/TD_1851.pdf Acesso em 11/04/2017

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Genebra, 2000.

_____. **Prevenção do suicídio**: um recurso para conselheiros. Genebra, 2006.

PIEDRAHITA S, Laura Elvira; PAZ, Karla Mayerling; ROMERO, Ana Maritza. Estrategia de intervención para la prevención del suicidio en adolescentes: la escuela como contexto. **Hacia promoc. Salud, Manizales**, v.17, n.2, p.136-148, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.com/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 08/08/2018.

PIRKIS, Jane & BLOOD, Warwick. **Suicide and the entertainment media - a critical review**. Commonwealth of Australia, Fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.mindframe-media.info/data/assets/pdf_file/0005/6494/Suicide-and-the-entertainment-media.pdf> Acesso em: 16/02/2018.

SILVA, D. **E a vida continua... O processo de luto dos pais após o suicídio de um filho**. Tese (mestrado). São Paulo. 2009. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ZANA, Augusta Rodrigues de Oliveira; KÓVACS, Maria Julia. O Psicólogo e o atendimento a pacientes com ideação ou tentativa de suicídio. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 897-921, dez. 2013.

6

Comportamento suicida: perspectiva dos profissionais de um serviço de urgência de Teresina-Pi¹

Marisa Ferreira Rochal²,
Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho³

INTRODUÇÃO

Os números de suicídio avançam no mundo todo, anualmente é responsável por um milhão de óbitos no mundo, uma proporção de uma morte a cada 45 segundos. Todos os anos são registrados cerca de 10 mil suicídios no Brasil, colocando nosso país entre os dez que registram os maiores números absolutos de casos (BOTEGA, 2014). O impacto dessas taxas tem chamado atenção para o grave problema de saúde pública configurado em uma sociedade silenciada pelo tabu.

De acordo com estatísticas do mapa da violência 2014 (WAISELFISZ, 2014), o estado do Piauí ocupa a 4ª posição em relação às taxas de suicídio na população total brasileira, apresentando um crescimento da taxa de suicídio da população total de 69,7% entre 2002 e 2012. Teresina-PI apresenta a segunda maior taxa total de suicídio do país, com 8,9 suicídios por 100 mil habitantes, no ano de 2012, ficando atrás apenas de Florianópolis.

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Psicóloga pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. E-mail: marisarocha.psi@gmail.com

3 Mestre em Psicologia, Docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí-UESPI. E-mail: anarosa.carvalho@bol.com.br

Diante disso, pensando na importância da preparação teórica-prática nas estratégias de promoção, prevenção e pós-venção, fundamental aos profissionais que atuam frente a essas demandas de suicídio desenvolveu-se a seguinte problemática: “quais as concepções de profissionais da saúde acerca do suicídio?” essa pesquisa delineou investigar junto aos profissionais de saúde de formação superior de um hospital de urgência de Teresina-PI, suas concepções acerca do suicídio.

Considerando-se a necessidade de solidificação de uma política de atenção relacionada ao suicídio, que perpassa pela atuação de profissionais sensíveis à magnitude do problema no nosso contexto, e que é possível prevenir o suicídio, desde que os profissionais de saúde, de todos os níveis de atenção, estejam aptos a reconhecer os seus fatores de risco, discute-se sobre a formação dos profissionais de saúde para o enfrentamento do suicídio.

O contexto histórico acerca do suicídio varia de acordo com a concepção que se tem da própria sociedade, com todos os reflexos daí decorrentes. Aspectos políticos, econômicos, raciais, de gênero e culturais devem ser levados em conta para se compreender de que forma a qualidade e satisfação de vida influencia a ocorrência do suicídio numa determinada região.

De acordo com Brandão, Ferreira, Sussuarana (2015), e Ribeiro (2004), o aumento do número de suicídios é visto como um produto do processo de civilização, do sofrimento individual atrelado ao capitalismo, da noção de individualidade, e sujeito emancipado para decidir por autodestruir-se. Houve um aumento da complexidade das relações, a instalação da necessidade de autocontrole da vida privada e com isso o sentimento de vergonha.

Sejam quais forem os fatores, os sentimentos de uma pessoa com ideias suicidas normalmente são uma tríade de desesperança, desamparo e desespero. A maioria das pessoas é

ambivalente quanto ao desejo de viver e o de morrer, sabendo disso, o profissional deve usar dessa ambivalência para aumentar o desejo de viver. Outras características do suicídio são sua impulsividade e rigidez do pensamento, e afeto, e seu raciocínio dicotomizado (OMS, 2006). Torna-se imprescindível a identificação dos fatores de risco e risco de suicídio para se tomar medidas de intervenção e prevenção, assim como levantar os fatores de proteção que o indivíduo pode dispor.

METODOLOGIA

Este artigo é resultado de uma monografia de trabalho de conclusão de curso do curso de Psicologia, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. A pesquisa foi realizada em um Hospital público de Teresina-Piauí, que oferece diversos serviços, incluindo atendimentos de urgência e emergência. Foi submetida à autorização do Comitê de Ética do hospital cenário da pesquisa, e após anuência, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa (CEP) da referida universidade, como orienta a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), para posterior coleta dos dados.

Os participantes foram 8 (oito) profissionais da equipe de saúde do hospital, que tem formação superior, que foram convidados individualmente para participar de forma voluntária e não remunerada. Foi adotado como critério de inclusão: compor à equipe de saúde do Hospital, e ter ao menos 1 ano de prática. E como critério de exclusão, o profissional relatar ideia suicida ou transtorno psiquiátrico.

A coleta de dados se deu a partir de entrevista semiestruturada com perguntas abertas, com o objetivo de colher o máximo de informações sobre o aspecto pesquisado, permitindo ao participante maior liberdade para discorrer sobre o assunto. Foi solicitado aos

participantes o uso do gravador, para maximizar a fidedignidade e qualidade das informações, e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), no qual foram informados sobre os objetivos da pesquisa, as normas éticas do estudo a ser realizado, bem como dos riscos e benefícios da pesquisa a qual foram submetidos.

Após a transcrição do material colhido através das entrevistas, foi realizada uma análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977) consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, ou seja, é um tratamento das informações considerando tanto os significados, quanto os significantes ao compreender um conteúdo manifesto.

O processo de análise dos dados compreendeu: a transcrição das entrevistas; a leitura flutuante das transcrições visando identificar os significados; identificação das temáticas emergentes e seleção das unidades de análise; categorização dos dados de acordo com a proposta apresentada por Minayo (2001), que se refere à classificação de elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si; e, análise interpretativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados oito (8) participantes, que foram nomeados de acordo com a inicial de sua categoria profissional, sendo 2 profissionais de cada área de enfermagem, fisioterapia, medicina e psicologia. A análise e a compreensão do material coletado envolveu uma leitura flutuante das transcrições, atentando para o significado dos elementos, e identificando os que mais se repetiram para agrupá-los em categorias temáticas.

A partir da identificação, os dados foram organizados em quatro categorias: “Visão dos profissionais acerca do suicídio”; “Fatores de

risco e de proteção para o suicídio”; “Experiência profissional frente à demandas de suicídio”, “O suicídio e a formação profissional”.

Quanto à compreensão do suicídio os profissionais se manifestaram de diferentes formas: uns relataram entender o suicídio como uma doença psiquiátrica, outros relataram que acontece quando há falta de uma religião ou “alimentação” espiritual, um entrevistado viu o suicídio como um momento de fraqueza, e outros dois trouxeram uma visão mais complexa, caracterizando-o como multifatorial.

Dois profissionais associaram o suicídio à transtornos psiquiátricos, que necessita de cuidados:

[...] eu acho que pra pessoa cometer suicídio a pessoa tem que ter algum problema, psiquiátrico, né. Ninguém se mata assim, sem ter algum distúrbio não[...] Quando a pessoa não tem problema psico... psicológico ou psiquiátrico, às vezes pensa, mas não tem coragem de fazer. Eu acho que é isso. Eu acho que pra ter essa coragem a pessoa tem que ter mesmo algum distúrbio, né. Não tem como [...] (informação verbal dada pelo entrevistado E1)

Essa hipótese mais biológica da presença de transtornos psiquiátricos segundo os entrevistados, explicaria o porquê de algumas pessoas passarem por dificuldades extremas e ainda assim não cogitarem suicídio, por ela não ter um transtorno que suscite em suicídio. Segundo a OMS (2000), os transtornos mencionados pelos participantes constituem-se como um importante fator associado ao suicídio, já que em estudos revela uma prevalência de transtorno mental de 80 a 100% de casos de suicídio. Mas o suicídio em si, pode não necessariamente ser a manifestação de uma doença.

Outro elemento central que se destacou em discursos de metade dos participantes, foi a compreensão de “falta de fé em Deus”, uma forte influência histórica religiosa e moralista de criminalização de quem comete suicídio. E uma interpretação de que a falta de

fé poderia implicar uma pessoa ser potencialmente propensa ao suicídio. Segue abaixo trecho extraído de uma entrevista:

[...] uma pessoa que pratica é porque não tem fé em Deus, ne [...] Fraca até em Deus mesmo, sem orações
[...] (informação verbal dada pelo entrevistado E1)

O que a literatura aponta é que aqueles que mantêm uma crença, ou praticam qualquer religiosidade apresentam níveis mais baixos de ideação, se caracterizando como um importante fator de proteção (FIGUEIREDO E COLS, 2015). Mas não que sua ausência signifique necessariamente um fator de risco, mesmo porque, vai se correlacionar às crenças individuais de cada pessoa.

É interessante ressaltar que as visões mais complexas sobre o fenômeno, foram trazidas por profissionais do serviço de psicologia e pode-se inferir que sua formação profissional possa ter garantido uma visão mais ampla sobre os fenômenos. E por ter uma compreensão maior da extensão do problema, tratem com uma maior profundidade o atendimento às pessoas com ideações suicidas.

Em se tratando da categoria “fatores de risco e proteção” para o suicídio, observa-se nas respostas dos candidatos uma percepção de sofrimento psíquico relacionada às diversas situações que cada sujeito enfrenta. Os entrevistados elencaram diversos fatores que levam os indivíduos a atentar contra sua própria vida, os citados foram de ordem biológica, individual, cultural e sócio-demográfica, como baixo nível socioeconômico, presença de transtornos psiquiátricos como a depressão, sentimentos de desesperança, desamparo em que a pessoa chega ao limite do insuportável.

Alguns discursos ressaltaram a influência da família nesse processo, onde a falta de orientação e diálogo familiar foram evidenciadas como fator de risco. De igual modo, a família também

foi vinculada à fator de proteção para suicídio. As falas mais frequentes trouxeram unidas família e espiritualidade juntas:

[...] Então se a base familiar for forte, se você tiver uma, uma fé, um Deus bem, bem estruturado com uma família bem estruturada você não vai pensar nisso [...] (informação verbal dada pelo entrevistado F1)

A religiosidade frequentemente apontada como forma de prevenção, está associada ao bem-estar físico, psicológico e emocional. Corroborando com Figueiredo e colaboradores (2015) que asseguram que indivíduos que mantêm uma crença e praticam qualquer religião, apresentam níveis mais baixos de ideação e comportamento suicida, em relação àqueles que não possuem.

O conhecimento aprofundado dos mecanismos de atuação desses diversos fatores de risco e proteção, seja isoladamente, seja através de suas complexas interações, é fundamental para a compreensão, planejamento e implementação de intervenções eficazes, considerando as especificidades de cada indivíduo e contexto sociocultural em que vive (BERTOLOTE, 2010).

Em relação à categoria “Experiência profissional frente à demandas de suicídio”, Bertolote, Mello-Santos e Botega (2010) esclarecem que a abordagem ao paciente que tentou suicídio deve ser feita de maneira não julgadora, empática, onde o assunto deve ser abordado de maneira clara, para se avaliar o risco, analisando a natureza da letalidade, a duração e persistência dos pensamentos suicidas. Após avaliar o risco o profissional deve oferecer ajuda, averiguar os sistemas de suporte disponíveis e providenciar uma rede de apoio e apoio psicossocial. Esse tipo de abordagem foi observado nos relatos de duas profissionais que fazem parte do serviço de Psicologia da Instituição.

Outros profissionais trazem nos seus relatos uma separação de saberes, dissociando corpo e mente, entendendo que não podem

atuar sobre demandas de saúde mental, estão ali para cuidar do biológico. Ao serem questionados sobre o que considerar ao abordar uma pessoa com comportamento suicida, uma parte se referiu especificamente à aspectos técnicos como recursos para salvar a vida do paciente.

[...] mas dentro do hospital a questão é realmente bem técnica [...] a gente não se deixa levar pelo fator... externo do, no caso, a doença do paciente, né [...] é que não dá tempo de ficar lamentando, ou você lamenta ou você atende o paciente e isso é o limite de ele viver ou morrer [...] (informação verbal dada pelo entrevistado F1)

O modelo biomédico marcante nos discursos de muitos dos entrevistados pode ser reflexo de uma formação dos profissionais de saúde voltada predominantemente para o aspecto técnico do manejo das doenças, relacionadas à salvar vidas, não levando em conta a pessoa. Destaca-se a relevância da utilização da comunicação e do relacionamento terapêuticos para abordagem mais efetiva, nas situações as quais há manifestações de intenso sofrimento. Ao evitar técnicas extremamente restritivas, proporciona-se uma assistência de maior qualidade, que transcenda o cuidado voltado somente para o corpo, incorporando o cuidado que considere a dimensão existencial, relacional, histórica, cultural e situacional dos pacientes, como sujeitos humanos desejantes (GUTIERREZ, 2014).

Quanto à “formação acadêmica na percepção dos profissionais de saúde” sobre o suicídio, foi possível concluir pelas falas dos participantes que, de forma geral possuem a visão de que somente na psicologia se discute o suicídio, quando falam que cursaram alguma disciplina de psicologia, mas que não recordam se o tema foi abordado.

No mais, não é possível afirmar que a graduação dos profissionais teve influência sobre suas formas de perceber e atuar

perante o suicídio, pois metade dos entrevistados não souberam relatar se tiveram contato, e três afirmaram não terem visto nada relacionado com o fenômeno.

As percepções trazidas pelos participantes foram mais relacionadas às práticas de suas vivências profissionais. A assistência prestada a pessoas que tentaram o suicídio nos hospitais é uma estratégia fundamental na prevenção do suicídio, pois elas constituem um grupo de maior risco para o suicídio (HETEM, 2010).

Pode-se afirmar que profissionais que lidam rotineiramente com o suicídio em sua atuação são exigidos de um esforço maior por capacitação e acesso sistematizado de informações acerca do panorama do suicídio, pontua-se a necessidade de buscar maior conhecimento para uma prática profissional mais adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se no presente estudo uma diferença na forma de entender o fenômeno entre os profissionais, que pode vir a ter reflexos tanto positivos quanto negativos no atendimento ao paciente. Os dados encontrados se aproximam da literatura ao fazer alusão ao suicídio como um fenômeno complexo, perturbador, e capaz de evocar o julgamento moral de quem discorrem sobre.

A superficialidade com que alguns tratam o assunto é algo preocupante, por que olhares pautados em julgamentos e regras morais podem reverberar posturas preconceituosas e discriminatórias em relação a esse tipo de paciente que precisa ser bem acolhido, para ter melhores chances de recuperação.

Com relação às ações dos profissionais frente à demandas de suicídio, foi possível perceber que os profissionais de saúde mental tem atitude mais positiva em relação aos pacientes com comportamento suicida que os profissionais de outras áreas. Isso pode ser explicado pela formação essencialmente mais humana que

essa área proporciona e uma visão mais integral de ser humano, já que raramente um participante relatou contato com o tema do suicídio em suas formações.

Dentro do hospital, os participantes atribuíram ao serviço de psicologia a responsabilidade por dar conta dessas demandas. Salienta-se a necessidade dos profissionais de todas as áreas serem capacitados para atuar frente essas demandas, da não divisão dos campos de saberes, trabalhar o indivíduo de forma global. Visto que somente o serviço de psicologia não dá conta de acobertar tudo, como as demandas que possam surgir nos finais de semana em que o serviço não funciona.

Em vista disso, os profissionais precisam considerar os aspectos biopsicossociais ao favorecer uma assistência dos pacientes com ideações suicidas e seus familiares. Sendo fundamental que a equipe possua habilidade, conhecimento, faz-se necessário o investimento nos recursos humanos tão imprescindíveis na prevenção do suicídio.

Destaca-se a necessidade de englobar práticas de ações de saúde mental oferecendo alternativas de abordagem do suicídio. O estudo serviu também como forma de levar os participantes a refletir sobre a magnitude do fenômeno e qualidade de atenção dispersada, podendo a partir dessa reflexão, fazer emergir novos sentidos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1977.
- BERTOLETE, J. M. O suicídio no mundo. **Debates - Psiquiatria Hoje**, São Paulo, ano 2, n. 1, p.17, 2010.
- BERTOLETE, J. M.; MELLO-SANTOS, C. de; BOTEAGA, N. J. Detecção do risco de suicídio os serviços de emergência Psiquiátrica. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Botucatu. vol. 32, Supl II, 2010.

BOTEAGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**. vol. 25, n. 3, p. 231-236, 2014.

BRANDÃO, W. O.; FERREIRA, E. A.; SUSSUARANA, A. C. O suicídio no contexto dos processos de civilização. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 8, n. 2, p. 229-245, 2015.

FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos *et al.* É possível superar ideações e tentativas de suicídio? Um estudo sobre idosos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1711-1719, 2015.

GUTIERREZ, B. A. O. Assistência hospitalar na tentativa de suicídio. **Psicologia USP**. vol. 25, n 3, p. 262-269, 2014.

HETEM, L. A. Prevenção do suicídio. Associação Brasileira de Psiquiatria. **Debates**. 2, n. 1, Jan/Fev. 2010. Disponível em: <http://www.abp.org.br/download/PSQDebates_7_Janeiro_Fevereiro_light.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2017.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**, Petrópolis, 18 ed., vozes, 2001.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Prevenção do suicídio: um manual para médicos clínicos gerais. Genebra, 2000.

D'OLIVEIRA, Carlos Felipe *et al.* **Prevenção do suicídio**: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. 2006.

RIBEIRO, D. M. Suicídio: critérios científicos e legais de análise. **Jus Navigandi**, Teresina, 9 (423), 2004. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12595-12596-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 Jun. 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro 2014.

A política de seguridade social no Brasil: diagnósticos e perspectivas¹

Solange Maria Teixeira²
Sarah Moreira Arêa Leão³

INTRODUÇÃO

Os estudos acerca das políticas sociais no Brasil, com a especificidade para a análise de políticas públicas de seguridade social tem se limitado a estudos fragmentados e com tendências a se concentrar sobre a reconstituição histórica dessa política, deixando de lado o ponto de vista prospectivo.

Neste estudo, como metodologia, utilizaremos como norte a pesquisa bibliográfica, e faremos uma revisão da literatura sobre estudos já realizados nas políticas sociais no Brasil. Utilizamos também a análise de conteúdo da legislação sobre a temática e documentos oficiais (PEC 287/2016, PEC 6/2019 e relatórios do TCU).

Draibe (1990) propõe, ao refletir sobre as políticas sociais do Brasil, “que se busque examinar as lacunas se voltando para as questões do futuro”. E uma análise destas políticas num perspectiva de totalidade, como um sistema nacional de políticas sociais que

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2009), Doutora em Políticas Públicas pela UFMA (2006), Mestre em Serviço Social pela PUC-SP (1998). Assistente Social e professora do Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. (UFPI). E-mail: solangenteixeira@hotmail.com.

3 Mestre em Políticas Públicas pela UFPI (2008), doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI. Advogada. Analista do Seguro Social. E-mail: saraharealeao@yahoo.com.br.

denominamos de sistema de proteção social e que a autora denomina de Welfare State, baseada no conceito:

Por Welfare State estamos entendendo, no âmbito do Estado capitalista, como uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. (DRAIBE, 1990, p. 23).

As relações entre Estado e sociedade se modificam na Europa a partir do século XX, com a regulação da relação capital/trabalho e a constituição do Estado social intervencionista e a criação de um sistema nacional de políticas públicas, que na língua inglesa se chama Welfare State. Esse sistema apresenta várias modalidades entre os países, Esping Andersen tipificou três modelos principais. Welfare State do tipo residual, no modelo liberal proposto por Esping- Andersen, para quem “a política social intervém apenas quando os canais naturais da satisfação das necessidades mostram-se insuficientes, a intervenção estatal cessa após a resolução da situação emergencial”. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.26).

O segundo tipo é o que denomina de Welfare State “meritocrático- particularista”, modelo conservador proposto por Esping-Andersen, que reconhece a necessidade de intervenção da política social para corrigir as grandes distorções que podem estar sendo geradas pelo mercado ou pela desigualdade de oportunidades. (ESPING ANDERSEN, 1991)

O terceiro é Welfare State do tipo “institucional- redistributivo”, modelo social democrata em Esping-Andersen: parte importante e constitutiva das sociedades contemporâneas, voltado para a produção e distribuição de bens e serviços sociais “extramercados”, com base em critérios redistributivistas e universais. (ESPING ANDERSEN, 1991).

DIAGNÓSTICOS DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Draibe (1990) ao citar as políticas sociais no Brasil, a partir dos modelos teóricos de Welfare State, lembra que entre a década de 1930 e 1970 foi construído no Brasil um determinado tipo de Welfare State, com particularidade tipicamente brasileiras, e ao longo desse período, duas fases se destacam: 1930-1943 e 1966-1971, ambas sob regime autoritário. No período de 1930- 1943 há a criação dos institutos de aposentadorias e pensões e a legislação trabalhista, consolidada em 1943. É um período, ainda de mudanças nas áreas da política de saúde e educação, onde se manifestam elevados graus de nacionalização e centralização. Em meados da década de 1960 até a década seguinte há uma transformação no perfil da política social, tendo como pano de fundo a aceleração do processo de industrialização, urbanização e transformação da estrutura social brasileira, abrindo espaço para certas tendências universalizantes, e principalmente para políticas de massa. É no regime militar instalado em 1964 que se completa o Welfare State no Brasil.

Draibe (1990) aponta que:

Os princípios dados como base para a consolidação do *Welfare State* no Brasil de 1964 até as reformas que foram conduzidas nos anos de 1980 tiveram as seguintes características: extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do Governo; acentuada fragmentação institucional; exclusão da participação social e política dos processos decisórios, princípio de autofinanciamento do investimento social; princípio da privatização e uso clientelístico da máquina social. (DRAIBE, 1990,p.34)

Com o advento da Constituição de 1988 são consagrados novos direitos sociais e princípios acerca das políticas sociais, que alteraram alguns pilares básicos do padrão anterior do Estado de bem-estar social no Brasil, adotando princípios de justiça social, equidade, participação popular, descentralização, dentre outros.

Mas o Brasil avança para os anos de 1990 com grandes acúmulos de problemas sociais, elevando o grau de demandas por mais Estado, ao passo que reduziu os recursos públicos e privados disponíveis para o gasto social.

Neste momento são postas três proposições para o reordenamento das políticas sociais: a primeira afirma a importância de se por em prática, temporariamente, um conjunto de medidas de proteção aos pobres, sob o título de programas de emergência contra a pobreza, são propostas as seguintes medidas: reordenação do gasto social – reorientando os gastos para as camadas mais carentes, visando melhorar sua eficiência, sem aumentar as despesas, subsídios para a alimentação e nutrição – desenvolvimento de programas de suplementação alimentar, através da distribuição gratuita de alimentos para grupos particularmente mais vulneráveis e a criação de programas de emprego emergencial.

A segunda proposta preconiza um radical programa de erradicação da pobreza, mas parte da tese de que terá que haver aumento nos gastos sociais, o que só seria possível desde que um conjunto de políticas econômicas fosse postas em prática.

E a terceira proposta opõe-se às anteriores criticando seu caráter seletivo e focal, propondo, alternativamente, um padrão institucional-redistributivista, apoiado em programas públicos segundo os princípios da uniformidade das prestações sociais e cobertura universal.

Draibe (1990) expõe que:

Os cenários da cena brasileira levam a perceber a ausência de um futuro socialdemocrata no nosso país, quando visto pelo prisma do padrão de política social que ainda teremos que conviver, parece distante a construção de um Welfare State nos moldes institucional-redistributivo, por três razões, sendo a primeira

porque se contrapõe a tendência de transformação do tempo de trabalho, a segunda porque se defronta com demandas que impulsionam a busca de fórmulas alternativas, não estatais de acesso a bens e serviços sociais, e a terceira pelas dificuldades de financiamento. (DRAIBE, 1990, p. 43).

Analizando a trajetória das reformas das políticas sociais no Brasil, especificamente, a trajetória da política social de previdência social, Melo (1993) relata que:

A reforma da arena previdenciária contou com atores que participaram da reforma da política de saúde, mas com um recrutamento mais restrito a economistas com especialização em economia do trabalho, os quais não estavam articulados em um movimento profissional com ampla inserção dos setores sociais. Assim como a saúde, a reforma previa a universalização da cobertura, com a inserção dos empregados autônomos e trabalhadores rurais e a equalização do acesso, além de tratar sobre o valor real dos benefícios e sua irredutibilidade, característicos da crise aguda da Previdência Social. (MELO, 1993, p.55).

A razão da não efetivação dos princípios constitucionais são as reformas neoliberais que se acentuam no Brasil a partir dos anos de 1990 até 2003, e depois no período dos governos petistas com a centralidade na pobreza e recentemente com o retorno da ortodoxia neoliberal com os governos Temer e Bolsonaro.

Outro estudo importante e que deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política de seguridade social, é o estudo do orçamento, do financiamento da seguridade social, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação de recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus de financiamento dos gastos sociais.

Essa é a proposta de Evilasio Salvador (2010) ao fazer um estudo aprofundado do “Fundo Público e da Seguridade Social no Brasil”, ao dispor que: “O dimensionamento destes gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país” (SALVADOR, 2010, p.172) que assim ele explica:

O orçamento público deve ser estudado para além da divisão equitativa dos recursos disponíveis, sendo planejado para arrecadar recursos para implementar políticas que efetivem direitos. A receita pública, composta principalmente por tributos, deve servir para a efetivação de um amplo conjunto de direitos. Todo um conjunto de serviços – segurança, educação, saúde, previdência, assistência social, transporte, entre outros – depende, em larga medida, da ação do Estado. Se a receita tributária, por exemplo, for insuficiente, o risco é que esses serviços essenciais não sejam prestados na medida necessária ou venham a ser financiados por emissão de moeda ou endividamento público. O sistema tributário é que vai assegurar os recursos para a construção de um Estado de Direito Democrático e Social, destinado a assegurar o exercício dos direitos. (SALVADOR, 2010, p.180).

Em seu estudo, Salvador (2010) aponta gastos crescentes com a assistência social, ao analisar os orçamentos de 2004 a 2007, assim explicita:

Gastos esses que superam as despesas orçamentárias com educação. Essa reversão ocorre a partir da execução orçamentária de 2006. No âmbito da assistência, a elevação dos gastos, que apresentaram um crescimento de 51,16% no período, é decorrente de programa voluntário de transferência de renda, como o Bolsa-Família, além do aumento quantitativo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) decorrente da redução do limite de idade para o acesso ao benefício e da evolução real do salário mínimo. Por outro lado, nesse período, no âmbito da educação houve restrições orçamentárias quanto aos investimentos e às demais despesas correntes no âmbito das universidades federais. (SALVADOR, 2010, p.186).

Na discussão sobre quem financia o Estado passa pelo debate teórico sobre o tamanho do Estado e a distribuição da carga tributária entre os membros da sociedade. Em recente relatório do Tribunal de Contas da União, o TCU assim se posicionou sobre as finanças públicas:

A retomada do crescimento econômico inclusivo e sustentável depende da realização de ajustes céleres e contundentes na gestão das finanças públicas, notadamente, com os propósitos de assegurar a reversão da trajetória de crescimento acelerado da dívida soberana, retomar a confiança dos agentes econômicos e permitir o financiamento adequado das diversas políticas públicas de interesse nacional. Ao longo de 2017, a dívida bruta, indicador internacionalmente aceito para aferir a saúde financeira de um país, alcançou 74% do PIB, com um crescimento de quatro pontos percentuais em apenas um ano, cujo resultado financeiro foi deficitário em cerca de meio trilhão de reais. Em que pese à queda acentuada de arrecadação, associada à forte recessão econômica influi nesse desequilíbrio o crescimento real constante das despesas ao longo dos últimos anos e a concessão de renúncias fiscais em ritmo acelerado – os benefícios tributários, financeiros e creditícios atingiram 5,4% do PIB no último exercício. O impacto da dívida pública, associado ao aumento de despesas, à queda de arrecadação e às restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95, limitou a quantidade de recursos disponíveis para a aplicação em políticas e programas públicos, tornando necessária e premente a melhoria dos mecanismos de coordenação, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos.⁴

A par dessas preocupações e metas do TCU, persiste o debate sobre quem financia a seguridade social brasileira, quais as fontes de custeio das políticas de previdência, assistência social e saúde? – Há divergências entre os especialistas, uns defendem o “princípio da totalidade” estatuído na Constituição Federal de 1988,

4 O TCU e o desenvolvimento Nacional: Contribuições para a administração Pública. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/desenvolvimento-nacional/financas-publicas.htm> <acesso em 09 de jul 2019>.

outros defendem a “separação das fontes de custeio das políticas de assistência, previdência social e saúde” - posições divergentes entre si e inconciliáveis.

A natureza das fontes de financiamento é um importante indicador na avaliação das políticas sociais. O estudo sobre o financiamento e os gastos sociais traz pistas sobre o alcance, os limites e o caráter redistributivo das políticas sociais.

Além do estudo sobre o financiamento da política de seguridade social no Brasil, faz necessário também analisar sobre o destino dos recursos da seguridade social, por meio da análise dos gastos.

O destino dos recursos da seguridade social é aplicado nas políticas de assistência social, previdência e saúde. Por meio de um conjunto de programas e ações definidas na lei orçamentária e executadas com aplicação das dotações orçamentárias pelo Poder Executivo no âmbito dos fundos que compõem a seguridade social.

Nos estudos sobre a destinação de recursos da seguridade social feito por Salvador (2010):

Os dados revelam que a previdência social recebeu a maior parcela de recursos em todos os anos. A maior participação ocorreu em 2003, com 80, 35%. Observou-se também uma ampliação dos gastos com a assistência social, principalmente a partir de 2004, em função da redução da idade da população idosa (de 67 anos para 65) para acesso ao BPC e, nos últimos três anos, do incremento de recursos no programa de transferência de renda com condicionalidades (Bolsa-Família), que tinha uma despesa equivalente a 0,21% do PIB no ano de 2005, subindo para 0,37%, em 2007, o que indica uma nova tendência na alocação dos recursos do orçamento da seguridade social e de priorização de políticas focalizadas, em detrimento da construção de políticas sociais universais. (SALVADOR, 2010, p. 184).

Neste aspecto, ressalta-se a importância e a nossa defesa da universalização das políticas sociais, uma vez que o princípio da

universalidade é o que melhor contempla a relação entre políticas públicas e direitos sociais.

Historicamente, a adoção desse princípio se coaduna com o processo democrático de não discriminar as pessoas no seu acesso a bens e serviços públicos, que devem estar à disposição de todos. Todavia, em contexto de avanço das reformas neoliberais a universalidade é criticada e retornam discursos de meritocracia e políticas focalizadas nos mais pobres, de modo que quem pode pagar compre seu bem-estar no mercado.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Diante desse cenário o papel do Estado brasileiro em perspectiva para o futuro se ajustará a um patamar mínimo de prestações sociais universais, onde o cenário mais promissor se fará com maior planejamento e com a coordenação de um lado e o fortalecimento de nossas instituições democráticas e legais asseguradoras de direitos.

O Brasil e a política da seguridade social possui um futuro incerto. Quando em 1987 foram iniciados os trabalhos da Assembleia Constituinte já era sabido pelos especialistas que o nosso modelo social já estava enfrentando uma crise em outros países.

O Estado de bem-estar social prometeu muito mais do que ele poderia realizar, e enveredou-se em crises ao atender demandas dos trabalhadores e do capital e, teve que se reordenar para atender interesses hegemônicos do capital, em sua nova fase de acumulação. O debate e os estudos sobre o financiamento da seguridade social não são de hoje. Esse debate antecede a própria Constituição Federal de 1988. O futuro da Previdência é muito incerto devido ao próprio comportamento do trabalho. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou recentemente um estudo no qual mostra que 65% das crianças que hoje estão com até seis

anos de idade, no futuro irão trabalhar em uma função que ainda não existe. Há uma crescente substituição de trabalhos formais, pelos informais e precarizados, e as isenções, não pagamento de dívidas de empresas com a previdência, desoneração do capital com certeza diminuirá as fontes de recursos do Estado para políticas públicas.

O Brasil tem 30 milhões de pessoas com benefícios previdenciários. Desses, 22,5 milhões das pessoas recebem um salário mínimo. É essa previdência que está na PEC 287 para ser reformada? Onde estão os privilegiados? Não adianta fazer uma reforma política. Precisamos ter políticas de educação voltadas para o Direito Previdenciário, estruturada nas escolas e nas universidades, de programas sérios de saúde preventiva que protejam o trabalhador e evite que ele necessite acessar aos benefícios previdenciários e de um plano de custeio verdadeiro.

Este ano, tivemos um acréscimo de 11% na taxa de extrema pobreza do país. São famílias que necessitam dos benefícios de proteção social, sem caráter contributivo, mas que tem dificuldades de acessar, e outras em estado de pobreza que por respeito ao princípio de dignidade da pessoa humana deveriam receber o benefício, mas que lhes é negado.

De acordo com Gentil (2019) ⁵:

O Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. E diante disso, estão querendo solapar não somente a previdência social, mas a assistência social. Existe todo um movimento para denegrir o real papel da assistência social no país. Precisamos fortalecer a assistência social, fazendo cumprir as condicionantes para que essas pessoas um dia saiam de beneficiários em situação precária e que efetivamente se incluam no regime

5 GENTIL, D. L. Uma Contribuição à avaliação das inconsistências do modelo de projeção atuarial do Governo federal e dos impactos de exclusão social da PEC 06/2019. Disponível em <https://www.anfip.org.br/publicacoes/documentos/uma-contribuicao-a-avaliacao-das-inconsistencias-do-modelo-de-projecao-atuarial-do-governo-federal-e-dos-impactos-de-exclusao-social-da-pec-062019/> <acesso em 20 jul 2019>.

geral da previdência social. Precisamos urgentemente trabalhar a inclusão previdenciária de todos os brasileiros. (GENTIL, 2019)

Em meio a toda essa discussão que aqui trazemos, sobre o desenho da previdência social no Brasil, sua forma de custeio e financiamento, vemos hoje no Brasil debates públicos e no Congresso Nacional sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 287/2016 que propõe a reforma de nosso sistema previdenciário e recentemente a Emenda Constitucional nº 06/2019.

Em fevereiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro e o Ministro da Economia Paulo Guedes entregaram ao Congresso uma proposta de Reforma da Previdência. Para Guedes, a necessidade da reforma é urgente sob o argumento da necessidade de impulsionar o crescimento econômico do país, que sem a reforma da previdência a economia do Brasil vai estagnar e os problemas fiscais vão se avolumar.

Ainda assim, vale salientar, que a reforma proposta pela equipe do governo e que atualmente está passando pela análise da Comissão de Constituição e Justiça do Senado não resolve o problema, nem torna a previdência superavitária. Neste momento, ela apenas dá um alívio nas contas públicas de alguns anos, tempo que os economistas acreditam ser suficiente para criação das condições políticas para uma ampla reforma.

O que muda na proposta de Reforma da Previdência do governo? Estes são os principais pontos da proposta apresentada pelo governo: Contribuição – os trabalhadores da iniciativa privada contribuirão de acordo com sua renda. Assim como no Imposto de Renda, as alíquotas efetivas variarão entre 7,5 e 11,68% aumentando de acordo com a remuneração do contribuinte, desta forma, quem tem menos dinheiro, paga menos. Regra de Transição – a transição

será feita em 12 anos, quem já pode se aposentar não será afetado, quem ainda não atendeu todos os critérios para aposentadoria terá três opções diferentes para transição. Aposentadoria de Parlamentares (deputados, senadores e vereadores) – os futuros parlamentares serão obrigados a seguir as regras do INSS - estarão sujeitos a pagar um pedágio (trabalhar mais) de 30% do tempo que falta para atingir os 35 anos de contribuição. Aposentadoria Rural – a idade mínima será de 60 anos para homens e mulheres, será necessária a contribuição mínima de R\$ 600 por ano, por ao menos 20 anos, para o pequeno produtor e sua família se aposentarem através da aposentadoria rural; Aposentadoria por Invalidez – caso a aposentadoria por “incapacidade permanente” ocorra por culpa de um acidente de trabalho, o aposentado receberá 100% da média das suas contribuições, nos outros casos, o valor será de 60% da média das contribuições; Aposentadoria de policiais e agentes penitenciários – a idade mínima para homens e mulheres será de 55 anos, com tempo mínimo de serviço de 20 anos para homens e 15 anos para mulheres.

Esse quadro revela que a seguridade social brasileira, fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, atualmente se configura como espaço de fortes disputas de recursos e de poder, constituindo-se em uma arena de conflitos. A defesa e ampliação dessas conquistas e o posicionamentos contrários às reformas de natureza neoliberais regressivas são desafios permanentes e condições para consolidação da seguridade social pública e universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de globalização, cujas interações econômicas, sociais, políticas e culturais intensificaram-se extraordinariamente nas três últimas décadas, seja pelo processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução das tecnologias, sob a lógica neoliberal, além da erosão do Estado-nação e crise do Estado de bem-

estar social, redescoberta da sociedade civil, mercado e famílias como agente de proteção social, aumento exponencial das desigualdades sociais, e redução das responsabilidades públicas, intensificam-se processos de mudança altamente contraditórios e desiguais.

Nesse contexto, diversos problemas e conflitos têm sido enfrentados pelo Brasil, dentre eles a desoneração das responsabilidades do capital com o enfrentamento da questão social, ampliação dos desempregados, subempregados, precarizados e informais, que geram a dificuldade estrutural para dar conta do tamanho do gasto social com a seguridade social (gastos com a previdência social, saúde e assistência social) pelo governo federal.

Em uma tentativa de contornar o problema, o Governo Federal continuamente vem apresentando propostas de Reforma da Previdência, ao invés de cobrar as dívidas das empresas com a previdência, taxar as grandes fortunas, reduzir as isenções fiscais. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, todos os governos subsequentes tentaram realizar alterações no sistema previdenciário brasileiro dificultando as regras para aposentadoria, para se fazer uma descrição dos fatos de conformidade com cada governo, temos a seguinte ordem cronológica: Em 1999, Fernando Henrique Cardoso criou o fator previdenciário; Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva aumentou a idade mínima para aposentadoria dos funcionários públicos e limitou a aposentadoria ao teto do INSS, mas essa medida não entrou em vigor pois não foi regulamentada; Somente em 2012, Dilma Rousseff regulamenta o teto das aposentadorias dos servidores públicos ao teto do INSS (valendo apenas para quem entrou no serviço público federal após 2013) e passou a discutir uma idade mínima geral; No governo do Presidente Michel Temer houveram tentativas de aprovar a Reforma da Previdência, mas não houve qualquer êxito.

No governo de Jair Bolsonaro este apresenta uma proposta de reforma ainda mais regressiva em termos de direitos, sob o

argumento de retomada do crescimento econômico e redução dos gastos públicos.

O ponto central é que a reforma da Previdência precisa, necessariamente, ser vista em perspectiva com outras duas reformas: a trabalhista, que ocorreu no governo passado, e a tributária. Trocando em miúdos, a opção política do atual governo é reduzir os direitos sociais das camadas mais empobrecidas para reduzir a carga tributária dos grandes empresários e manter a política de isenção fiscal intacta.

No horizonte político do Brasil, a justiça social, um dia sonhada pela Constituição de 1988, não passa de uma famigerada miragem no deserto da desigualdade social, onde as poucas conquistas cedem espaço à liberalização total da pauta econômica. Este é o projeto que vamos ter para o país, um avanço enorme do seguro social em contraposição à seguridade social, um sistema trabalhista precário e com bastante insegurança, capaz de financiar uma Previdência Social também precária. Tudo isso para poder viabilizar uma redução da carga tributária, que é o projeto liberal para o Brasil.

REFERÊNCIAS

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas. *In: Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas; políticas sociais e organização do trabalho*. 1990. p. 1-66.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. São Paulo: Lua Nova, 1991.

GENTIL, D. L. **Uma Contribuição à avaliação das inconsistências do modelo de projeção atuarial do Governo federal e dos impactos de exclusão social da PEC 06/2019**. Disponível em <https://www.anfip.org.br/publicacoes/documentos/uma-contribuicao-a-avaliacao-das-inconsistencias-do-modelo-de-projecao-atuarial-do-governo-federal-e-dos-impactos-de-exclusao-social-da-pec-062019/>. Acesso em: 20 jul 2019>.

MELO, M. A. Anatomia do Fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. **Revista de Ciências Sociais**, n.1, v.36, 1993.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **O TCU e o desenvolvimento Nacional: Contribuições para a administração Pública**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/desenvolvimento-nacional/financas-publicas.htm>. Acesso em: 09 de jul 2019

8

Direitos reprodutivos da mulher no romance distópico *Conto da Aia* de Margaret Atwood¹

Letícia dos Santos Sousa ²
Rosália Maria Carvalho Mourão³

INTRODUÇÃO

A previsão legal dos direitos reprodutivos não é o bastante para garantir a proteção das mulheres ao redor do mundo. A exemplo disso, Teles faz alusão a episódios alarmantes de desrespeito dos direitos humanos das mulheres pelo mundo:

Na Argentina, estima-se que ocorrem 6 mil estupros por ano; 300 chegam à Justiça e menos de 10% dos criminosos são condenados. Em Uganda, devido à crença de que as mulheres adolescentes transmitem menos Aids que as adultas, a taxa de contaminação pelo HIV entre elas é seis vezes maior que entre os rapazes. No Egito e em outros países do Oriente Médio e África, ainda mutilam-se adolescentes, amputando-lhes o clitoris para reduzir o desejo e o prazer sexual. Em nome da tradição e cultura, já chegam a 100 milhões de mulheres de 26 países africanos com órgãos sexuais mutilados. A cada ano, mais de 2 milhões de mulheres sofrem mutilações nesses países. (TELES, 2007, p.65)

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Letícia dos Santos Sousa, Bacharel em Direito- UNIFSA, Advogada, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário.

3 Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1999), graduação em Direito pelo Instituto Camillo Filho (2006) e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007). Atualmente é professora do Centro Universitário Santo Agostinho.

A problemática do presente artigo se substancia na violação direta e recorrente dos Direitos Reprodutivos das Mulheres, associando-se à desigualdade de gênero existente. No que tange ao desrespeito aos fatores que cerceiam a concepção feminina, insere-se a necessidade de tal classe de direitos integrar o contexto dos Direitos Humanos, tornando-se uma matéria interdisciplinar que abrange questões de saúde, econômicas e ambientais.

Os direitos reprodutivos femininos se apresentam como o direito de livre escolha sobre a quantidade, a periodicidade e o momento para concepção dos filhos, além da conscientização, tornando-se uma das principais extensões da vida de uma mulher. Dito isto, se torna mais eficiente o estímulo ao debate acerca de temáticas como: aborto, homoafetividade, concepção, contracepção e mortalidade materna, que possuem pouca voz no arcabouço jurídico.

As maiores dificuldades, no combate à ineficiência dos direitos reprodutivos da mulher, concentram-se nos aspectos morais e culturais. Sendo relevante que haja discussões que ultrapassem o viés biológico e adentrem ao conveniente a todos, fomentando a escolha saudável em prol do próprio corpo e consequentemente das decisões na esfera privada de cada um. Proporcionando à mulher o lugar de fala e a independência que tanto almeja ao longo dos anos, principalmente em termos reprodutivos, que permanecem em padrões de extrema submissão feminina.

Para maior demonstração da temática é imprescindível recorrer a disciplina Direito e Literatura, sendo alicerce para o desenvolvimento de temáticas que o ordenamento jurídico não alcança. Diante do exposto, é possível averiguar que o uso da interpretação forense cumulado com o escólio literário, podem desembaraçar a absorção da própria lei. (DWORKIN, 2005).

Na mesma concepção, Arnaldo Godoy observa:

O estudo do direito na literatura mostra-se marcado por formulações pragmáticas. Justifica-se por percepções que dão conta de que o profissional do direito colheira, na literatura manancial de exemplos, indicações de efeito retórico, tinturas de cultura, demãos de generalidade sistêmica. O jurista conhecedor da literatura seria íntimo com os problemas da alma humana; na linha da advertência de Terêncio, para quem tudo fosse humano não lhe seria estranho. É o caso do advogado do júri, prenhe de exemplos tomados da literatura, que busca efeito retórico, pedagógico, e que simula cultura que impressiona, que seduz, e que comprova trajetória humanista; mas nem sempre te humanizam. A prática infelizmente nos indica o abuso, o histriônico, o risível, e a própria literatura nacional flagra essas instâncias, de modo mordaz. (GODOY, 2008, p. 10)

Neste sentido cabe ao Conto da Aia, de Margaret Atwood, despertar reflexões em torno do segmento reprodutivo das mulheres. A obra retrata um futuro iminente, no qual traz a chamada “distopia”, que atribui um grande estado de privação ou antítese da utopia, tornando próximo os acontecimentos relatados.

A narrativa retrata a instituição de um governo pouco humanista, classificado como autoritário e cristão, denominado Filhos de Jacó, no qual fundam a República de Gilead no lugar dos Estados Unidos da América.

A ideia central funda-se na necessidade de procriação, concentrada nos baixos de natalidade, influenciados por danos ambientais, guerras e saúde pública, tornando muitas mulheres inférteis. As mulheres férteis que restavam, deviam se submeter ao atual governo, para manter a existência da humanidade, devido as circunstâncias extremas daquele cenário.

O público feminino é retratado perdendo seus direitos fundamentais, e sendo dividido em castas, nas quais tinham por base a capacidade fecunda de cada mulher. As principais categorias são: As Aias, mulheres férteis, solteiras e viúvas, com a missão de

gerar filhos, para o Comandante e sua Esposa, que pertenciam ao governo recém instituído. As Esposas, mulheres acometidas pela infertilidade e que exerciam sua maternidade com o auxílio da “barriga de aluguel” de suas Aias. As Tias, que tinham o papel de orientadoras no treinamento das Aias, induzindo-as a acreditar na nobreza de sua função. As Martas, que detinham a função doméstica na residência dos Comandantes e suas Esposas, já que não podiam mais contribuir no aspecto da fertilidade. As Não Mulheres, seriam aquelas que não se encaixavam no padrão posto pelo governo e por isso não recebiam sua aprovação em virtude de suas posições ideológicas, sexuais e sociais, e assim ficavam condenadas a viver em “campos de concentração”.

A personagem chave que constantemente impulsiona a percepção sobre os direitos reprodutivos das mulheres, é Offred, Aia, que compõe um ritual grotesco e repugnante, chamado de “A Cerimônia”, no qual se obrigava a manutenção de relações sexuais com o Comandante, na presença de sua esposa. Tornando-se um ato de violência mútua de direitos e garantias fundamentais, tanto na esfera da Aia, como da Esposa do Comandante.

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. (ATWOOD, 2006, p. 117)

Ao longo da narrativa, percebe-se o quanto as Aias perdem a liberdade sobre suas vidas e seu próprio corpo, tendo sua vida completamente voltada para reprodução e manutenção do crescimento populacional. No que tange a individualidade, as

Aias, demonstram o quanto foram anuladas em sociedade para o cumprimento de suas obrigações.

Meu nome não é Offred, tenho outro nome que ninguém usa porque é proibido. Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como o número de seu telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia. (ATWOOD, 2006, p. 105)

Em seu enredo, o Conto da Aia, procura mostrar os extremos que o controle estatal atinge para a manutenção do bem comum, tornando a discussão a respeito dos direitos reprodutivos necessária para fins de dignidade da pessoa humana e seus reflexos na coletividade. Além da urgência em reconhecer que os direitos que rodeiam a fertilidade, possuem grande importância na seara dos direitos humanos e suas respectivas extensões.

O reconhecimento dos direitos reprodutivos como direitos humanos constitui-se em princípio fundamental para a reconstrução do discurso de direitos. Com esse reconhecimento, diferenças de gênero, geração, classe, cultura e outras passam a ser consideradas, ao mesmo tempo em que são reconhecidas as necessidades sociais. A partir daí, são gerados instrumentos políticos e normativos com o objetivo de intervir no grave quadro de desigualdades e permitir o exercício e acesso igualitário dos direitos reconhecidos por todos. (VENTURA, 2004, p. 21)

O presente escrito procura expor sobre a tônica dos direitos reprodutivos como referência ao Conto da Aia, primando pelo incentivo ao debate e a contemplação da esfera feminina perante seus direitos reprodutivos.

METODOLOGIA

O respectivo artigo utilizou-se da obra literária Conto da Aia, da autora canadense Margaret Atwood, no qual tornou rico o emba-

samento acerca da importância dos Direitos Reprodutivos da Mulher. Tendo por base trechos do livro no qual se destacam a violação direta aos direitos defendidos neste trabalho.

No que concerne ao teor científico, foi realizada a leitura de outros artigos que possuíam temas relacionados ao teor deste trabalho para a maior absorção de informações concernentes ao campo jurídico e literário. Além do que foi relatado, analisou-se as notícias no contexto real, reforçando a explícita necessidade do estudo do assunto e sua latente face negativa em nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante salutar que a utilização da Literatura no âmbito jurídico, amplia o alcance dos estudantes e pesquisadores do Direito, aproximando de forma sensível as normas como contexto social contemporâneo. Destaca-se como um grande resultado, a realização de debates das temáticas em torno do contexto reprodutivo, consequentemente tornando a decisão sobre seus aspectos reprodutivos, mais sensatas e seguras, de forma geral.

Em âmbito de discussões, se demonstra urgente o debate e conhecimento acerca da temática principal deste artigo e a inclusão de um viés mais humanitário ao Direito, sendo este constituído pelas evoluções sociais, sendo assim pertinente a sua aproximação para maior compreensão dos fenômenos coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

Por toda extensão histórica, as mulheres têm convivido com a repressão e subordinação, tanto fisicamente como psicologicamente, tendo sentenciada a escolha de ter ou não filhos. A reprodução se substancia completamente na independência da escolha dos fins conceptivos, garantindo consequentemente a satisfação individual de cada indivíduo.

É de suma importância reconhecer a liberdade que cada um possui sobre si, sendo de maneira privativa a decisão sobre os aspectos que envolvem sua existência, inexistindo restrição legal sobre um instituto biológico, a gênese humana. Nenhum instituto governamental pode ditar ou interferir na maneira de viver de cada cidadão. Posto isso, afina-se a necessidade destes questionamentos frente a todos, pelo fato dos eles se relacionarem ao bem-estar de todos.

O Estado deve assegurar os exercícios dos direitos fundamentais e dos seus respectivos deveres, além de poder colaborar com dispositivos legais que possam abranger de maneira completa as necessidades e estigmas femininos, personificando-se em maior comprometimento com serviços essenciais ligados à temática reprodutiva.

REFERÊNCIAS

- ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, 367p.
- BARBOSA, R.M.; PARKER, R. (Org). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.
- DWORKIN, Ronald. **Uma Questão de Princípio**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura: Ensaio de Síntese Teórica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.
- PETCHESKY, R.P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- VENTURA, MIRIAM. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. 2.^a. ed. BRASILIA: UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, 2004. v. 01. 196p

Associação entre os níveis de atividade física e de estresse em estudantes do ensino médio de Teresina-Pi

Márcia Cristiane Araújo Centro¹
Matheus José Acácio de Oliveira²
Ana Vitória Moreira Nogueira³
Francilene Batista Madeira⁴
Fernando Donatan Viegas Braga⁵
Herbert Gustavo Simões⁶
Nanci Maria de França⁷

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase marcada por inúmeras mudanças biopsicossociais. Nessa etapa da vida, o indivíduo vivencia uma transição entre a fase infantil e a fase adulta, na qual exige grande esforço físico e mental para se adaptar, enfrentar uma nova realidade e para construir sua identidade (PATIAS; HEINE; DELL'AGLIO, 2017).

1 Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Piauí/UFPI. Doutoranda e Mestre em Educação Física na Universidade Católica de Brasília/UCB. Especialista em Atividade Física e Saúde pela UFPI e em Esporte Escolar pela UnB. Professora do Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA.

2 Acadêmico do curso de Educação Física no Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA

3 Acadêmica do curso de Educação Física no Centro Universitário Santo Agostinho- UNIFSA

4 Doutora em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

5 Acadêmico de Educação Física- Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR

6 Pós-Doutor em Pesquisas Clínicas pela University of Miami, Miller School of Medicine. Mestre e Doutor em Ciências Fisiológicas pela UFSCar, com Estágio Doutoral no Laboratory of Food, Nutrition and Exercise Sciences na Florida State University. Bacharel em Educação Física pela UNESP. Docente na Universidade Católica de Brasília- UCB

7 Doutora em Educação Física- Université Blaise Pascal. Mestra em Educação Física- Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em Educação Física- Faculdade Integrada de Educação Física e Técnicas Desportivas de Guarulhos-SP. Professora na Universidade Católica de Brasília – UCB.

Diversos autores consideram como uma das etapas da vida mais vulnerável ao estresse, haja vista que muitos adolescentes estão passando por: mudanças físicas, desequilíbrio hormonal, tipo e quantidade de responsabilidade, opção sexual, consumismo, novas tecnologias, conflito das drogas, relações interpessoais, escolha de uma carreira profissional (LIPP, MALAGRIS e NOVAIS, 2007; MARQUES; GASPAROTTO; COELHO, 2014).

É nesse contexto estressante da adolescência que o jovem se depara com a necessidade de fazer sua escolha profissional e de se preparar para os exames de admissão das universidades (GONZAGA; LIPP, 2014). Assim sendo, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), antigo exame vestibular, torna-se um forte gerador de estresse, que pode se manifestar através de tensões exacerbadas, problemas de memória, irritabilidade, sonolência, perda de concentração, entre outros sintomas (ARAÚJO et al., 2012; FERNANDES et al., 2017)

Alguns autores apontam a habilidade de lidar com o estresse como um importante elemento para o sucesso do jovem no ENEM (ARAÚJO et al., 2012 FARIA; WEBER; TON, 2012). Entretanto, nem todos os indivíduos estão preparados para lidar com o ritmo de estudos e simulados, cobranças dos pais, responsabilidades de sucesso, e acabam desencadeando sintomas de estresse físicos e/ou psicológicos (GONZAGA; LIPP, 2014; PEIXOTO et al., 2018).

Nesse sentido, dados nacionais demonstram que durante o período de preparação para o ENEM, em média, 62% dos estudantes manifestam alguma forma de estresse, sendo mais prevalente no sexo feminino e com predominância dos sintomas psicológicos (FARIA; WEBER; TON, 2012; GONZAGA; LIPP, 2014; FERNANDES et al., 2017), que segundo Lipp, Malagris e Novais (2007), caracteriza-se por apatia, depressão, desânimo, ansiedade e irritabilidade. Percebe-se que todos esses fatores negativos podem comprometer o sucesso do estudante no ENEM.

O termo estresse, incorporado do inglês stress, é conceituado como uma reação do organismo frente a qualquer evento bom ou mau que altere a vida do indivíduo e que pode provocar o aparecimento de um conjunto de respostas orgânicas, psicológicas e/ou comportamentais (ARAÚJO et al., 2012; GONZAGA; LIPP, 2014). Nesse aspecto, percebe-se que o estresse faz parte do dia a dia das pessoas; porém, quando se torna crônico, persistente e intenso isso pode causar sérios prejuízos à saúde (OLIVEIRA et al., 2019).

Pesquisas mostram que nas situações de estresse agudo o sistema neuroendócrino é ativado, desencadeando a liberação de vários hormônios, principalmente o cortisol, necessário às respostas orgânicas. Entretanto, quando o estresse se torna crônico há uma elevação na produção e liberação desse hormônio, causando diminuição da ação do sistema imunológico (MARSHALL et al., 2016; BAUER, 2019). Com seu sistema de defesa afetado, o organismo torna-se, então, mais vulnerável a infecções de vírus, bactérias e células cancerígenas. Em longo prazo, isso traz inúmeras implicações para a saúde pública, pois o indivíduo fica mais suscetível ao desenvolvimento de doenças crônicas não-transmissíveis, como hipertensão arterial, infartos agudos do miocárdio, acidentes vasculares cerebrais, câncer, úlceras, diabetes tipo II, síndrome metabólica, artrites, dores de cabeça crônicas, depressão e distúrbios nervosos (SOUSA et al., 2015; McARDLE; KATCH; KATCH, 2016).

A literatura tem mostrado a eficácia de diferentes formas de tratamento para combater o estresse. O exercício físico tem feito parte dessas novas descobertas de tratamento, haja vista que vários autores têm afirmado que o exercício pode proteger o organismo dos efeitos prejudiciais do estresse (ARAÚJO et al., 2012; PEIXOTO et al., 2018; OLIVEIRA et al., 2019). Além disso, os exercícios físicos têm se mostrado eficazes na melhoria da memória e raciocínio, na

qualidade do sono, no estado de humor, no aumento da disposição física e mental, dentre outros benefícios (FERRARI JÚNIOR et al., 2017; PINTO et al., 2018; PEREIRA et al., 2018).

No entanto, embora a prática de exercícios físicos seja benéfica à saúde, de modo geral, estudos epidemiológicos evidenciam a redução dos níveis de atividade física durante a adolescência à medida que os compromissos estudantis aumentam (ROLIM et al., 2010). Alguns estudos parecem corroborar com essa premissa, pois indicam elevada prevalência de sedentarismo entre os adolescentes brasileiros, variando de 22,2% no sexo masculino a 94% no sexo feminino em Niterói/RJ (TASSIANO et al., 2007; SILVA JÚNIOR et al., 2017).

Considerando os fatores apresentados, este estudo teve o propósito de investigar os níveis de atividade física (NAF) e os níveis de estresse de estudantes do ensino médio que estão se preparando para os exames de admissão das universidades, bem como identificar os sintomas e a fase do estresse em que esses estudantes se encontram, por meio de um indicador psicológico (escala de stress para adolescentes).

MATERIAL E MÉTODOS

Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa consistiu em uma abordagem quantitativa, de natureza descritiva e de delineamento transversal. O projeto recebeu parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí/UFPI, protocolo 0311.0.045.000-10, e acompanhou as normas éticas da resolução CNS nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa, envolvendo seres humanos.

Amostra

A população desta pesquisa foi constituída de adolescentes, na faixa etária de 17 a 18 anos de idade, de ambos os sexos, estudantes do 3º (terceiro) ano do ensino médio de um colégio particular, da cidade de Teresina (PI). Para a realização do estudo, o colégio foi selecionado por conveniência.

Avaliou-se n = 141 estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio, os quais foram convidados voluntariamente a responder à Escala de Stress para Adolescentes (ESA) e ao Questionário Internacional de Atividades Física (IPAQ-versão curta). Os adolescentes receberam e assinaram o TCLE e aqueles menores de idade levaram para casa para que um dos seus responsáveis assinasse, autorizando sua participação na pesquisa.

Instrumentos e Procedimentos para Coleta de Dados

Para mensurar e avaliar as variáveis de estudo, utilizou-se os seguintes instrumentos e procedimentos:

- **Escala de Stress para Adolescentes (ESA)** - esse instrumento é composto por 44 itens e foi utilizado para: mensurar os níveis de estresse dos adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária dos 17 aos 18 anos; identificar a sintomatologia mais frequente (psicológica, cognitiva, fisiológica e interpessoal) e a fase do estresse em que o estudante se encontrava (alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão).

A análise dos dados da ESA e a avaliação da presença de estresse foram realizadas pela psicóloga (CRP 11ª/PI 0385) com auxílio da pesquisadora, pois a ESA é um instrumento que somente pode ser manipulado por um profissional da psicologia credenciado.

- **Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ-versão curta)** - para avaliar o nível de atividade física (NAF) dos estudantes, utilizou-se a versão curta em português do IPAQ (International Physical Activity Questionnaire), desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde e validado para adolescentes de ambos os sexos e maiores de 14 anos (GUEDES e GUEDES, 2005). O IPAQ-versão curta é composto por oito questões, conforme Anexo B, referentes à prática de esportes e de lazer, atividades domésticas, ocupacionais e a forma de deslocamento ativo (caminhar ou pedalar) para a escola ou trabalho. Para este estudo, a classificação foi feita nomeando os indivíduos que não acumularam um mínimo de 300 minutos semanais de atividades físicas como insuficientemente ativos (PELEGRINI e PETROSKI, 2009).

Análise Estatística

Utilizou-se o programa estatístico SPSS for Windows versão 13.0 para análise dos dados intra e intergrupos. Foram empregados procedimentos estatísticos descritivos expressos por frequência, percentual, média e desvio padrão. A associação entre as variáveis do NAF e de estresse da ESA foram analisadas por meio do Teste Qui-Quadrado. Neste estudo, o nível de significância foi estabelecido em $p < 0,05$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prevalência de adolescentes insuficientemente ativos na população ($n = 141$) de estudantes do 3º ano do ensino médio, de uma escola particular, da cidade de Teresina foi de 71,6% ($n = 101$) e a prevalência de estresse foi de 70,2% ($n = 99$). A amostra

foi constituída por 67 adolescentes do sexo masculino e 74 do sexo feminino, na faixa etária de 17 a 18 anos de idade.

A elevada prevalência de adolescentes classificados como insuficientemente ativos neste estudo (FIGURA 1), pode estar associada à preparação para o ENEM, que exige horas a mais de estudo extraclasse. Vale ressaltar que a escola pesquisada não oferta a disciplina de educação física aos alunos do 3º ano do ensino médio, o que contribui para o reduzido nível de atividade física dos

Figura 1 Prevalência do nível de atividade física nos estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola particular de Teresina-PI.



adolescentes. Corroborando com os resultados encontrados, Rolim et al. (2010) afirmam que à medida que os compromissos estudantis aumentam, há um decréscimo do nível habitual de atividades físicas. Entretanto, a prevalência estimada no presente estudo é preocupante, haja vista que o sedentarismo é um fator de risco para inúmeras doenças crônicas degenerativas e transtornos psicossomáticos, e tende a aumentar com a idade (PELEGRINI e PETROSKI, 2009; MARQUES; GASPAROTTO; COELHO, 2014; SILVA JÚNIOR, 2017).

Quanto à elevada prevalência de estresse nos vestibulandos (Figura 2), é provável que a explicação esteja associada a vários fatores relacionados à fase da adolescência, como: as inúmeras mudanças biopsicossociais que estão ocorrendo, os desequilíbrios hormonais, os conflitos psicossociais vivenciados, a necessidade da escolha profissional, a preparação para os exames vestibulares, e as

Figura 2 Prevalência de nível de estresse nos estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola particular de Teresina-PI.



pressões sociais para o êxito na admissão das universidades (FARIA; WEBER; TON, 2012; GONZAGA; LIPP, 2014; PEIXOTO et al., 2018).

A elevada prevalência de estresse, encontrada neste estudo, corrobora com as evidências demonstradas na literatura de que o período de preparação para o ENEM é um forte agente estressor. No entanto, a grande preocupação é que o estresse crônico pode se manifestar em sensações somáticas como tensões exacerbadas, problemas de memória, dificuldade de raciocínio, irritabilidade, sonolência, apatia, perda de concentração, ansiedade, medo, insegurança, sentimentos de incompetência, aflição e até depressão (GONZAGA; LIPP, 2014; SILVA; LEONIDIO; FREITAS, 2015; PATIAS; HEINE; DELL'AGLIO, 2017).

Segundo o modelo quadrifásico de Lipp et al. (2007), o estresse é composto pelas fases: alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão. Conforme a Tabela 1, entre os adolescentes, a fase de resistência foi a predominante no sexo masculino (SM), estando presente em 28,4% (n = 21) dos sujeitos e a fase de quase exaustão foi a mais prevalente no sexo feminino (SF), correspondendo a 23,9% (n = 16) dos casos.

Em seguida, encontrou-se a presença da fase de quase exaustão e de resistência em 27,0% (n = 14) dos sujeitos do masculino e em 20,9% (n = 14) das meninas, respectivamente. A fase mais branda do estresse (alerta) foi evidenciada em 17,6% (n = 13) no SM e em 14,9% (n = 10) no SF. Enquanto que a exaustão, a fase mais

Tabela 1 Caracterização do estresse, quanto às fases e sintomas, nos vestibulandos de uma escola particular de Teresina-PI, 2011.

Variáveis	N	Masculino (n = 74) %	Intervalo de Confiança de 95%	N	Feminino (n = 67) %	Intervalo de Confiança de 95%	p-valor*
Fase							0,460
Ausência	17	23,0	(14,0;34,2)	25	37,3	(25,8;50,0)	
Alerta	13	17,6	(9,7;28,2)	10	14,9	(7,4;25,7)	
Resistência	21	28,4	(18,5;40,1)	14	20,9	(11,9;32,6)	
Quase exaustão	20	27,0	(17,4;38,6)	16	23,9	(14,3;35,6)	
Exaustão	03	4,0	(0,8;11,4)	02	3,0	(0,3;10,4)	
Sintomas Ausência	17	23,0	(14,0;34,2)	25	7,3	(25,8;50,0)	0,416
Psicológicos	21	28,4	(18,5;40,1)	16	23,9	(14,3;35,9)	
Cognitivos	12	16,2	(8,7;26,6)	09	13,4	(6,3;24,0)	
Fisiológicos	13	17,6	(9,7;28,2)	11	16,4	(8,5;27,5)	
Interpessoal	11	14,8	(7,7;25,0)	06	9,0	(3,4;18,5)	

*Qui-quadrado de Person/Person's chi-square test

grave do estresse, foi verificada em 4% (n = 3) dos participantes do SM e em 3% (n = 2) do SF.

A literatura nacional que trata sobre a fase de estresse presente na população de adolescentes, estudantes do ensino médio, apresenta divergências dos resultados aqui encontrados para o SF, haja vista que o maior percentual das adolescentes se encontra na fase quase-exaustão; no entanto, os resultados do SM corroboram com os dados nacionais que indicam a fase de resistência (ARAÚJO *et al.*, 2012; PEIXOTO *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2019).

É necessário mencionar que a fase de quase exaustão caracteriza-se pelo desgaste físico e mental, pois a tensão excedeu a capacidade de adaptação do indivíduo ao estresse. A ansiedade eleva-se demasiadamente nessa fase, afetando o sistema imunológico que fica mais vulnerável e suscetível às infecções virais e bacterianas, além do desenvolvimento de doenças leves (LIPP; MALAGRIS; NOVAIS, 2007). A memória e o raciocínio também ficam comprometidos,

reduzindo a produtividade acadêmica (GONZAGA; LIPP, 2014). Caso não haja intervenção profissional e o estresse se prolongue ou se intensifique, o indivíduo pode entrar no próximo estágio que é a fase de exaustão. Nessa fase, o adolescente diminui seu ritmo de estudo, sua capacidade de concentração e pode desenvolver doenças graves como úlceras, hipertensão, diabetes, psoríase, vitiligo e depressão (LIPP; MALAGRIS; NOVAIS, 2007).

Como consequência desse desgaste orgânico do estudante em se adaptar às fases do estresse, vários sintomas foram observados e categorizados em quatro grupos, segundo a ESA: psicológico, cognitivo, fisiológico e interpessoal. A Figura 2 mostra a prevalência dos sintomas do estresse nos estudantes do SM e do SF.

Os resultados obtidos apontam que 28,4% (n = 21) dos estudantes do SM apresentaram sintomatologia psicológica, seguido do sintoma fisiológico com 17,6% (n = 13), do cognitivo com 16,2% (n = 12) e do interpessoal com 14,8% (n = 11). No SF, a sintomatologia predominante foi a psicológica, manifestada em 23,9% (n = 16) das estudantes. Os demais sintomas do SF ficaram percentualmente assim distribuídos: fisiológico com 16,4% (n = 11), cognitivo com 13,4% (n = 9), e interpessoal com 9% (n = 6).

A literatura enfatiza que a sintomatologia de maior prevalência entre os estudantes que estão se preparando para os vestibulares é a psicológica. Nesse sentido, os achados da amostra atual convergem para os resultados evidenciados por Magalhães Neto e França (2003), em Brasília; Gonzaga e Lipp (2014), em São Paulo; Marques, Gasparotto e Coelho (2014), em revisão sistemática; Oliveira et al. (2019), em Teresina entre outros. No entanto, é importante ressaltar que todos estes estudos utilizaram o instrumento Inventário de Stress para Adultos de Lipp (ISSL), para avaliação do estresse dos adolescentes, e a presente pesquisa utilizou a Escala de Stress para Adolescentes (ESA). No ISSL, os sintomas são divididos em apenas

duas categorias: psicológicos e físicos; e na ESA, os sintomas são categorizados em quatro grupos conforme figura 4, apresentada anteriormente. Deve-se considerar como ponto forte deste estudo o fato de ter sido utilizado um instrumento validado para avaliar o estresse do público adolescente.

De acordo com a escala de estresse, os sintomas psicológicos estão relacionados à tensão, agressividade, ansiedade, impaciência, emotividade excessiva, insegurança, apatia, irritabilidade, baixa autoestima, intolerância, tristeza, depressão, sensação de fadiga e ao desânimo (TRICOLI e LIPP, 2005).

Nesse sentido, a literatura científica tem sugerido o exercício físico como uma das principais medidas para o alívio do estresse. No entanto, são escassas as pesquisas nacionais que utilizam o exercício físico como tratamento não farmacológico para o público adolescente estressado que está na fase de preparação para o ENEM, haja vista que o processo seletivo das universidades em outros países difere do ocorrido no Brasil.

Tendo em vista esse contexto, buscou-se investigar a associação entre a prevalência de estresse e o nível de atividade física (NAF) dos estudantes. Conforme Tabela 2, houve associação

Tabela 2 Associação entre a prevalência de estresse e o nível de atividade física (NAF) em estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola particular de Teresina-PI, 2011.

Variáveis	NAF				p-valor*
	Ativos (n = 40)		Insuficientemente Ativos (n = 101)		
	N	%	N	%	
Estresse					
Ausência	19	47,5	23	22,8	0,004
Presença	21	52,5	78	77,2*	

*Qui-quadrado de Person/Person's chi-square test

significativa entre a presença de estresse avaliada pela ESA e o fato de o estudante estar insuficientemente ativo ($p < 0,004$). Portanto, nesta amostra, o fato de o adolescente se perceber estressado pela escala (77,2%), teve associação significativamente positiva com o baixo nível de atividades físicas diárias, de acordo com os resultados do teste Qui-quadrado.

Os dados sugerem que a maior vulnerabilidade ao estresse, desses estudantes da amostra, pode estar associada ao fato dos participantes se encontrarem insuficientemente ativos. Nesse particular, Peixoto *et al.* (2018) evidenciaram, em seu estudo, que quanto maior o sedentarismo maior era o nível de estresse prejudicial à saúde.

Nessa linha de pensamento, Araújo *et al.* (2012) e Silva, Leonidio e Freitas (2015) asseveram que o sedentarismo pode potencializar os efeitos nocivos do estresse, pois o indivíduo insuficientemente ativo tende a ter maiores sobrecargas metabólicas imposta aos seus sistemas: cardiovascular, imune e muscular. Desse modo, os sintomas físicos e psicológicos devem ser diagnosticados e tratados, caso contrário, podem se somatizar em doenças mais severas (GONZAGA; LIPP, 2014; PATIAS; HEINE; DELL'AGLIO, 2017; BAUER, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a prática regular de atividades físicas poderia contribuir para evitar a elevada prevalência de adolescentes insuficientemente ativos do ensino médio, presente nesta pesquisa; haja vista que o sedentarismo é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônico-degenerativas e de transtornos psicossomáticos como, por exemplo, o estresse. Tal fato parece ser verdadeiro, pois a maioria dos estudantes apresentou estar estressada.

Com relação às fases e sintomas do estresse predominantes, verificou-se que a maioria dos estudantes do SM encontrava-se na fase de resistência, enquanto que o SF encontrava-se na fase de quase exaustão. A amostra apresentou predominância dos sintomas psicológicos.

Quanto à associação entre o NAF e os níveis de estresse percebido (ESA), as informações estatísticas selecionadas no estudo indicam que houve uma relação significativa entre o sedentarismo e o estresse, sugerindo que a aproximação da data dos exames nacionais contribuiu para aumentar os sintomas nessa amostra de estudantes.

Diante dos resultados encontrados, pode-se inferir que o sedentarismo pode potencializar os efeitos nocivos do estresse, durante essa etapa da vida. No entanto, sugere-se a realização de novas pesquisas, com delineamento semelhante a esta, porém envolvendo amostras maiores e com estudantes de escolas particulares e públicas, para verificar se os achados serão semelhantes aos encontrados neste estudo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. C. *et al.* Efeitos do exercício físico sobre os níveis de estresse em vestibulando de Teresina-PI. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 20, n. 3, p. 14-26, 2012.

FARIA, R. R.; WEBER, L. N. D.; TON, C. T. O estresse entre vestibulandos e suas relações com a família e a escolha profissional. *Psicologia Argumento*, v. 30, n.68, p. 43-52, 2012.

FERNANDES, R. L. *et al.* Relação entre estresse, atividade física e desempenho escolar em adolescentes. *Arquivos de Ciências do Esporte*, v.5, n.2, p.37-39, 2017.

FERRARI JÚNIOR, G. J. *et al.* A baixa duração do sono está associada com a inatividade física em adolescentes amazonenses. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v.22, n.4, p. 373-381, 2017.

GONZAGA, L. R. V.; LIPP, M. E. *Relação entre escolha profissional, vocação e nível de estresse em estudantes do ensino médio. Psicologia Argumento*, v. 32, n.78, p. 149-156, 2014.

GUEDES, D.P.; LOPES, C.C.; GUEDES, J.E. *Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física em adolescentes. Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 11, p. 151-158, 2005.

LIPP, M. E. N.; MALAGRIS, L. E. N.; NOVAIS, L. E. *Stress ao longo da vida. São Paulo: Ícone*, 2007.

MARQUES, C. P.; GASPAROTTO, G. S.; COELHO, R. W. *Fatores relacionados ao nível de estresse em adolescentes estudantes: uma revisão sistemática. Salusvita*, v. 34, n.1, p. 99-108, 2015.

MARSHALL, W. J.; LAPSLEY, M.; DAY, A. P.; AYLIN, R. M. *Bioquímica Clínica: Aspectos Clínicos e Metabólicos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier*, 2016. 976 p.

McARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. *Fisiologia do Exercício: Nutrição, Energia e Desempenho Humano. 8ª ed. Guanabara Koogan*, 2016. 1120 p.

NETO MAGALHÃES, A. M.; FRANÇA, N. M. *Efeitos de um programa de exercícios resistidos sobre o estresse mental em estudantes do Ensino Médio. Revista Brasileira Ciência e Movimento, Brasília*, v. 11, n. 4, p. 33-36, 2003.

OLIVEIRA, V. A. S. et al. *Associação entre o nível de atividade física e o estresse em pré- vestibulando. Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício*, v. 18, n. 1, p. 9-16, 2019.

PATIAS, N. D.; HEINE, J. A.; DELL'AGLIO, D. D. *Bem-estar subjetivo, violência e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes. Avaliação Psicológica*, v.16, n.4, p.468-477, 2017.

PEIXOTO, M. B. et al. *Atividade física e estresse psicológico em adolescentes: uma revisão sistemática. Saúde em Redes*, v., n.1, p. 14-159, 2018.

PELEGRINI, Andreia; PETROSKI, Edio Luiz. *Inatividade física e sua associação com estado nutricional, insatisfação com a imagem corporal e comportamentos sedentários em adolescentes de escolas públicas. Revista Paulista de Pediatria*, v.27, n.4, p. 366-373, 2009.

PEREIRA, G. P. et al. *Insônia: o benefício do exercício físico em adolescentes com excesso de peso. Journal Health Biology Science*, v.6, n.4, p.377-382, 2018.

PINTO, A. A. et al. *Qualidade do sono de adolescentes que trabalham e não praticam atividade física. Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional*, v.6, n.1, p.137-143, 2018.

ROLIM, M. K. S. B.; MATIAS, T. S.; CUNHA, M. L. da; ANDRADE, A. *Estilo de vida de adolescentes ativos e sedentários. In: 6º Encontro Internacional de Esportes, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.unesporte.org.br/forum2007/apresentacao.html>>. Acesso em: 18 jul. 2019.*

SOUZA, M. B. C. et al. *Resposta ao estresse: I. Homeostase e teoria da alostase. Estudos de Psicologia*, v.20, n.1, p.2-11, 2015.

SILVA, M. L.; LEONIDIO, A. C. R.; FREITAS, C. M. S. M. *Atividade física e o estresse psicossocial frente ao adolecer a luz da sociedade moderna. Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 23, n. 23, p. 170-178, 2015.

SILVA JÚNIOR, F. G. et al. *Sedentarismo e inatividade física em adolescentes com faixa etária de escolares do ensino médio e reflexões para educação física escolar. Revista Saúde Física e Mental*, v. 5, n. 1, 2017.

TASSITANO, R. M.; BEZERRA, J.; TENÓRIO, M.C.; COLARES, V.; BARROS, M. V.; HALLAL, P. C. *Atividade física em adolescentes brasileiros: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, v. 9, p.55-60, 2007.

TRICOLI, Valquiria Aparecida Cintra; LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. *ESA: Escala de stress para adolescentes. São Paulo: Casa do Psicólogo*, 2005.

Avaliação do perfil dos antidepressivos e ansiolíticos dispensados em uma drogaria: um estudo de campo¹

Naiara Costa Araújo²,
Daniela Teresa Da Silva Carrias³
Maria Francisca Ferreira dos Santos⁴
Rogelma Lima de Sá⁵
Maria Helena Rodrigues Mesquita Brito⁶

INTRODUÇÃO

Ansiedade e depressão são condições psiquiátricas prevalentes e altamente comórbidas em todo o mundo, e seus tratamentos são os mais pesquisados entre os transtornos mentais (KHADEMI; HAJIAHMADI; FARAMARZI, 2019). Para Leão *et al* (2018) aproximadamente 450 milhões de pessoas sofrem de perturbações mentais ou neurobiológicas. Destaca-se a depressão, considerada a principal causa de incapacitação e com possibilidade de se tornar

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Naiara Costa Araújo: Graduanda do curso de Farmácia-UNIFSA.
E-mail: naiaraujo.farma@outlook.com

3 Daniela Teresa Da Silva Carrias: Graduanda do curso de Farmácia-UNIFSA.
E-mail: danny_carrias@hotmail.com

4 Maria Francisca Ferreira dos Santos: Graduanda do curso de Farmácia-UNIFSA.
E-mail: franala@hotmail.com

5 Rogelma Lima de Sá: Graduanda do curso de Farmácia-UNIFSA.
E-mail: Rogelma.24.2014@gmail.com

6 Maria Helena Rodrigues Mesquita Brito: Graduanda do curso de Farmácia-UNIFSA.
E-mail: Mhrmesquita@hotmail.com

a segunda maior doença até 2030. Em segundo lugar apresenta-se a ansiedade, comumente associada aos casos de depressão e que tem um efeito importante na diminuição da qualidade de vida das pessoas.

A depressão trata de uma psicopatologia com etiologia complexa e que envolve diversos sintomas, como, a diminuição da autoestima e a presença de anedonia, geralmente com perda do significado à vida. A ansiedade, por sua vez, é caracterizada por antecipação, em longo prazo, de eventos negativos, que pode ocorrer quando o indivíduo enfrenta incertezas, ameaças existenciais ou perigos potenciais/reais. A ansiedade pode ocorrer de maneira adaptativa ou como transtorno psicológico, e a severidade e o tempo de permanência desse estado determinam a diferença entre essas ocorrências. Embora haja clara distinção entre a ansiedade e a depressão, os sintomas apresentados pelos indivíduos nem sempre são característicos apenas da condição depressiva ou ansiosa, podendo ocorrer de maneira inespecífica (MARTINS, et al, 2019). Segundo Teixeira et al (2015), a depressão é um transtorno mental de grande prevalência. Em 2012, a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima que afetou 320 milhões de pessoas no mundo, sendo um número alarmante para uma doença não transmissível. O uso de antidepressivos têm aumentado em diversos países e os medicamentos mais consumidos foram classificados em três grupos: Inibidores Seletivos da Recaptação da Serotonina (ISRS) entre eles, citalopram, escitalopram, fluoxetina, fluvoxamina, paroxetina e sertralina; os Tricíclicos, entre eles, amitriptilina, imipramina, clomipramina, e os Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina e Noradrenalina (ISRSN) como, duloxetina e venlafaxina.

De acordo com Naloto et al (2016), o uso dos ansiolíticos tem aumentado significativamente na última década nos países como Austrália, França Espanha e Brasil, sendo o grupo dos

benzodiazepínicos mais prescritos e utilizados. Os benzodiazepínicos consistem o grupo de psicotrópicos mais comumente utilizados na prática clínica, devido as suas quatro atividades principais: ansiolítica, hipnótica, anticonvulsivante e relaxante muscular, mas em geral são indicados para os transtornos de ansiedade, insônia e epilepsia.

Há uma década, o Brasil incorporou a atenção à saúde mental às ações da Atenção Básica, garantindo panorama favorável ao atendimento aos quadros depressivos, pois possibilitou mais acesso ao tratamento do usuário com depressão. Na Atenção Básica, o atendimento à depressão é sustentado por um conjunto de políticas que possibilita construir modelo de atenção que visa ao atendimento integral do paciente. Nessa linha de raciocínio, os processos de intervenção dos profissionais exigem atuação em concepção ampliada, interagindo com os diferentes campos do conhecimento (MOTTA; MOREÍ; NUNES, 2017).

Este trabalho tem como objetivo, analisar os medicamentos da classe dos antidepressivos e ansiolíticos mais dispensados em uma drogaria, durante o período de janeiro a julho de 2019.

METODOLOGIA

Esse trabalho trata-se de um estudo de campo, observacional sem intervenção descritivo, transversal e quantitativo. A pesquisa foi realizada em uma Drogaria, localizada na Rua Gilbués, Nº2870-Bairro São Pedro- CEP-64018010, Teresina-PI.

Foram incluídos somente os medicamentos da classe dos antidepressivos e ansiolíticos, que estavam no período de janeiro à julho de 2019. Foram excluídos aqueles medicamentos que não fazem parte da classe dos antidepressivos e ansiolíticos e que não

entraram no período proposto. Os dados foram coletados através do balanço trimestral na drogaria, após a assinatura do proprietário no termo de autorização do fiel depositário. A análise estatística dos dados foi realizada através do programa word, sendo os resultados expostos na forma de tabela.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Costa e Martins (2018), por serem relativamente seguros e terem poucos efeitos colaterais, incluindo menor risco de efeitos anticolinérgicos e cardiovasculares, os ISRS (Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina) estão entre os antidepressivos mais prescritos conforme a (tabela 1), e muitas vezes são o tratamento de primeira linha.

Segundo Pizzol et al (2019), estudos internacionais mostram que antidepressivos (Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina- ISRSs) estão entre os dez fármacos mais utilizados na amamentação. Ainda para Duque et al (2017) a maioria dos estudos para o controle da ansiedade em adolescentes foi conduzido com a sertralina. Além disso, estudos foram conduzidos com outros ISRSs, como fluoxetina e fluvoxamina para múltiplos tipos de ansiedade; venlafaxina para ansiedade generalizada e paroxetina na fobia social.

Para Krause e Sredni (2016) os ISRSN ou antidepressivos duais, duloxetina e venlafaxina, em doses mais baixas agem predominantemente como os inibidores seletivos da recaptação da serotonina (ISRS), em doses mais altas inibem também a recaptação da noradrenalina, seus principais efeitos adversos: náusea, sedação, constipação, xerostomia, diminuição do apetite, ansiedade, tonturas, fadiga, insônia, disfunção sexual, hiperhidrose, hipertensão arterial e ataxia.

Ressalta-se que os antidepressivos tricíclicos atuam por meio da inibição da recaptação de serotonina e norepinefrina, com

efeito, altamente anticolinérgico relacionado a efeitos adversos como visão turva, comprometimento da memória e aumentando o risco de alterações psicomotoras, podendo apresentar outros efeitos centrais relacionados a fraqueza e fadiga. A amitriptilina é um dos medicamentos mais populares deste grupo, (tabela 1). E a classe dos antagonistas dos receptores alfa 2 agem bloqueando a recaptação aumentando a noradrenalina e seus efeitos são, aumento do apetite, sedação porque bloqueia HI. Esse grupo causa menos efeitos colaterais que os compostos tricíclicos (BANDEIRA, et al, 2018).

Os benzodiazepínicos agem potencializando o efeito do GABA (ácido gama- aminobutírico) que é um neurotransmissor inibitório. O uso prolongado desse grupo mesmo que em baixas dosagens, é fator de risco para o desenvolvimento dos efeitos adversos que podem manifestar-se por sonolência, vertigem, cansaço, confusão mental, cefaleia, ansiedade, letargia, ataxia, hipotensão postural, amnesia retrógrada, acidentes, tolerância e dependência (NALOTO, et al, 2016).

O consumo elevado de benzodiazepínicos conforme (tabela 1), pode estar associado com a diminuição progressiva da resistência da humanidade para tolerar o estresse, com a inclusão de novas drogas,

TABELA 1. Resultado da quantidade de medicamentos dispensados por caixa das classes dos antidepressivos e ansiolíticos em uma drogaria em Teresina-PI

Medicamento/ Classe	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Escitalopram (ISRS)	1	1	1	0	2	1	2	8
Sertralina (ISRS)	0	0	4	1	2	1	0	8
Amitriptilina (tricíclicos)	2	2	0	1	2	2	0	7
Fluoxetina (ISRS)	0	2	3	2	3	0	0	10
Venlafaxina (ISRSN)	0	0	0	0	0	2	0	2
Duloxetina (ISRSN)	0	0	0	1	1	0	1	3
Mirtazapina (Antagonista Recep alfa 2)	0	0	0	0	0	1	0	1
Nortriptilina (tricíclicos)	0	0	0	1	0	0	0	1
Trazodona (inibidor fraco Recep serotonina)	0	0	0	0	0	1	0	1
Clonazepam (BZDP)	7	7	7	11	7	2	8	49
Bromazepam (BZDP)	0	2	0	2	6	0	0	10

Fonte: Word, 06/09/2019.

e com a pressão crescente da propaganda por parte da indústria farmacêutica. Acrescenta-se, ainda, o fato dos medicamentos serem considerados uma das principais tecnologias contemporâneas de cuidado, prometendo afastar qualquer sofrimento da sociedade atual, como depressão, ansiedade, transtornos psicóticos, solidão, crises econômicas e tristeza, apenas com a administração de uma eficaz substância química no organismo (ALVIM et al, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se do estudo, que tem aumentado significativamente o uso dos medicamentos antidepressivos e ansiolíticos, e que mesmo associados com vários efeitos adversos, são considerados uma das principais tecnologias de cuidado no tratamento da depressão e ansiedade. Com o aumento da dispensação desses medicamentos nas drogarias, considera-se o cuidado e atenção com esses pacientes, sendo de extrema importância o acompanhamento farmacoterapêutico, na busca do uso racional desses medicamentos pela população.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M.M *et al.* Prevalência e fatores associados ao uso de benzodiazepínicos em idosos da comunidade. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.463-474, 2017.

BANDEIRA, V. A. *et al.* CAntidepressant use and the components of the frailty syndrome. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.7-15, 2018.

COSTA, M; MARTINS, N. *Hyponatremia associated with antidepressants: a Review.* **J. Bras. Psiquiatr.** Rio de Janeiro, v.67, n.1, 2018.

KHADEMI, M; HAJIAHMADI, M; FARAMARZI, M. *The role of long-term psychodynamic psychotherapy in improving attachment patterns,*

defense styles, and alexithymia in patients with depressive/anxiety disorders. **Trends Psychiatry Psychother.** San Diego, v.41, n.1, p.43-50, 2019.

KRAUSE, L.H; SREDNI, S. Systemic drug therapy for neuropathic pain. **Rev Dor.** São Paulo, V.17, n.1, p. 1-4, 2016

LEÃO, A. M. E *et al.* Prevalence and Factors Associated with Depression and Anxiety among University Students in the Field of Health in a Large Urban Center in the Northeast of Brazil. **Revista Brasileira de Educação Médica.** Fortaleza, v.42, n.4, p.55- 65, jul, 2018.

MARTINS, B.G. *et al.* Depression, Anxiety, and Stress Scale: psychometric properties and affectivity prevalence. **J Bras Psiquiatr.** São Paulo, v.68, n.1, p.32-41, fev, 2019.

MOTTA, C. C. L. D; MORE, C. L. O. O; NUNES, C. H. S. D. S. *Psychological assistance provided to patients diagnosed with depression in primary care.* **Ciência & Saúde Coletiva,** Santa Catarina, v.22, n.3, p.911-920, 2017.

NALOTO, D. C. C. *et al.* Prescription of benzodiazepines for adults and older adults from a mental health clinic. **Ciência & Saúde Coletiva,** São Paulo, v.21, n.4, p.1267- 1276, 2016.

TEIXEIRA, V. *et al.* Utilización de antidepressivos en pacientes ambulatorios del Hospital Policial. **Rev Psiquiatr Urug,** Uruguai, v.79, n.1, p.9-48, jul, 2015.

A humanização da assistência ao parto como processo de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres¹

Nayara Gisele Rodrigues Beserra Lopes²

INTRODUÇÃO

Com a apropriação do parto à prática médica, houve a transformação de sua cena, anteriormente protagonizada pela mulher e seu bebê, para um evento dirigido por outros personagens que figuram como agentes centrais no processo da parturição e nascimento. Dos partos domiciliares e familiares aos atuais partos institucionalizados, observa-se no Brasil um modelo de atenção ao parto caracterizado por elevados índices de intervenção, em desacordo com as recomendações mundiais quanto às práticas obstétricas.

É preocupante a posição do Brasil enquanto campeão mundial em cesárea, apresentando 52% da taxa média nacional, conforme revela a pesquisa Nascer no Brasil (2012), valor bem diferente dos 15% indicado pela Organização Mundial de Saúde. Tem ocorrido um movimento social mundial em prol da humanização do parto e nascimento, e no Brasil, no final da década de 1980, foi iniciado como forma de rejeição ao modelo hegemônico hospitalocêntrico de assistência ao parto e ao nascimento. Considera-se aqui a noção

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Ademar Rosado.
E-mail: nayaragiselerbl1234@gmail.com

da humanização do parto como sendo a adoção das recomendações da Organização Mundial de Saúde, norteadas pelo movimento da Medicina Baseada em Evidências, e o respeito aos direitos das mulheres.

Nesse sentido, algumas medidas têm sido executadas com o intuito de ressignificar o parto enquanto evento não unicamente fisiológico, mas que também compreende a complexidade do processo de gestar, parir e nascer, proporcionando a retomada de controle da mulher sobre seu corpo e o seu processo de parturição. Dessa forma, o presente trabalho objetiva analisar de que maneira a humanização da assistência ao parto e ao nascimento pode contribuir para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

METODOLOGIA

É realizada uma revisão de literatura sobre o movimento da humanização do parto. O banco de dados Lilacs/Scielo foi consultado à procura de artigos nacionais, utilizando o descritor “parto humanizado”. Como filtro de pesquisa, foram utilizadas as datas de janeiro de 2000 a janeiro de 2018. A busca se restringiu ao idioma português. A seleção inicial dos artigos foi realizada com base em seus títulos e, quando relacionados ao assunto, buscou-se o texto completo. Foram encontrados 101 artigos e destes foram selecionados 7 para a presente revisão. Realizou-se, também, as referências cruzadas destes artigos selecionados.

O PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO DO PARTO E A CRISE DO MODELO DA ASSISTÊNCIA AO PARTO

De acordo com SENA (2016), até a metade do século XVI, nas sociedades ocidentais europeias, o parto e o nascimento, assim como todos os outros eventos concernentes às experiências fisiológicas

femininas, constituíam-se como saber do âmbito exclusivo das mulheres. Nesse período, tal evento era, por séculos, tradicionalmente acompanhado unicamente por mulheres (curandeiras, parteiras, comadres) tidas como as únicas conhecedoras das manobras indispensáveis à facilitação do trabalho de parto, assim como também da gestação e do puerpério.

Elas eram reconhecidas tanto pelo conhecimento técnico que usufruíam como por sua atuação perante as gestantes e parturientes, na qual compreendia o elemento subjetivo do cuidado e da afetividade, sendo responsáveis por confortar a parturiente, alimentá-la e incentivá-la ao longo do trabalho de parto. Por conseguinte, o parto e o nascimento correspondiam a eventos familiares íntimos, preferencialmente femininos e realizados na casa familiar.

Em meados do século XVI, entretanto, começou a ser exigido das parteiras a “comprovação” das suas habilidades e conhecimentos através de exames e provas diante de comissões municipais e eclesiástica para que fossem consideradas aptas a realizar partos. A decadência da arte de partejar como sendo um saber exclusivamente feminino ao longo dos séculos XVII e XVIII foi fundamental para a dominação da medicina sobre a gestação e o parto. Para que fosse possível o treinamento das técnicas exigidas para o atendimento do trabalho de parto foi determinante a restrição ou até mesmo a proibição do ofício das parteiras, o que implicaria na transferência do parto do domínio das mulheres para o controle dos homens. (SENA, 2016)

Segundo Simone Diniz et al. (2015), embora o tema da violência obstétrica possa ser visto como um “novo” campo de estudo, o sofrimento vivenciado pelas mulheres com a assistência ao parto é abordado em momentos históricos distintos, mesmo apresentando uma variedade de denominações, e contando com propostas para a alteração das práticas de cuidado no ciclo gravídico-puerperal.

Reportando-se para o final da década de 1950, nos EUA, por exemplo, narrativas de violência no parto foram tornadas públicas na matéria “Crueldade nas Maternidades”, veiculada na revista para donas de casa, Ladies Home Journal.

Foi relatado como tortura o tratamento destinado às parturientes, às quais ficavam sujeitas ao sono crepuscular (twilight sleep, uma combinação de morfina e escopolamina) que ocasionava sedação profunda, além de uma agitação psicomotora e possíveis alucinações. Em razão disso, as gestantes tinham suas mãos e pés algemados e amarrados para evitar que caíssem do leito e constantemente eram observados hematomas pelo corpo e lesões nos pulsos das mulheres no pós-parto. A matéria tratava também das lesões resultantes do uso rotineiro do fórceps nos primeiros partos em mulheres desacordadas.

Tal notícia causou enorme impacto, instigando as pessoas a contar seus relatos semelhantes e enviá-los por carta à revista e a outros meios, impulsionando transformações nas rotinas de assistência e a posterior criação da Sociedade Americana de Psicoprofilaxia em Obstetrícia. (DINIZ, 2015). Cabe aqui ressaltar que a prática de intervenção física com manipulação da dor através da consciência é apontado por Anne Marie Moulin, no texto “O corpo diante da medicina”³, como uma das práticas de intervenção oriundas do surgimento dos fármacos anestésicos e de seus usos sociais.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, empregam o termo “violência obstétrica” para se referir sobre as variadas formas de violência praticadas na assistência à gravidez, ao parto, ao pós-parto e ao abortamento. Tem sido apontado um conjunto de definições de violência obstétrica, sendo a Venezuela o primeiro país a tipificar essa forma de violência, estabelecendo na Lei

Orgânica sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência em seu artigo 15 que:

entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. (2007, p.30)

Segundo DINIZ (2001), na segunda metade do século XX, no mundo inteiro, as propostas de aperfeiçoamento da qualidade da assistência ao parto refletiram a utilização acrítica de intervenções inapropriadas, desnecessárias e, por vezes, arriscadas, sem o devido monitoramento quanto à sua efetividade ou segurança. Em 1979 é registrado na Europa, durante o Ano Internacional da Criança, o estudo crítico que busca a segurança e a eficácia nas práticas que integram a assistência a gravidez, ao parto e pós-parto. Assim, o modelo de assistência passou a ser sistematizado, contando com o suporte da Organização Mundial de Saúde (OMS), e tal movimento foi denominado de “Medicina baseada na evidência” e foi coordenado sob as orientações do epidemiologista clínico britânico Archie Cochrane.

Na década de 90, a OMS expandiu suas normativas, conhecidas como “recomendações da OMS”, as quais apresentam a classificação dos procedimentos de rotina em quatro categorias: a) Condutas que são claramente úteis e que deveriam ser encorajadas; b) Condutas claramente prejudiciais ou ineficazes e que deveriam ser eliminadas; c) Condutas sem evidência suficiente para apoiar uma recomendação e que deveriam ser usadas com precaução, enquanto pesquisas adicionais comprovem o assunto; e d) Condutas

3 COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. História do corpo: As mutações do olhar: o século XX. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

frequentemente utilizadas de forma inapropriadas, provocando mais dano que benefício. (DINIZ, 2001; RATTNER, 2009; MAIA e GOLDETE PRISZKULNIK, 2009; SENA, 2016)

À vista disso, o cenário ganhou novos posicionamentos onde por um lado temos a parturiente que se torna um sujeito com direito a voz e a movimento, possibilitando sua participação de forma ativa e, por outro, a inaplicabilidade das normas prescritivas de condutas da OMS, tanto no Brasil como no plano internacional. Em 2012, a pesquisa “Nascer no Brasil” revelou que 52% dos nascimentos tiveram a cesárea como a via de parto. O dado é ainda mais preocupante quando observado no setor privado, cujo procedimento é registrado em 88% dos partos. Esse percentual tão elevado para as cirurgias cesarianas não apresenta justificativas clínicas que o fundamente. Nesse sentido, verifica-se o registro da lógica medicalizante, sendo que no cenário do parto vaginal constatou-se também a predominância de assistências em desacordo com as indicações das melhores evidências científicas.

Outro dado revelado pela mesma pesquisa é de mulheres negras ou pardas, de baixa renda e baixa escolaridade, usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) como público mais vulnerável a diversos tipos de maus tratos em seus processos de parturição. O Dossiê “A situação dos Direitos Humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações” (CRIOLA; GELEDES, 2016) afirma que as mulheres negras são 62% das vítimas de morte maternas no Brasil. Verifica-se que as taxas de mortalidade materna e as possibilidades de sua redução estão diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados, implicando, assim, que a maioria das mortes pode ser evitada através de políticas públicas que promovam a aplicabilidade das normas prescritivas de condutas que tem como finalidade a promoção da saúde coletiva.

O MOVIMENTO PELA HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PARTO E NASCIMENTO NO BRASIL

O movimento pela humanização do parto é fomentado por experiências em diversos estados brasileiros (DINIZ, 2005). Na década de 1970, despontam profissionais influenciados por práticas tradicionais de parteiras e de populações indígenas, como Galba de Araújo, no Ceará, e Moisés Paciornick (1979), no Paraná. Já em 1980, numerosos grupos trabalham com assistência humanizada à gravidez e parto e apresentam alterações nas práticas, tais como o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e a Associação Comunitária Monte Azul, em São Paulo, e os grupos Curumim e Cais do Parto, em Pernambuco. No ano de 1993, ocorre a fundação da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna).

Diante disso, o direito à maternidade segura no ordenamento jurídico brasileiro compreende o acesso universal e gratuito a serviços de saúde de boa qualidade e que atendam às necessidades da população (VENTURA, 2009). Os serviços abrangem planejamento familiar, assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, e emergência obstétrica, até mesmo em situações que envolvam complicações no caso de abortos, sejam esses espontâneos ou provocados. O princípio da não-discriminação no acesso dispõe que todas as mulheres devem ser acolhidas sem preconceitos de origem, raça, sexo, religião ou quaisquer outras formas de discriminação ou privilégios.

A Lei Federal n.º 9.263/96, do Planejamento Familiar, e a Lei Federal n.º 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantem direitos atinentes à assistência à saúde materna. Dentre os direitos assegurados pelo ECA, salienta-se a garantia de que a mulher seja atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal (art. 8º, §2). A Lei Federal n.º 11.634/2007, estabelece que quando a gestante for incluída no

programa de assistência pré-natal, deve ser informada sobre qual maternidade realizará seu parto e onde será atendida caso tenha intercorrências. (VENTURA, 2009)

O direito da parturiente de indicar seu acompanhante, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto está determinado na Lei Federal n.º 11.108/2005. Tal direito consiste em uma reivindicação antiga do movimento de mulheres, sendo este apoio emocional à mulher apontado como fundamental para o aperfeiçoamento da assistência ao parto (VENTURA, 2009). Nesse caso, a parturiente pode ser acompanhada tanto pelo companheiro ou por outra pessoa indicada por ela, de sua confiança, como também pela figura da profissional doula, a qual atua dando suporte físico, emocional, social e espiritual ao longo da gravidez e no momento do parto, bem como fornecendo informações às parturientes durante o trabalho de parto, parto e pós-parto. (SILVA et al, 2012; LEÃO e OLIVEIRA, 2006)

No contexto piauiense, esse direito é assegurado; em Teresina, por meio da lei nº 001/2016, de autoria do vereador Edvaldo Marques (PSB) e subscrito pela vereadora Rosário Bezerra (PT). É importante salientar que a lei que normatiza o direito ao acompanhamento por doula não exclui a possibilidade da parturiente indicar outra pessoa para lhe acompanhar durante o parto, direito este garantido pela lei do acompanhante. A veracidade dessa situação é atestada retomando a Pesquisa “Nascer no Brasil” (2012) quando revela 75% das mulheres contando com acompanhante em algum momento do seu parto, mesmo não sendo implementada em todas as instituições, essa alteração. Fato este que evidencia a força de uma política pública para a mudança da cultura do nascimento, reinserindo uma pessoa de vínculo afetivo da gestante nesse momento tão importante. Ressalta-se, não obstante, que transcorridos 10 anos após a promulgação da lei, menos de 20% das mulheres foram beneficiadas com a presença

contínua do acompanhante durante todo o período da internação, consistindo em um privilégio das mulheres que figurem com maior renda e escolaridade, brancas, usuárias do setor privado e que realizaram cesariana.

O Ministério da Saúde, em 1992, iniciou um conjunto de ações voltadas para a atenção ao parto e ao nascimento e o principal programa foi intitulado Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, com o propósito de desenvolver e ampliar o acesso às ações de promoção, prevenção e assistência à saúde de gestantes e recém-nascidos, destacando-se o acompanhamento do pré-natal articulado com a assistência ao parto e ao puerpério (VENTURA, 2009). Trata, ainda, sobre o acolhimento da gestante pela equipe de saúde e o uso de técnicas seguras, além de salientar a necessidade de diminuir o uso abusivo do parto cesáreo e como alternativa incentiva a prática do parto normal, propondo um aumento gradativo dos valores pagos pelo SUS com o procedimento.

HUMANIZAÇÃO DO PARTO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A temática do descumprimento dos direitos humanos na assistência à saúde reprodutiva em geral, e, notadamente, na assistência ao parto é extensamente documentado pelo Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (Cladem). Na sua pesquisa *“Silencio y Cumplicidad – Violencia Contra la Mujer em los Servicios Públicos de Salud en el Perú”* (1998), afirma-se que:

Nas narrações das usuárias, há uma constante menção a maus-tratos, ofensas, humilhações, indiferença, negligência e ao risco iminente de sofrer abusos no âmbito dos estabelecimentos públicos de saúde. Os testemunhos colhidos também dão conta de uma série de intervenções sobre o corpo da mulher, sem que a ela se dê qualquer informação nem se peça consentimento; exposição a sofrimentos desnecessários a

parturientes e a aquelas a quem se suspeita que provocaram um aborto.

Conforme o Cladem, nestas situações, deve-se recorrer aos instrumentos que garantem os direitos à integridade pessoal e à autonomia nas decisões sobre a sexualidade e a reprodução, destacando-se, em especial, os documentos decorrentes da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e da Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995), entendidos como orientações interpretativas das normas estabelecidas nos tratados de direitos humanos.

No que concerne às situações de transgressão dos direitos humanos, enquadram-se vários artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, principalmente o que determina que “todo indivíduo tem o direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa” e que “ninguém será submetido a torturas nem a castigos ou a tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos”. Na convenção contra a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, esses conceitos são concernentes às pessoas que estão colocadas em instituições, tratando-se de prisões ou serviços de saúde.

Consoante a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (2002), as condutas tidas como desnecessárias e arriscadas são analisadas como violações ao direito da mulher no que se refere à sua integridade corporal. A exigência autoritária e não informada de tais procedimentos ofende o direito à condição de pessoa. Outro assunto que merece ser discutido trata sobre o “procedimento didático” (uso das mulheres como material de ensino, sem indicação médica do procedimento), o qual corresponde a uma questão recorrente apontada como queixa pelas mulheres. As mulheres que quando procuram os serviços de saúde e

são submetidas a intervenções com o propósito de treinamento dos profissionais, apresentam maior probabilidade de incorrerem em procedimentos invasivos e cortantes sem indicação de necessidade.

De acordo com a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (2002), as referências à sexualidade são observadas na organização da assistência ao parto, tanto sutilmente como de formas mais evidentes. Encontram-se nos procedimentos técnicos e nos motivos declarados para a sua realização, por exemplo, da episiotomia (corte da vulva e vagina) e da cesárea, e na ocorrência de piadas e brincadeiras no decorrer dos plantões nos hospitais. Abrange desde comentários amigáveis (“vou costurar a senhora de maneira que fique igual uma mocinha), como também acusações e agressões verbais de teor sexual, especialmente quando a mulher reclama de sentir dor (“na hora de fazer achou bom, agora cale a boca e aguentete”).

O uso incorreto da episiotomia e da posterior costura (episiiorrafia) constitui um exemplo do descumprimento do direito humano de estar livre de tratamentos cruéis, humilhantes e degradantes. A episiotomia é recomendada para favorecer a saída do bebê, evitar a ruptura do períneo e o suposto afrouxamento vaginal acarretado pela passagem do feto pelos genitais no parto normal. (Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2002)

Todavia, é sabido que essa indicação não tem fundamento na evidência científica; decorre, na verdade, da ideia (enraizada na cultura sexual e reprodutiva) do “afrouxamento vaginal”, resultante do “uso” da vagina, tanto pelo uso sexual como pelo reprodutivo. Essa concepção é a causa da excessiva desvalorização das mulheres e se fundamenta igualmente, na cultura popular e na literatura médica elaborada por reconhecidos autores brasileiros e internacionais.

Levando-se em consideração que, consoante evidências científicas, a episiotomia é recomendada em torno de 10% a 15% dos casos, não obstante, verifica-se o seu emprego em mais de 90% dos partos hospitalares na América Latina, o que demonstra que anualmente milhões de mulheres são submetidas ao corte e à costura de sua vulva e vagina sem nenhuma razão médica. Um estudo constatou que o uso rotineiro e desnecessário da episiotomia na América Latina é responsável pelo gasto de US\$134 milhões apenas com o procedimento, sem incluir suas costumeiras complicações. (Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2002).

Desde a metade da década de 80, as evidências científicas recomendam a extinção da episiotomia de rotina. Porém, é necessário progredir na promoção de mudanças institucionais para estar em consonância com esses avanços. Essas alterações requerem a mobilização das mulheres, intensa mudança na formação dos profissionais de saúde, bem como coragem e firmeza dos responsáveis pelas políticas públicas.

Assegurar a assistência humanizada ao parto, norteada pelos direitos e baseada na evidência, corresponde a uma relevante estratégia para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa foi abordado de que forma o parto, um evento natural e concernente à vida, passou de um saber reservado às mulheres para um evento medicalizado nas sociedades ocidentais. Com o processo de institucionalização e medicalização do parto, houve a desqualificação da atuação das parteiras e a alteração da percepção do parto, de eventos saudáveis, normais e naturais, para uma concepção de um evento patológico e anormal, demandando

controle constante e a consequente intervenção médica sobre o corpo da mulher. Formou-se uma relação de dependência e perda de autonomia da parturiente, a qual se tornou um objeto de intervenção da obstetrícia.

O modelo medicalizado de atenção ao parto consolidado no Brasil tem sofrido críticas e denúncias por parte de profissionais e movimentos sociais, que defendem um conjunto de valores e práticas norteadas pelas propostas de humanização da assistência ao parto. Foi discutido que as propostas de humanização demonstram possibilidades para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sendo que elas se relacionam com as mudanças nas rotinas da assistência. Para tanto é necessário mudar o paradigma que estrutura as práticas, as rotinas hospitalares e a própria formação médica. Ademais, é fundamental reforçar a necessidade de uma mudança que promova a retomada da autonomia da mulher a partir do respeito e da garantia dos seus direitos.

A humanização da assistência ao parto ainda constitui um desafio para os profissionais de saúde, para as instituições e para a sociedade, o que representa a necessidade de pesquisas científicas com diversos enfoques sobre essa temática para contribuir na mudança efetiva e melhoria da atenção ao parto por parte de instituições e profissionais. Percebe-se que somente a divulgação das evidências científicas não é satisfatória para a mudança da prática da assistência. Sendo assim, propõem-se como questões para pesquisas o estudo de como propiciar as mudanças que as evidências recomendam e quais os fatores que permitiriam ou inibiriam as mudanças de fato.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.M.; D'OLIVEIRA, A.F.L. Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação. 2010.

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Inquérito Nacional sobre o parto e nascimento. **Nascer no Brasil**: Sumário Executivo Temático da Pesquisa, 2014. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portalenp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>. Acesso em 12 jun. 2018.

CECATTI JG, LAGO TDG, SERRUYA SJ. O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 4 (3): 269-279, jul/set., 2004.

CIDADEVERDE.COM. **Aprovado projeto que dá direito à doulas na maternidade**. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/216976/aprovado-projeto-que-da-direito-a-doulas-nas-maternidades>. Acesso em 26 jul. 2018.

Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer - Cladem. Centro Legal para Derechos Reproductivos Y Políticas Públicas - CRLP. **Silencio y complicidad**: violencia contra las mujeres en los servicios públicos de salud en el Perú. Lima: CLADEM/CRLP, 1998.

CORRÊA, S.; ALVES, J. E. D.; JANUZZI, P. M. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico- conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGHI, S. (Org.). **Indicadores Municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: Abep; Brasília, DF: UNFPA, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**: As mutações do olhar - o século XX. Tradução e revisão de Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

DINIZ SG, SALGADO HO, ANDREZZO HFA, CARVALHO PGC, CARVALHO PCA, AGUIAR CA, NIY DY. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos

sobre a saúde materna e propostas para a sua prevenção. **Journal of Human Growth and Development**, vol.25 no.3 São Paulo, 2015.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Set 2005, vol.10, no.3, p.627-637.

DINIZ, S.G. **Entre a técnica e os direitos humanos**: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. 2001.264 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DOMINGUES R.M.S.M., LEAL M.C., SANTOS E.M. Aspectos da satisfação das mulheres com a assistência ao parto: contribuição para o debate. **Cad. Saúde Pública**, vol.10 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2005.

IRACI, N.; WERNECK, J. A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações. In: **Dossiê Mulher Negra**. Geledés: Instituto da Mulher Negra/ Criola – Organização de Mulheres Negras. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/>. Acesso em 15. jun. 2018

LEÃO VM, OLIVEIRA SMJV. O papel da doula na assistência à parturiente. REME – **Rev. Min. Enf.**; 10(1): 24-29, jan./mar., 2006.

MAIA AC, PRISZKULNIK G. **Parto humanizado**: influências no segmento da saúde. O Mundo da Saúde. São Paulo: 2009.

MAIA M.B. **Humanização do parto**: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional na rede hospitalar pública e privada de Belo Horizonte. Tese (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008.

PETRUCCE LF, OLIVEIRA LR, OLIVEIRA VR, OLIVEIRA SR. Humanização no atendimento ao parto baseada em evidências. **Femina**; 45 (4): 212 -222, 2017.

RATTNER D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.13, supl. 1, p. 595-602, 2009.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS (RNFSDR). **Dossiê Humanização do parto**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/dossies-da-rede-feminista/015.pdf>. Acesso em: 10 jun. REDE PELA HUMANIZAÇÃO DO PARTO E DO NASCIMENTO (REHUNA). Carta de Campinas. Mimeo. 1993.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia**, 2007. Disponível em: <http://venezuela.unfpa.org/documentos/Ley_mujer.pdf>. Acesso em 26 jun. 2018.

SENA L. M. **“Ameaçada e sem voz, como num campo de concentração”**. A medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

SILVA, R. M. *et al.* Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2783-2794, 2012.

VENTURA M. Direitos reprodutivos no Brasil. 3. ed. UNFPA. Brasília. 2009. ZAGO A. **Parto humanizado, doulas e legislação**. 2018. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/1585/-parto-humanizado-doulas-e-legislacao>>. Acesso em 27. jul. 2018.

12

Teoria das restrições e mapeamento de processos em um centro de distribuição¹

Evanielle Barbosa Ferreira²
Rhubens Ewald Moura Ribeiro³

INTRODUÇÃO

Em face das alterações do mercado cada vez mais globalizado, as empresas devem buscar melhorias contínuas para sobrevivência. A elevação das exigências nas demandas é um ponto desafiador que se busca alinha-la a capacidade ao longo da cadeia de suprimentos (MELO; ALCÂNTARA, 2011).

Se tratando de Centros de Distribuição, tem-se a movimentação e o gerenciamento do fluxo de produtos como um dos permanentes desafios logísticos. À medida que aumenta fluxo de processos, cresce a necessidade de controle e melhoria do mesmo, visando uma tratativa dos gargalos ao longo dos processos.

Diante do exposto, várias são as abordagens para tratamento desses gargalos. O estudo atual propõe-se a estudar a aplicação da Teoria das Restrições (TOC) em um Centro de Distribuição de uma empresa varejista que possui os seguimentos de Móveis e

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Graduada em Engenharia de Produção – UNIFSA;

3 Mestre em Administração (UFPR), cursando MBA em Gestão Estratégica, Inovação e Conhecimento (UNIMAIS), capacitado em Tutoria EAD (UFPR), Bacharel em Administração (UFPR) e Sargento de Comunicações Militares (EsSA- Exército Brasileiro). Atualmente é Administrador da UFPI, Professor do UNIFSA

Eletrodomésticos e, por meio desta, fornecer auxílio para tomada de decisões.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o fluxo das atividades logísticas de recebimento de materiais da empresa, assim como, estudar o tempo de execução das mesmas para proposição de melhorias no processo. Para o atingimento do objetivo geral, fez-se necessário identificar e analisar o fluxo do processo de recebimento de produtos; Identificar o gargalo no fluxo logístico; Propor sugestões para melhoria de tais fatores que desencadeiam em gargalo.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado em um Centro de Distribuição - CD de uma empresa varejista, da cidade de Teresina-PI. Partindo de uma problemática, fez-se possível identificar ineficiências no fluxo do recebimento de mercadorias correspondentes a atrasos na descarga dos produtos. Para o desenvolvimento da pesquisa considerou-se somente as atividades da etapa de recebimento. Os dados utilizados foram dos meses de Fevereiro e Março de 2019.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso por buscar examinar um fenômeno atual dentro do seu contexto, explanando uma experiência de forma organizada e crítica (ROESCH, 2013). Para isso, tem-se como ponto de partida uma revisão bibliográfica, que fundamenta o estudo e contribui à medida que permite aprofundamentos nos conceitos e relaciona a prática com a teoria.

Para que fosse ampliada a visão sobre os processos, adotou-se como técnica de coleta de dados a observação direta e a pesquisa documental que permitiram um aprofundamento e análises documentais, além da observação dos processos in loco. Para isso, foi realizado um acompanhamento do fluxo de recebimento, desde a entrada do caminhão até a liberação do mesmo. Esta análise proporcionou descrever o fluxo do processo e entender a realidade em estudo.

Diante do exposto, pode-se classificar a pesquisa como exploratória, pois possui como finalidade esclarecer, desenvolver ou modificar ideias proporcionando uma ampla visão sobre o fato, bem como se trata de pesquisa descritiva ao objetivar caracterizar o funcionamento e detalhes do objeto de estudo (GIL, 2009).

MAPEAMENTO DO FLUXO DE RECEBIMENTO

O mapeamento de processos permite a identificação das etapas do fluxo de trabalho de forma visual. Além disso, tornam possível visualizar com mais clareza o fluxo de informação, materiais e tudo que envolve as tarefas do processo. O mapa dos processos ilustram as várias partes interessadas que impactam ou atuam no processo (BARBROW; HARTLINE, 2015).

O mapeamento diz respeito à descrição dos processos e como se relacionam as atividades umas com as outras dentro do processo, além de ser uma ferramenta gerencial analítica que objetiva a melhoria dos processos já existentes ou a implantação de novas estruturas voltada para processos (MARETH; BORBA, 2009; SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2018).

O mapeamento de processos permite que a empresa entenda o fluxo e modificações necessárias para agregação de valor ao mesmo. Milan e Versetti (2012), ressaltam que o mapeamento traz ganhos como um maior conhecimento dos processos, sendo possível monitorá-los através dos indicadores que contribuem para melhorias na organização.

TEORIA DAS RESTRIÇÕES (Theory of Constraints – TOC)

A TOC baseia-se na ideia de interdependência dos processos, onde todos colaboram para o desempenho global. A restrição é qualquer coisa que impede o melhor desempenho do sistema, considerada o elo mais fraco da corrente. Sendo assim, a teoria tem

por objetivo gerar uma otimização contínua do desempenho que qualquer organização tenha como meta, por meio do gerenciamento dos fatores (restrições) que a limitam. Mas, para isso, é necessário que seja encontrada a restrição do processo para que se alcance a meta. Além disso, existem dois tipos de restrições: as físicas e as não-físicas (GOLDRATT, 2014).

As restrições físicas relacionam-se aos recursos envolvidos no processo, tais como: máquinas e equipamentos, pessoal, instalação, veículos, etc. Sendo, nesse caso, o gargalo uma restrição por capacidade insuficiente. Recomenda-se que as restrições do tipo físicas sejam gerenciadas em conformidade com o processo decisório apresentado na figura 1 a seguir (GOLDRATT, 2014).

Figura 1 – Etapas da Teoria das Restrições



Fonte: Autoria própria (2019)

IDENTIFICAÇÃO DO FLUXO DE MERCADORIAS - ATUAL

O processo de recebimento de produtos do segmento de móveis e eletrodomésticos segue passos similares, porém, o tempo estipulado para tal processo varia conforme tipo de mercadoria e

quantidade de volumes. O tempo inicia-se com a entrada do caminhão no CD e finaliza com a conferência cega dos produtos contidos na nota fiscal do fornecedor.

O fluxo do processo de recebimento pode ser definido pelos seguintes passos: (1) Recebimento de notas fiscais, credenciamento da equipe de descarga, definição de ordem de descarga; (2) Entrada no CD; (3) Descarga de produtos na plataforma de recebimento, confirmação de códigos e quantidades; (4) Conferência de nota fiscal no sistema, liberação para finalização de recebimento. A figura 2 apresentada a seguir ilustra o fluxo descrito:

Figura 2 – Etapas do Processo de Recebimento



Fonte: Autoria própria (2019)

O centro de distribuição em estudo possui 4 docas para recebimento de mercadorias e a capacidade de cada doca varia conforme o tipo de produto que será recebido. A empresa trabalha com dois turnos, totalizando 8 horas por dia.

Para que se possa compreender melhor, na figura 3 tem-se o desenho do fluxo apresentado por meio de fluxograma.

Figura 3 – Fluxograma do Recebimento

Fonte: Autoria própria (2019)

É importante ressaltar que o tempo de espera na fila não é contabilizado como tempo de descarga. A tabela 1 a seguir indica o tempo médio de descarregamento nas docas e a quantidade mínima de ajudantes solicitados pela empresa para seus fornecedores/transportadores.

Tabela 1 – Normatização para Recebimento

MERCADORIA	QUANTIDADE MÍNIMA DE AJUDANTES		TEMPO P/DESCARREGAR
Colchão	2 ajudantes até 250 volumes	3 ajudantes a partir de 251 volumes	1 hora (em média) a cada 90 volumes
Madeira	3 ajudantes a partir de 300 volumes	4 ajudantes a partir de 301 volumes	1 hora (em média) a cada 160 volumes
Estofado	2 ajudantes até 80 volumes	3 ajudantes a partir de 81 volumes	1 hora (em média) a cada 80 volumes
Eletro	2 ajudantes até 400 volumes	3 ajudantes a partir de 401 volumes	1:30 hora (em média) a cada 100 volumes
Linha Branca	3 ajudantes		1 hora (em média) a cada 200 volumes
Tapetes	2 ajudantes		1 hora (em média) a cada 250 volumes

Fonte: Autoria própria (2019)

O estudo do tempo de execução realizado para a determinação do tempo padrão considerou o efetivo e equipamentos disponíveis pela empresa. A tabela 2 retrata tais componentes do processo em análise:

Nessa etapa, foi possível identificar alguns pontos: equipamentos danificados (paleteiras manuais), equipe de recebimento reduzida, que resulta em atraso do fluxo recebimento x

Tabela 2 – Componentes do Recebimento

SETOR	RECURSO	
Recepção	1 operador	-
Conferência	2 operadores	1 transpaletreira; 2 paleteiras
Armazenagem	1 operador	
Liberação Nota Fiscal	1 operador	-

Fonte: Autoria própria (2019)

armazenamento e indisponibilidade de espaço para recebimento de novos produtos. Tais pontos são classificados como limitadores.

Os custos com pessoal para descarga de mercadorias são por conta da fábrica/fornecedor. No momento do envio do pedido de compra, encaminha-se a normatização do CD, contendo a quantidade de colaboradores necessários relativos a quantidade de volumes da carga, além disso, tem-se o tempo médio para descarga desses volumes. A tabela 3 a seguir refere-se aos dois meses do primeiro semestre de 2019, mostrando os tempos gerados com a descarga de mercadorias nesse período.

Tabela 3 – Tempo gerado com atrasos

Mês	Total de caminhões	Qtde com tempo excedente	Horas (a mais)
Fevereiro	35	12	15h50min
Março	32	11	17h15min

Fonte: Autoria própria (2019)

Com os dados da tabela 3, é possível perceber que, mais de 34% dos caminhões que abastecem o Centro de Distribuição, ultrapassam o tempo acordado para descarga de mercadorias.

O tempo excedido gera gasto na medida em que impede a entrada de outro veículo. Este custo não é contabilizado pela empresa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: APLICAÇÃO DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES

Neste tópico serão apresentadas as análises e inferências acerca da aplicação da teoria das restrições no CD da empresa que foi objeto de estudo de caso. As análises foram feitas após imersão no ambiente investigado, coletando-se documentos e relatórios por meio de pesquisa documental, além das observações realizadas diretamente sobre o CD e os processos presenciados.

Mapeamento da Capacidade – Recebimento

Tabela 4: Capacidade real

RECURSOS		CAPACIDADE
Pátio	458,01	m ²
Mão de Obra	5	Equipe
Máquinas	Transpaleteira: 1	Unid.
	Empilhadeira: 1	
	Paleteira: 4	
Tempo	61	horas/semana
Doca	4	Espaços

Fonte: Autoria própria (2019)

Aqui é apresentada a descrição e análise do mapeamento da capacidade em relação ao recebimento no CD. Com tal explanação, a ineficiência no cumprimento dos prazos de descarga propõe uma falha no processo de recebimento em estudo. Diante do exposto, a capacidade real do CD pode ser entendida por meio da tabela 4 a seguir:

A partir do levantamento da capacidade da área de recebimento da empresa, foi possível avaliar a quantidade

de volumes máxima para cada linha de produto do Centro de Distribuição. Com isso, o agendamento de caminhões, que é feito antecipadamente, limita a quantidade de volumes diários a serem recebidos. Na tabela 5 é possível visualizar a capacidade de recebimento de cada linha de produto:

Tabela 5 – Capacidade por Linha de Produto

PRODUTO	CAPACIDADE (vol/dia)	CAPACIDADE (espaço)	Capacidade Limitante
Colchão	990	805	805
Madeira	1.760	4562	1.760
Estofado	880	447	447
Eletro	733	27.480	733
Linha Branca	2.200	948	948

Fonte: Autoria própria (2019)

A área de recebimento é suficiente para receber a quantidade de caminhões que são agendados diariamente. Durante a análise do tempo de atraso de recebimento das mercadorias, fez-se um levantamento dos principais pontos observados que possivelmente justificam tal atraso. Dos 23 caminhões que geraram atraso no fluxo de recebimento, apresentados na tabela 3, constatou-se que em 10 deles, tratava-se de recebimento de linha Madeira.

Ao observar o recebimento desta linha de produtos, pode-se concluir que dos recebimentos que atrasaram, o máximo de volumes recebidos foi de 1342. Este dado leva a constatação de que a capacidade limitante é suficiente para a máxima quantidade recebida. Constatou-se também uma peculiaridade que o difere dos demais. Os itens de Madeira tais como: roupeiros, racks, estantes, etc. são compostos por vários volumes para sua formação final de venda. Cada peça de um roupeiro, por exemplo, é tido como um volume do produto. Assim sendo, quando somado os itens (espelho,

portas, gavetas, fundo, piso, etc.) tem-se o produto “Roupeiro” completo. Na carga destes produtos, os volumes vêm separados e descarregados um a um aleatoriamente e, além disso, a empresa opta por armazenar os volumes de um mesmo produto juntos. Isso requer um desprendimento maior por parte dos colaboradores internos, por se tratar de itens pesados e com grande número de volumes.

Como a mão de obra disponível para a área de recebimento é limitada (somente 2 colaboradores internos), o processo fica moroso, pois mesmo a quantidade de ajudantes sendo a requisitada na normatização da empresa no ato do agendamento de entrega, estes não possuem entendimento do processo e oferecem somente a força física para o descarregamento de materiais, ficando para os colaboradores da empresa a organização dos volumes nos pallets bem como a conferência de todos os volumes e quantidades de cada produto.

Observou-se também que, em 4 dos casos de atraso, tratava-se da quantidade de ajudantes nos caminhões inferiores ao requisitado em normatização pela empresa. É importante que seja cobrada atenção quanto à quantidade mínima de ajudantes visto que a empresa dispõe de colaboradores somente para conferência e organização dos produtos em descarga. Além disso, o tempo padrão adotado para as linhas de produtos levam em consideração a quantidade mínima exigida para que se alcance o tempo médio determinado. Se não cumprido, pode acarretar atrasos nos demais recebimentos agendados para o dia.

Por fim, 7 dos atrasos se deram em cargas de eletrodomésticos da linha branca tais como: refrigeradores, freezers, fogões, lavadoras, etc. Durante a observação, constatou-se que as dimensões de tais produtos retardam o fluxo de recebimento no que se refere ao manuseio dos mesmos. Sugere-se que a empresa reveja o tempo padrão adotado para a descarga desses itens, entendendo a

fragilidade e dificuldade de manuseio e alocação dos mesmos nos pallets. É importante ressaltar que nos meses em estudo, o Centro de Distribuição estava operando com apenas 36% da sua capacidade de recebimento, por se tratar de meses em que a empresa inicia os pedidos para o período de alta nas vendas. Tendo em vista tais atrasos mesmo em baixa operação, é preciso que se tenha um plano de contingência para períodos de alta ocupação, com recursos humanos e equipamentos necessários para que o fluxo não seja interrompido.

Mapa da Capacidade – Pessoal

As observações análises também permitiram o mapeamento da capacidade relacionada ao pessoal, o que indicou que a mão de obra é o gargalo do sistema, pois a causa de atrasos se dá tanto com relação à quantidade de colaboradores internos quanto aos externos, pois a quantidade que é necessária para a continuidade do fluxo é

Figura 4 – Capacidade do Pessoal



Fonte: Autoria própria (2019)

insuficiente.

A figura 4 mostra o dimensionamento da capacidade real do pessoal responsável pelo recebimento de produtos da empresa.

Todos os produtos englobam as etapas de recepção, descarga e conferência. As docas de recebimento da empresa suportam, no

máximo, quatro caminhões simultaneamente, no entanto o número de colaboradores atual limita o recebimento para apenas 1 caminhão. Uma possível solução seria o remanejamento de colaboradores dos setores adjuntos para o descarregamento, otimizando os processos e aumentando o número de veículos nas docas.

No espaço de recepção, os produtos ocupam o espaço disponível até que os colaboradores internos finalizem o processo de etiquetagem na descarga e destinem as mercadorias para os espaços de estoque. Como os recebimentos são agendados, há uma preocupação em intercalar produtos que ocupam muito espaço da área de recepção e os que não ocupam tanto. De acordo com a análise, o espaço da recepção não tem impacto no atraso da descarga de caminhões. Além disso, as docas não são todas utilizadas, no caso de períodos com maior número de mercadorias para receber, as docas poderiam servir como pulmão para os produtos recebidos.

CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido alcançou seu objetivo geral na medida em que identificou o gargalo presente no fluxo de recebimento do centro de distribuição, bem como foram realizadas diversas análises que permitiram o desenvolvimento de estratégias para fazer frente à situação exposta, bem como realizar melhorias.

As análises do fluxo do processo de recebimento mostraram as falhas na etapa de descarga de mercadorias, onde esse processo ultrapassa o tempo estipulado na normatização adotado pela empresa, o que leva ao não atingimento das metas setoriais estabelecidas.

A mão de obra surge como o gargalo do sistema de recebimento, pois não são suficientes para a capacidade das docas. Foram feitas sugestões de melhorias ao longo da discussão, indicando

que a etapa de descarga é a mais ineficiente. Os demais recursos estão adequados à demanda atual, porém, para os períodos com maior utilização da capacidade, será necessário revê-los.

Somado às sugestões citadas é preciso que sejam reavaliados todos os recursos envolvidos no processo de recebimento, além do recálculo do tempo médio para descarga contido na normatização da empresa. Tais atitudes permitem a melhoria do fluxo de recebimento recaindo no serviço prestado pela empresa e diminuição dos tempos de paradas desperdiçados com gargalos do fluxo.

Sugere-se que seja feito um estudo mais detalhado em relação ao fluxo ampliado, ou seja, não apenas do processo de recebimento, mas considerando toda a cadeia de valor desde o fornecedor até o cliente final. Isso pode clarificar os impactos decorrentes da restrição descoberta no processo de recebimento.

REFERÊNCIAS

BARBROW, S.; HARTLINE, M. *Process mapping as organizational assessment in academic Librarie. Performance Measurement and Metrics*, v. 16, n. 1, p. 34-47, 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDRATT, E. M.; COX, J. **A meta: um processo aprimorado contínuo**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2014.

MARETH, T.; ALVES, T. W.; BORBA, G. S. Mapeamento de processos e simulação como procedimentos de apoio à gestão de custos: uma aplicação para o processo de registros e matrículas da universidade de cruz alta. In: **IX CONGRESSO USP, 2003**. Anais... São Paulo, 2009.

MELO, Daniela de Castro; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli. A gestão da demanda em cadeias de suprimentos: uma abordagem além da previsão de vendas. **Gestão & Produção**, v. 18, n. 4, p. 809-824, 2011.

MILAN, G. S.; VERSETTI, R. Melhorias em processos com impacto na eficiência operacional: um estudo ambientado em um laboratório de análises clínicas. **Revista Produção Online**, Florianópolis – SC, v.12, n. 4, p. 1031-1056, 2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

13

Análise de manifestações patológicas em residências unifamiliares do bairro São Pedro – Teresina Pi¹

Marcos Alécio Campos da Silva²
Alefen Silva de Sousa³
Amanda Fernandes Pereira da Silva⁴
Jassinfla Araújo Silva⁵
João Bráz Araújo Neto⁶

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da construção civil, buscando sempre novas técnicas e materiais de construção, com o objetivo de aumentar a produtividade dentro do canteiro de obras, trouxeram também maiores riscos. Contudo, o conhecimento das consequências da inadequação dessas novas técnicas e materiais nas etapas de uma

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Graduando em Bacharelado em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: alecio_campos@hotmail.com;

3 Graduando em Bacharelado em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: deyyes.95@hotmail.com;

4 Graduanda em Bacharelado em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: amandafeernandes09@gmail.com

5 Graduanda em Bacharelado em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: jassinfla@gmail.com

6 Graduando em Bacharelado em Engenharia Civil, Centro Universitário Santo Agostinho, E-mail: eng.joaobraz@gmail.com.

obra, é indispensável a todos os profissionais da construção civil (ARAÚJO, 2017).

As manifestações patológicas têm origem motivada devido às falhas que ocorrem durante a realização de atividades inerentes ao processo de construção civil. Este processo pode ser dividido em três etapas: Projeto, Execução e Manutenção. O diagnóstico adequado deve indicar em qual etapa desse processo teve origem os sintomas, além de ser uma informação importante para a definição de uma solução mais adequada, também tem uma contribuição para a resolução de conflitos judiciais (CARRARO, 2010).

A dificuldade de solução e o custo são diretamente proporcionais à idade da falha, ou seja, um problema na etapa de projeto gera uma solução mais complexa e onerosa do que na etapa de execução. Por isso, um sistema de controle dessas etapas é importante para evitar possíveis manifestações patológicas durante a vida útil do empreendimento (SOUZA; RIPPER, 1998).

Desta forma, o presente trabalho tem como intuito identificar as etapas do processo de construção civil, que mais ocorrem erros, com auxílio de laudos de vistoria, em três residências no bairro São Pedro, localizado em Teresina-PI.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter quantitativo, a metodologia utilizada foram os estudos de casos de três residências, localizadas no bairro São Pedro, Teresina-PI. Para alcançar o objetivo nesta pesquisa dividiu-se ela em duas etapas:

Etapa I: Consiste em analisar separadamente cada uma das residências, identificando as manifestações patológicas que ocorrem em cada uma das etapas da construção.

Etapa II: Identificar em cada uma das residências as causas de manifestações patológicas geradas na etapa de projeto, execução e manutenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram escolhidas como base três residências, todas de caráter unifamiliar, com características semelhantes de localização e padrão econômico, de classe média, com no máximo dois pavimentos. As casas foram escolhidas nas proximidades do Centro universitário Santo Agostinho, com o intuito de beneficiar os moradores da localidade com o fornecimento de laudos de problemas que podem oferecer risco a integridade física do proprietário oferecendo possíveis soluções aos mesmos. As residências foram nomeadas pelas letras “A”, “B” e “C”.

A residência de caráter unifamiliar “A” apresenta um pavimento com um banheiro e quatro dormitórios, possui 290, 17 m² de área construída, estrutura em alvenaria, forro em PVC e cobertura de madeira. Na parte interna da casa as instalações são aparentes e embutidas e o piso externo com parte de areia natural e outra cimentado. A idade do imóvel compreende cerca de 34 anos.

A residência de caráter unifamiliar “B” apresenta um pavimento com quatro banheiros e quatro dormitórios, possui 309, 34 m² de área construída com 560 m² de área a ser regularizada. A estrutura feita nessa casa é de concreto armado com forro de gesso. A cobertura é de madeira/telha cerâmica e o piso externo de concreto com todas as instalações embutidas.

Já a residência “C” apresenta dois pavimentos com dois banheiros, seis quartos, possui um terreno de 360,00 m². a estrutura é de concreto armado, com cobertura de telha cerâmica tipo colonial, forro de PVC e com o piso ao longo de todo terreno, exceto na área

interna da casa, revestido de concreto. O imóvel tem cerca de 30 anos que foi construído.

As ocorrências de manifestações patológicas podem ter vários motivos e causas relacionadas as mesmas, desde fatores internos, como erros de concepção e análise incorreta da modelagem do projeto ou falta de técnicas adequadas na execução ocasionando erros que terão consequências futuras prejudicando a vida útil de estrutura; ou podem ser causados por fatores externos, que são os casos de recalques diferenciados, falta de adequação da estrutura ao ambiente, bem como acidentes e ações imprevisíveis.

Foi utilizado uma planilha de preenchimento simples, com as manifestações patológicas divididas em 7 etapas que decorrem durante o processo de construção e outra tabela que infere a divisão em três partes do processo de vida da estrutura, seja ela na etapa de projeto, construção ou manutenção. Foi marcado com um “x” (observar a Figura 1 e 2) a casa que teve determinada manifestação

FIGURA 1. Tabela com as manifestações patológicas de acordo com as etapas construtivas

Manifestações patológicas nas etapas construtivas	Residências		
	A	B	C
1. Estrutura	Ocorrências = 3		
Fissuras	x		x
Irregularidade geométrica		x	
2. Revestimento	Ocorrências = 18		
2.1 Forro	Ocorrências = 6		
Fissuras	x		x
Manchas	x		x
Bolhas		x	
Descascamento		x	
2.2 Paredes de vedação	Ocorrências = 12		
Fissuras	x		x
Manchas	x		x
Descascamento	x	x	x
Bolhas		x	x
Eflorescências		x	
Mofo		x	
Descolamento do rodapé		x	
3. Piso	Ocorrências = 2		
Descolamento Cerâmico	x	x	

4. Esquadria	Ocorrências = 3		
Desenvolvimento de ferrugem		x	x
Perda de mobilidade			x
5. Instalações Elétricas	Ocorrências = 3		
Falhas na isolamento de circuitos	x		
Localização de ponto de tomada inadequado		x	
Quadro de luz sem identificação dos circuitos			x
6. Instalações Hidráulicas	Ocorrências = 2		
Falta de tubulação para águas servidas	x		
Destinação inadequada da água pluvial		x	
7. Cobertura	Ocorrências = 1		
Presença de goteiras	x		

Fonte: Excel. Próprio autor, 2019.

FIGURA 2. Tabela das causas das manifestações patológicas

Causas de manifestações patológicas em etapas do processo construtivo	Residências		
	A	B	C
1. Etapa de projeto	Ocorrências = 8		
Erro de dimensionamento		x	
Erro no modelo estrutural			x
Falta de tubulação de esgoto	x		
Falta de juntas de movimentação	x		
Falha na destinação de água pluvial		x	
Falta de especificação do projeto de instalações elétricas			x
Erro na localização de ponto de tomada		x	
Falta de sistema de coleta de águas pluvial	x		x
2. Etapa de execução	Ocorrências = 12		
Falta de impermeabilização	x	x	x
Falta de verga e contra-verga			x
Pintura antes da cura total do reboco	x	x	
Disposição incorreta de blocos de alvenaria	x		
Falta de aderência da peça cerâmica com a base	x	x	
Falta de aderência por presença de material pulverulento		x	
Parede pintada sobre tintas velha		x	
Falta de rejunte entre peças cerâmica		x	
3. Etapa de manutenção	Ocorrências = 8		
Pintura das paredes desgastada	x	x	
Pintura das esquadrias desgastada	x	x	
Fiação elétrica muito antiga	x		
Aberturas localizadas na cobertura	x		x
Limpeza do revestimento cerâmico		x	

Fonte: Excel. Próprio autor, 2019.

patológica de acordo com a etapa proposta, onde posteriormente formou-se um gráfico com os índices e indicadores do percentual de frequência da manifestação de cada anomalia.

Foram encontrados variados tipos de manifestações patológicas, mas que em todas as casas algumas se sobressaíram devido a repetitividade de ocorrências e percentual elevado. Segundo os estudos e análises as anomalias causadas na parte de revestimento são disparadas os problemas que mais se repetem, em 56% dos casos há algo relacionado a essa etapa da construção,

IMAGEM 3. Exemplo de manifestações patológicas na parte de revestimento



Fonte: Próprio autor, 2019.

IMAGEM 4. Problemas estruturais caracterizados como fissuras e mau dimensionamento de elemento estrutural



Fonte: Próprio autor, 2019.

IMAGEM 5. Esquadrias com problema de deterioração de ferrugem



Fonte: Próprio autor, 2019.

IMAGEM 6. Tomada em local inadequado



Fonte: Próprio autor, 2019

IMAGEM 7. Tubulação de águas pluviais em local inadequado

Fonte: Próprio autor, 2019.

IMAGEM 8. Revestimento cerâmico deteriorado

Fonte: Próprio autor, 2019.

IMAGEM 9. Telhado com presença de goteiras

Fonte: Próprio autor, 2019.

sendo seguido por manifestações patológicas na parte estrutural (10%) e esquadrias (10%), logo em seguida instalações elétricas (9%), instalações hidráulicas e piso (6%) e por último, cobertura (3%).

A seguir é apresentado o registro fotográfico das patologias que foi realizado na inspeção das residências.

De todos os tipos de patologias identificadas foram separadas e classificados como falhas nas etapas do processo de construção, em: etapa de projeto, etapa de execução e etapa de manutenção.

Segundo os fatos analisados a maior responsável por falhas e causas de manifestações patológicas ocorreu durante a etapa de execução da obra (50%). Seja por falta de entendimento do projeto, material não adequado, mas que na maioria das vezes é pela falta

FIGURA 10. Grau em porcentagem das manifestações patológicas

Fonte: Excel. Próprio autor, 2019.

FIGURA 11. Grau em porcentagem das falhas nas etapas do processo construtivo

Fonte: Excel. Próprio autor, 2019.

de mão de obra qualificada, ou acompanhamento de profissionais qualificados para a execução de tal atividade. Posterior as patologias causadas na etapa de construção estão as falhas causadas por erro de projeto (25%) e por falta de manutenção (25%). Observar as Figuras 10 e 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a construção civil é suscetível a erros e falhas devido ao trabalho manual, constatou-se que a maior parte das manifestações patológicas são originadas, principalmente, pela falta de medidas de execução adequadas. Para que ocorra um tratamento e recuperação dos locais comprometidos com as anomalias, se faz necessário compreender um correto diagnóstico que, se for equivocado, resultará em intervenções inúteis. É importante que a concepção do projeto e o seu planejamento sejam bem elaborados levando em consideração que é preciso, prioritariamente, abranger a técnica da manutenção preventiva para que se tenha uma redução ou até mesmo prevenção de danos graves que comprometam a estrutura em si.

Constatou-se que dentre as 3 residências estudadas, o maior e relevante motivo causador dos problemas presentes foram associados às falhas na execução, com cerca de 50% comparando-se com 25% em projeto e manutenção. O elemento “Revestimentos” se destacou com a maior frequência de ocorrências com 56%. Há a possibilidade de que as anomalias aparecem mais neste elemento por não ter tido consideração com relação aos tempos de cura das camadas (reboco, emboço e chapisco), ou pela falta de execução de uma das camadas, tinta de má qualidade ou inapropriada para uso externo, entre outros.

Neste cenário, chegou-se à conclusão o quão é preciso melhorar nesse quesito de qualidade associando com a preocupação de que o empreendimento a ser construído seja durável e apresente desempenho satisfatório. Observou-se a precariedade em compreender que as etapas de projeto, execução e manutenção são válidas e precisam ser valorizadas no quesito de como fazer da forma correta baseando-se em critérios de desempenho, durabilidade e vida útil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. E. S. O. **Análise das manifestações patológicas em edificações escolares pré-fabricadas na cidade de Campinas/ SP.** Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CARRARO, C. L. **Análise pós-obra de habitações de interesse social visando a identificação de manifestações patológicas.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SOUZA, V. C. M. RIPPER, T. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto.** São Paulo, 1998.

14

Eficiência hidroenergética em sistemas de distribuição de água¹

Hyane Assunção de Araújo²

INTRODUÇÃO

A evolução do consumo de água tem associação direta com o crescimento demográfico e econômico do país. Todavia, os baixos índices de precipitação, altas temperaturas, irregularidades dos regimes pluviométricos, entre outros fatores, contribuíram para uma crise hídrica nacional.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA) no relatório pleno de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2018 (2018, p.53) “os principais usos da água no Brasil são para irrigação, abastecimento humano e animal, industrial, geração de energia, mineração, agricultura, navegação, turismo e lazer”.

Em particular, o abastecimento público de água, que até há poucos anos era feito por meio de fontes limpas captadas nas encostas e trazidas às comunidades pela ação da gravidade, atualmente depende praticamente na totalidade de bombeamento. O uso de bombas de água tornou-se indispensável e, como consequência, também o uso da energia elétrica para o acionamento dos motores que fazem funcionar as bombas (CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS, 2005, p.13).

¹ Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

² Pós-graduada, Engenharia Elétrica (UFPI). E-mail: hyane@ufpi.edu.br

Vislumbra-se que para abastecer a infraestrutura hídrica, principalmente nos sistemas de bombeamento, demanda-se muita eletricidade, sendo uma parte consumida e outra perdida em diversos pontos durante o processo (BID, 2011).

No Brasil, em 2015, as despesas com energia elétrica dos prestadores de serviço de saneamento atingiram R\$ 5,14 bilhões, tendo sido consumidos 11,0 TWh com abastecimento de água (BRASIL, 2017). Essa realidade aliada à preocupação com a proteção dos recursos hídricos e energéticos do planeta, torna imprescindível a busca por mecanismos capazes de tornar os sistemas de bombeamento mais eficientes, seja por meio do aumento do rendimento dos equipamentos, seja pela diminuição das perdas ao longo do sistema.

O objetivo desse trabalho é analisar o sistema de distribuição de água, tendo em vista apontar as oportunidades de redução de custos e consumo de energia elétrica. Em face disso, o presente trabalho levanta a seguinte questão: como ter eficiência hidroenergética em sistemas de bombeamento de água? Para responder tal questionamento, foi realizada uma revisão bibliográfica.

METODOLOGIA

No processo investigativo se utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (2002), uma de suas funções principais consiste em analisar as diversas posições acerca de determinado problema. Para tanto, foram estudados obras de autores como Go Associados (2018) e Gomes (2009), bem como manuais nacionais, normas internacionais e pesquisas realizadas por órgãos brasileiros, como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e ELETROBRÁS/PROCEL, que abordam direta e indiretamente a problemática investigada.

SISTEMAS DE BOMBEAMENTO

O processo de abastecimento de água das cidades é realizado por sistema composto pelas seguintes etapas: captação, bombeamento, tratamento, armazenagem, distribuição e uso final. Esses componentes seguem o trajeto do fluido (água), desde a captação até os pontos de uso final, e ainda o dimensionamento dos equipamentos, bem como a magnitude do sistema depende do volume requerido pela localidade que ele vai atender.

Em linhas gerais, tem-se que o sistema de captação pode ser um leito de um rio, um reservatório (artificial ou não) ou mesmo um poço artesianos. Já o de bombeamento, pode ser composto por uma ou mais bombas, sendo responsável por, de fato, bombear o fluido até a superfície, para que possa ser aproveitado. Todavia, antes de chegar ao consumidor, este deve passar por uma série de tratamentos para que a água bruta possa ser consumida sem trazer riscos à saúde, indo em sequência para fase de armazenamento e finalmente distribuída aos usuários (GOMES, 2009).

O maior consumo de energia dentro do sistema de abastecimento ocorre no setor de bombeamento devido o motor empregado nas bombas. Além disso, a energia que será consumida por um sistema de bombeamento depende da potência que precisa ser fornecida e do número de horas de funcionamento.

Vale mencionar que ao longo de todo o processo, acontece perdas dos recursos hídricos em decorrências de várias causas como vazamentos, problemas de conectores, erros de medição, consumidores não autorizados, entre outros. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2017) apresentados por GO Associados (2019), ao distribuir água para garantir consumo, os sistemas sofrem perdas na distribuição, que na média do país alcançam 38,29%. No Nordeste esse percentual é de 46,25%.

Outro ponto importante situa-se na redução do consumo final de água, pois implica diretamente na diminuição de custos com saneamento básico. Como acentua ELETROBRÁS/PROCEL (2005, p. 30) “considerando uma perda média de 20% nos sistemas de abastecimento do Brasil (valor conservador), a economia de 1 litro de água consumo final evita a captação, bombeamento e tratamento de 1,25 litro, bem como reduz um litro de tratamento de esgoto”.

Desse modo, é preciso incentivar a utilização de equipamentos de baixo consumo de água por parte da população em geral, bem como promover campanhas educativas com orientações para evitar o desperdício desse recurso natural, diminuir o tempo de uso, buscar soluções alternativas como optar por baldes ao invés de mangueira ao lavar o carro ou a calçada, entre outros.

É necessário enfatizar ainda, que a manutenção do sistema é imprescindível para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, preservar a vida útil deles e identificar falhas incipientes, evitando assim o comprometimento do abastecimento. Um sistema só é confiável se todos os seus elementos estiverem em boas condições e operando de forma correta.

DIAGNOSTICANDO PONTOS DE PERDAS

Como já foi mencionado há perdas hidráulicas e elétricas ao longo do sistema de bombeamento, cabe então analisar, de modo separado, tais perdas, de modo a buscar alternativas que contribuam com a redução das mesmas. No que tange às perdas de água, na literatura técnica a metodologia utilizada pelos prestadores e reguladores obedece à proposta pela *International Water Association* (IWA), que avalia o Balanço Hídrico ao longo do sistema.

O Balanço Hídrico refere-se ao percurso da água ao longo do sistema. A água entra no sistema e durante o processo de distribuição esse volume de água se subdivide em consumo autorizado e

perdas. No consumo autorizado considera-se o consumo faturado e estimado, o consumo não faturado proveniente de abastecimento próprio ou caminhão-pipa, e o consumo não medido. Esses dados servem de parâmetro para análise de consumo por unidade consumidora. Nas perdas, incluem-se perdas aparentes (comerciais) como fraudes, erros de medição e falhas de cadastro, bem como as perdas reais provenientes, em sua maioria, de vazamentos em diferentes pontos do sistema (GO ASSOCIADOS, 2018).

Segundo GO Associados (2018) enquanto as perdas reais afetam diretamente os custos de produção e demanda hídrica, pois o elevado nível dessas perdas sugere uma captação e produção superior ao volume efetivamente demandado, as aparentes impactam de modo direto a receita das empresas, visto que equivalem a volumes produzidos e consumidos, mas não faturados.

Assim como o Balanço Hídrico, há também o Balanço Energético referente ao percurso da energia ao longo do sistema, considerando os pontos de consumo e as perdas. Em linhas gerais, tem-se a energia elétrica fornecida pela companhia de eletricidade, perdas (elétricas, no motor, na bomba e de carga) e vazamentos.

Conforme o BID (2011, p. 40) pontua “um dos maiores pontos de perdas energéticas ocorre na etapa de transformação da energia elétrica em [...] mecânica obtida por meio do sistema de bombeamento e transmitida para o fluido sob a forma de potência manométrica.”

O conhecimento dos balanços hídrico e energético, característico deste sistema, contribui para a identificação das perdas que reduzem sua eficiência. Também, fornece um ponto de partida para reconhecer as oportunidades e selecionar e implementar ações de melhorias da eficiência (ELETROBRAS/PROCEL, 2005).

INDICADORES DE EFICIÊNCIA ELETROMECÂNICA NO SISTEMA

Os indicadores de eficiência eletromecânica nos sistemas de bombeamento se baseiam nas características do conjunto motor-bomba e de ambos os componentes de forma separada, bem como as curvas de comportamento carga-fluxo-rendimento do equipamento de bombeamento.

Inicialmente, é necessário medir os parâmetros elétricos (tensão, corrente, fator de potência, potência ativa e reativa) de modo a determinar a potência de operação e calcular a eficiência dos equipamentos de bombeamento, e os hidráulicos: medição (da vazão à descarga em bombas, da carga de pressão de operação, na sucção e descarga, do nível dinâmico de sucção e de níveis dos centros dos manômetros na sucção, bem como na descarga) e definição do nível de referência (ELETROBRAS/PROCEL, 2005).

Outra ação muito importante é a medição da temperatura dos equipamentos, como motores, transformadores e instrumentos de controle como disjuntores e chaves de partida. Essa ação ajuda a monitorar o comportamento operacional nos sistemas elétricos e de bombeamento, facilitando a manutenção, que consequentemente identifica falhas incipientes e reduz os custos.

No que se refere ao conjunto motor-bomba, ele é composto basicamente de motor e bombeador. Geralmente, o motor utilizado é um de indução devido ao baixo custo e grande versatilidade. A eficiência é a medida de sua capacidade de transformar a potência elétrica que toma da linha em potência mecânica útil.

Três fatores influenciam na redução da eficiência do motor: em primeiro lugar, o próprio envelhecimento do maquinário ao longo dos anos; em segundo, casos de rebobinagem e as condições desse rebobinamento; e por último, se a tensão de alimentação for diferente daquela da placa.

Em se tratando da bomba, pode ser volumétrica (ou deslocamento positivo) ou centrífuga (ou turbo-bombas), dependendo do seu funcionamento. Os parâmetros hidráulicos mais importantes para o seu dimensionamento são: vazão, altura manométrica, potência e rendimento.

Entende-se como vazão, a quantidade de água que ela retira e impele (recalca) em um tempo determinado. É importante que a vazão consiga atender a população nos diferentes horários do dia. A altura manométrica é a energia por unidade de peso que o sistema solicita para transportar o fluido do reservatório de sucção para o de descarga, com uma determinada vazão. Os outros dois parâmetros tem relação direta com o conjunto motor-bomba propriamente dito (MARRUCCI, 2009).

OPORTUNIDADES PARA MELHOR EFICIÊNCIA NO SISTEMA DE BOMBEAMENTO

Frente ao exposto, é possível encontrar oportunidades para melhorar a eficiência no sistema de bombeamento nas diversas etapas do processo. A primeira delas é o uso de instalações adequadas do ponto de vista da hidráulica, isto é, utilizar tubulações com diâmetro corretamente dimensionado e fazer manutenção preventiva e preditiva nas instalações. No bombeamento, já que este é o responsável pelo maior consumo de energia, é possível as seguintes ações:

- Melhorar o rendimento da bomba – através do correto dimensionamento, verificar o ponto de funcionamento e ajuste para a faixa de maior rendimento.
- Melhorar o rendimento do motor – utilizar motores de alto rendimento, realizar a manutenção das peças principalmente ventoinha, rolamentos e escovas (caso tenham), adequar o motor à bomba corretamente e evitar operações com sobrecarga.

- Reduzir a vazão recalçada – construção de reservatórios por zona de pressão, evitando que a bomba sofra falhas devido ao excesso de pressão, pois valores acima do limite especificado pela bomba hidráulica criam uma força excessiva nas engrenagens e provocam uma flexão acima do especificado, consequentemente causam danos no lado de sucção da bomba e esta perderá sua eficiência volumétrica (MARRUCCI, 2009).
- Uso de variadores de velocidade no acionamento das bombas que trabalham com diferentes cargas ao longo do dia, ajudam a reduzir o consumo de energia.
- Fazer a associação (em série, paralela ou individual) das bombas, de modo a otimizar o ponto de funcionamento do sistema.
- Eliminar o problema de cavitação. Cavitação é um fenômeno de formação de bolhas de ar que ocorre no interior dos condutos da bomba devido à diferença de pressão. Como explica Linhares (2011) esse é um efeito bastante indesejável, pois a erosão causada pela cavitação danifica de modo progressivo o rotor, a carcaça e até mesmo a tampa da bomba.
- Evitar a recirculação por meio da utilização de anéis de desgastes ou outros dispositivos de vedação.
- Na etapa de distribuição é possível:
 - Reduzir a altura manométrica;
 - Reduzir a perda de carga aumentando o diâmetro das tubulações;
 - Melhorar a rugosidade e diminuir a perda de carga por meio da seleção adequada dos materiais tanto da tubulação quanto dos acessórios, bem como fazer uma

limpeza no interior dos tubos para evitar possíveis obstruções;

- Deslocar o consumo de energia do horário de ponta, optando pelo uso de reservatórios nesses horários, ao invés de bombear água e ampliar a capacidade dos mesmos;

É importante frisar que todas as etapas são susceptíveis a vazamentos, logo, convém inspecionar os pontos de ligação e buscar por fissuras e rupturas nas tubulações. Além disso, é preciso substituir peças e equipamentos antigos por outros com consumo de energia mais baixo e maior rendimento, bem como respeitar a vida útil dos aparelhos. Intervenções de automação em pontos estratégicos do sistema também contribuem de forma significativa para o consumo energético do sistema.

Não se pode deixar de mencionar sobre a qualidade do fluido que está sendo bombeado. A contaminação, seja por objetos estranhos (arruelas, porcas, esferas, partes de mangueira ou vedação, entre outras) seja por partículas pequenas ou grandes (pedregulhos, areia, resíduos, etc), é o maior contribuinte para falhas de bombas hidráulicas. Elas causam ruptura de peças internas, desgaste precoce dos componentes, aquecimento, falha na isolamento, problemas elétricos e pode resultar na danificação completa do equipamento.

Percebe-se que a eficiência do sistema de bombeamento, pauta-se, de modo sucinto, na prevenção de falhas através da manutenção preventiva, dimensionamento correto tanto das motor-bombas e do sistema como um todo, no ato de evitar desperdício em todas as etapas do processo incluindo o usuário final, e ainda na aquisição de equipamentos modernos com baixo consumo de energia e maior rendimento.

A ELETROBRAS/PROCEL (2005) explica que uma análise da viabilidade econômica deve analisar o valor presente líquido (calculada como a soma algébrica dos valores das entradas de caixa

e dos investimentos ao longo da vida útil do projeto, de modo a verificar, caso determinado projeto seja implementado, em quanto ele será capaz de aumentar o patrimônio líquido da empresa) ou a taxa interna de retorno (quanto tempo a empresa ou investidor levará para recuperar seu capital). Essa ação deve ser efetuada, uma vez que o investimento a ser feito para alcançar a redução do consumo de energia pode, eventualmente, ser superior à economia verdadeiramente obtida.

GO Associados (2018, p.13) apresenta as propostas estabelecidas pela International Water Association (IWA) em relação aos limites eficientes para a redução de perdas, tendo em vista suas características:

- Limite econômico: volume a partir do qual os custos para reduzir as perdas são maiores que o valor intrínseco dos volumes recuperados (varia de cidade para cidade, em função das disponibilidades hídricas, dos custos de produção, etc.);
- Limite técnico (“perdas inevitáveis”): volume mínimo definido pelo alcance das tecnologias atuais dos materiais, das ferramentas, dos equipamentos e da logística.

Dessa forma, convém analisar também o custo com a identificação de vazamentos e a periodicidade dos reparos, visto que a empresa que investe mais em manutenção preventiva (nesse caso, técnicas para detecção de pontos de vazamentos) economiza com manutenção corretiva. Com isso, deverá ser traçado um plano estratégico de medidas que promovam a redução de custos para a empresa e diminuição do consumo hídrico-energético de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi analisar o sistema de distribuição de água, tendo em vista apontar as oportunidades de redução de

custos e consumo de energia elétrica. Os resultados apontaram que a manutenção preventiva, dimensionamento correto de todos os componentes do sistema, investimentos em automatização, modernização dos equipamentos e mudança de hábitos dos usuários são fundamentais para a real economia.

O avanço da eficiência do sistema de distribuição promove ganhos econômico, social e ambiental. Por ser um estudo teórico, para trabalhos futuros, esse artigo poderá ser aprofundado e transformado em um estudo de caso por meio de pesquisa de campo, de modo a implementar as sugestões de soluções hidroenergéticas apresentadas e monitorar a redução do consumo de água e energia de determinada localidade, obtendo, assim, valores reais que fortalecem a veracidade da teoria estudada.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Avaliação de Sistemas de Bombeamento de Água**: Manual de Eficiência Energética. 2011. Disponível em: < <https://publications.iadb.org/en/publication/16191/avaliacao-de-sistemas-de-bombeamento-de-agua-manual-de-eficiencia-energetica> > Acesso em: 06 de set de 2019

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**: 21º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto - 2015. Brasília: Ministério das Cidades, 2017.

_____. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018**: informe anual. Brasília: ANA, 2018. Disponível em: < <http://arquivos.ana.gov.br/porta/publicacao/Conjuntura2018.pdf> > Acesso em: 12 de dez de 2018.

ELETOBRÁS/PROCEL. CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS, FUPAI/EFFICIENTIA. **Eficiência Energética em Sistemas de Bombeamento**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2005.

GIL, A. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

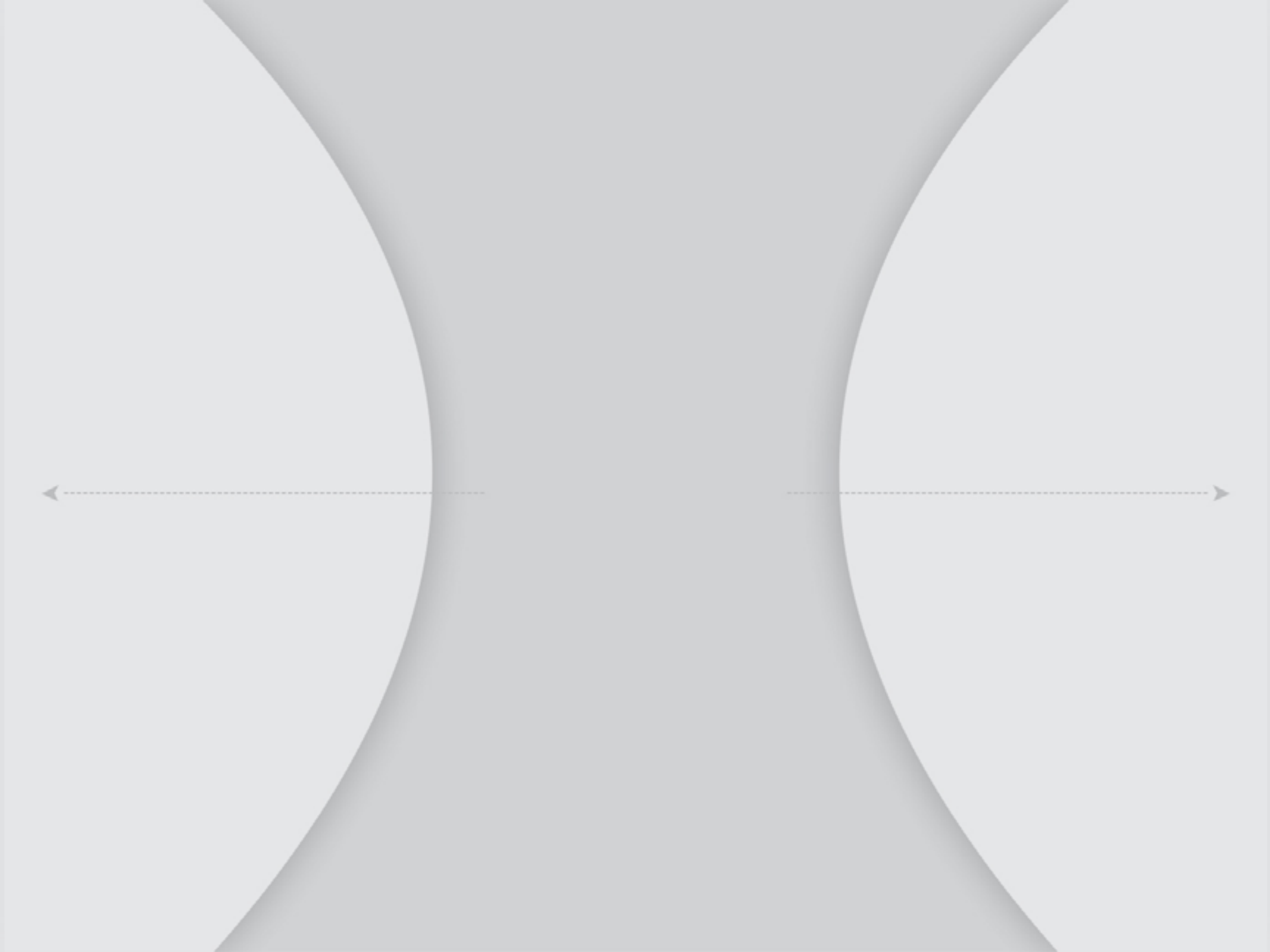
GO ASSOCIADOS. **Perdas de Água 2018 (SNIS 2016)**: Desafios Para Disponibilidade Hídrica e Avanço da Eficiência do Saneamento Básico. São Paulo: 2018.

_____. **Perdas de Água 2019 (SNIS 2017)**: Desafios Para Disponibilidade Hídrica e Avanço da Eficiência do Saneamento Básico. São Paulo: 2019.

GOMES, H. P. **Sistemas de Abastecimento de Água**: Dimensionamento Econômico e Operação de Redes Elevatórias. 3. ed. João Pessoa: UFPB, 2009.

LINHARES, A. D. **Observação do fenômeno de cavitação e do desgaste de rotores de latão de bombas centrífugas em instalação experimental**. Dissertação (Mestrado em Engenharia dos Materiais). Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/3018>> Acesso em: 12 dez. 2018.

INDÚSTRIA MARRUCCI. **Informativo Técnico Nº 019/09**: Principais deficiências em circuitos hidráulicos que ocasionam falhas em Bombas Hidráulicas. Piracicaba – São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.marrucci.com.br/uploads/informativos/019-principais-deficiencias-circuitos-hidraulicos-ocasionam-falhas-bombas-hidraulicas.pdf>> Acessado em: 16 dez. 2018.





LESTU
Publishing Company

